

DIRETOR

Nuno Severiano Teixeira | IPRI-NOVA

CHEFE DE REDAÇÃO

Carmen Fonseca | IPRI-NOVA

CHEFE DE REDAÇÃO-ADJUNTA

Cláudia Generoso Almeida | IPRI-NOVA

CONSELHO DE REDAÇÃO

Carlos Gaspar | IPRI-NOVA

Filipa Raimundo | ISCTE-IUL

Madalena Meyer Resende | IPRI-NOVA

Marco Lisi | IPRI-NOVA

Maria Raquel Freire | FE-UC

Raquel Vaz-Pinto | IPRI-NOVA

Teresa Ferreira Rodrigues | IPRI-NOVA

CONSELHO EDITORIAL

António Costa Pinto | ICS-UL, Portugal

Charles Kupchan | Georgetown

University, EUA

Eusebio Mujal-León | Georgetown

University, EUA

Filipe Ribeiro de Meneses |

Universidade de Maynooth, Irlanda

Gian Luca Gardini | Friedrich Alexander

Universität, Alemanha

José Manuel Pureza | FE-UC, Portugal

Kenneth Maxwell | Harvard University,

EUA

Luís Lobo-Fernandes | Universidade

do Minho, Portugal

Maurizio Cotta | University of Siena,

Itália

Miguel Poaires Maduro | EUI, Itália

Miguel Requena | UNED, Espanha

Miriam Gomes Saraiva | UERJ, Brasil

Mirjam Kuenkler | Netherlands Institute

for Advanced Study, Países Baixos

Nancy Bermeo | University of Oxford,

Inglaterra

Octavio Amorim Neto | FGV, Brasil

Pedro Aires Oliveira | IHC-NOVA,

Portugal

Rafael García Pérez | Universidade de

Santiago de Compostela, Espanha

Stefano Guzzini | Uppsala University,

PUC-Rio de Janeiro, Danish Institute

for International Studies, Dinamarca

Thomas Diez | University of Tübingen,

Alemanha

Yves Meny | LUISS Guido Carli, Itália

PROPRIETÁRIO, EDITOR E REDAÇÃO

IPRI-NOVA

Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º

1000-155 Lisboa

Tel.: +351 21 314 1176

Fax: +351 21 314 1228

E-mail: ipri@ipri.pt

Website: www.ipri.pt

NIF: 506346064

DESIGN

José Brandão | Atelier B2 |

REVISÃO António Alves Martins

IMPRESSÃO

Edições Húmus Lda

Apartado 7081, 4764-908 Ribeirão

Vila Nova de Famalicão

TIRAGEM 400 exemplares

INSCRIÇÃO NA ERC 124442

ISSN 1645-9199

DOI <https://doi.org/10.23906/ri2023.80>

DEPÓSITO LEGAL 207 795/04

Os sumários da R:I são indexados

pela CSA PAIS, IBSS, IPSA, LATINDEX,

SciELO Citation Index da Thomson

Reuters, EBSCO e EHRI PLUS.

O estatuto editorial encontra-se

disponível online na página

<http://www.ipri.pt/images/publicacoes/>

[estato_editorial_ri/assinaturas_ri/EstatutoEditorial_RI2016.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/estato_editorial_ri/assinaturas_ri/EstatutoEditorial_RI2016.pdf)

ÍNDICE

POLÍTICAS EXTERNAS: ARÁBIA SAUDITA E ÍNDIA EM ANÁLISE

A POLÍTICA EXTERNA
DA ARÁBIA SAUDITA,
2015-2022:
A ERA DO PÓS-PETRÓLEO
QUE TARDA EM CHEGAR
Mathilde Silva Gonçalves

005

O GANDHISMO
E A POLÍTICA EXTERNA
PÓS-COLONIAL DA ÍNDIA:
SATYAGRAHA NUMA REALIDADE
INTERNACIONAL HOSTIL
Felipe Costa Lima

019

PORTUGAL: TEMAS DE IDENTIDADE

«QUIS SABER QUEM SOU»:
LÓGICAS DISCURSIVAS DOMINANTES
NA NARRATIVA IDENTITÁRIA
DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Gonçalo Margato

039

O MAR:
IDENTIDADE GEOPOLÍTICA PORTUGUESA
E PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Virgílio Miguel Machado

055

UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TURBULENTA:
A INTERSECÇÃO DE DUAS GEOPOLÍTICAS
José Pedro Teixeira Fernandes

071

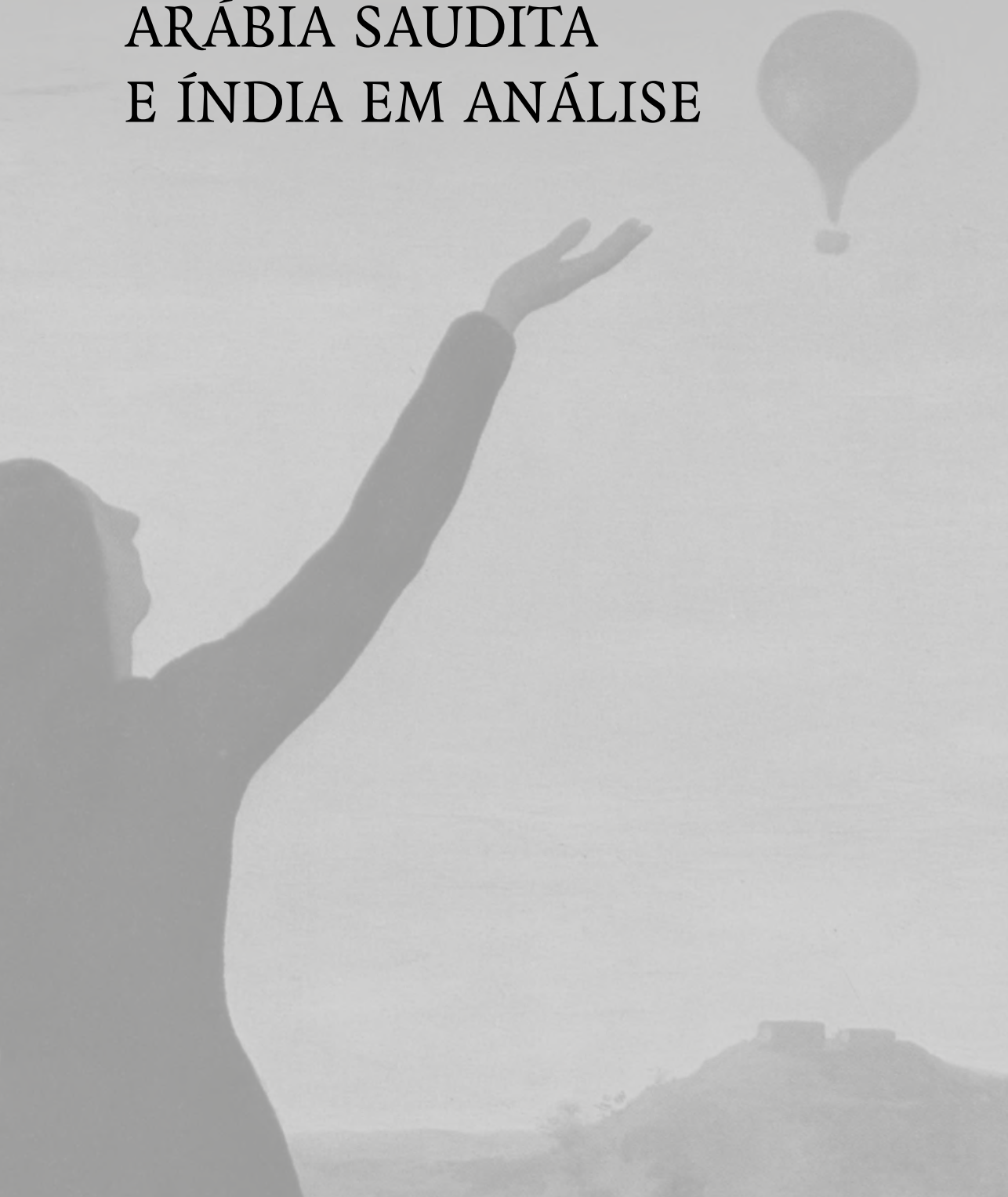
RECENSÕES 089

CAPA
Design de José Brandão

Financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04627/2020.
DOI 10.54499/UIDB/04627/2020



POLÍTICAS EXTERNAS:
ARÁBIA SAUDITA
E ÍNDIA EM ANÁLISE



A POLÍTICA EXTERNA DA ARÁBIA SAUDITA, 2015-2022

A ERA DO PÓS-PETRÓLEO QUE TARDA EM CHEGAR¹

Mathilde Silva Gonçalves

«A REALIDADE SOCIAL E POLÍTICA DA ARÁBIA SAUDITA
É MAIS COMPLEXA DO QUE A RETRATADA
PELOS MÉDIA OCIDENTAIS. A ARÁBIA SAUDITA VIVE
ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE.»²

O ano de 2015 foi transformador para a última monarquia absoluta do mundo. A Arábia Saudita, governada de facto por Mohammad Bin Salman (MBS), entrou na era do pós-petróleo, com todas as consequências económico-sociais trazidas pelo seu novo contexto interno. Do seu ambiente interno e regional emanam as maiores ameaças à sua segurança, sobrevivência e continuidade. As bases que sustentam o contrato social que tem mantido o reino coeso e unido em torno do seu monarca podem estar a ruir. O antagonismo Irão-Arábia Saudita tem-se manifestado em diversas *proxy wars*, sendo que a partir de 2015 se materializou na instrumentalização do conflito do Iémen³ pelos antagonistas, que usam a clivagem xiitas/sunitas em proveito das suas agendas regionais. Uma das maiores ameaças à sobrevivência da Arábia Saudita seria a formação de um «arco xiita» perto do seu território, liderado pelo Irão. A política regional que a Arábia Saudita tem desenvolvido visa contrabalançar a influência iraniana, criando um «crescente sunita» liderado por si própria⁴. Continuará a ser no contexto global que a Arábia Saudita tentará mitigar as ameaças do seu

RESUMO

Este artigo visa contribuir para a compreensão da política externa da Arábia Saudita, no período entre 2015 e 2022, um tema ainda pouco estudado na literatura científica em língua portuguesa. Nesse sentido, foram explorados os três níveis de análise que afetam e são afetados pela política externa da Arábia Saudita: os níveis interno, regional e global. Após 2015, através da «Doutrina Salman», o país entrou numa nova era da sua política externa marcada pelo objetivo da continuidade. A Arábia Saudita adaptou-se para sobreviver, para garantir a continuidade do Estado e da dinastia Al-Saud.

Palavras-chave: Médio Oriente, Arábia Saudita, política externa, transição económica.

ABSTRACT

**SAUDI ARABIAN FOREIGN
POLICY, 2015-2022:
THE POST-OIL PERIOD
IS SLOW TO ARRIVE**

This article aims to contribute to the understanding of Saudi Arabian foreign policy, from 2015 onwards, a



topic still little explored in the scientific literature in Portuguese language. It is explored the three levels of analysis that affect and are affected by Saudi Arabian foreign policy: the domestic, regional, and global levels. In 2015, the country has entered in a new era of its foreign policy through the 'Salman Doctrine' and intends to adapt to its context, not with the goal of change but continuity. Saudi Arabia has adapted to survive, to ensure the continuity of the state and of the Al-Saud dynasty.

Keywords: Middle East, Saudi Arabia, foreign policy, economic transition.

contexto interno e regional, seja na sua relação com os Estados Unidos, seja através da procura de novos aliados internacionais.

Neste artigo pretendemos analisar as características que, entre 2015 e 2022, emergiram na política externa saudita e em que medida essas características representam uma rutura com o passado. Tendo em conta o novo contexto pós-2015 e as interações existentes entre os diferentes níveis – interno, regional e internacional –, abordaremos igualmente os acontecimentos e desafios que MBS enfrentou.

Para tal, foi aplicada uma abordagem metodológica que combina a análise de política externa (APE)⁵ e a análise

de dinâmicas de segurança no Médio Oriente, orientada pelas teorias das Relações Internacionais. A APE ajuda a compreender como é que os Estados agem, e a explicar os vários aspectos de política externa. Já as dinâmicas de segurança permitem-nos observar padrões e tendências regionais relevantes para o estudo de caso. Por outro lado, a teoria realista fornece os instrumentos para a explicação do pragmatismo da política externa saudita, nomeadamente a nível regional. Podemos observar e compreender os meandros da política de poder, as suas condicionantes e oportunidades geopolíticas e geoestratégicas. No mesmo sentido, recorreu-se ao realismo neoclássico, apesar das especificidades inerentes ao Médio Oriente, pois o impacto da *Realpolitik* e da centralidade do poder é incontornável para analisar a política externa da Arábia Saudita. Adicionalmente, recorreremos ainda ao construtivismo dada a centralidade da questão identitária para a compreensão da política externa da Arábia Saudita. É dela que emanam os padrões de amizade/inimizade perante o outro, é dela que emana a rivalidade estrutural entre o Irão e a Arábia Saudita e que divide o Médio Oriente e o islão político. Procurámos assim saber se, numa monarquia do Golfo com pretensões de hegemonia regional, as identidades (árabe, sunita, do próprio sistema político) poderiam deter um papel tão importante quanto a *Realpolitik* e o pragmatismo da política do poder.

Vejamos em que assentava a política externa saudita no reinado anterior ao de RBS. Quais foram os principais objetivos de política externa do reinado de Abdullah?

OS ANTECEDENTES DA POLÍTICA EXTERNA SAUDITA

Considera-se que, desde a segunda metade do século XX, a política externa saudita tem sido influenciada por três pilares que estruturam o regime: «ser o guardião dos locais mais sagrados do Islão (Meca e Medina); deter uma das maiores reservas de petróleo do mundo; e contar com o apoio das sucessivas administrações americanas»⁶. Em relação a estes pilares do reinado anterior, observamos como, com a transição para o

reinado de Salman em 2015, o primeiro pilar se manteve, o segundo pilar está em risco, apesar de ainda se manter, e o terceiro pilar já não se verifica. A política externa saudita perdeu por isso um dos seus pilares. No período analisado foi possível verificar que a relação de proximidade entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos deixou de se constituir como um pilar fundamental do regime de MBS e da sua política externa. Os Estados Unidos demitiram-se do seu papel no Médio Oriente e viraram-se para a Ásia. Sabemos que o conflito entre Israel e a Palestina foi determinante para a definição das relações internacionais sauditas, mas até 2022 os principais desafios regionais da Arábia Saudita não passavam pela promoção do processo de paz israelo-palestiniano⁷. Israel estava cada vez mais próximo da Arábia Saudita, apesar da estabilização do Iraque e da contenção do Irão se manterem como desafios centrais.

Por possuir características *sui generis*, este regime, marcado por contradições, vive uma luta interna entre as duas grandes forças motoras da sua sociedade: o conservadorismo religioso e a vontade de progresso alcançado através de reformas políticas, económicas e sociais, e do sistema religioso.

O ano de 2015 foi, incontornavelmente, um ano de mudança. A nível interno, 2015 foi o ano da chegada do novo monarca, que quis reformar os sistemas político e sucessório, acabando com o sistema de sucessão horizontal, rompendo assim com a tradição sucessória que até aí tinha vigorado. Ao fazer do seu filho preferido, MBS, o primeiro na linha de sucessão ao trono, o novo rei demonstra compreender a necessidade de renovação geracional de uma monarquia absoluta que apresentava, até aí, características gerontocráticas que, a médio-longo prazo, poderiam vir a criar problemas de legitimidade à dinastia Al-Saud. Visto que a maioria da população tem menos de 25 anos, a figura popular de MBS foi aquela que pareceu mais adequada à continuação dos Al-Saud no poder e à frente dos desígnios da Arábia Saudita. Conquistando cada vez mais poder e expandindo cada vez mais o seu raio de ação, MBS passou a apresentar um elevado poder discricionário sendo na realidade a figura principal do Estado, dado o estado de saúde do rei. Resultante deste poder discricionário foi a decisão unilateral de invadir o Iémen, para proteger os seus interesses regionais⁸.

Numa sociedade em que o tribalismo e o respeito pelas regras beduínas ainda se fazem sentir, há um grande vazio legal em termos de direito moderno, que leva a que o sistema judicial seja altamente arbitrário e mais um instrumento que a casa Al-Saud usa a seu favor para se manter no poder. A paz social é assegurada através da distribuição de alocações à população e do medo da repressão⁹. A Arábia Saudita – que faz parte do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas desde 2015, mas comete as pio-

O ANO DE 2015 FOI, INCONTORNABELMENTE, UM ANO DE MUDANÇA. A NÍVEL INTERNO, 2015 FOI O ANO DA CHEGADA DO NOVO MONARCA, QUE QUIS REFORMAR OS SISTEMAS POLÍTICO E SUCESSÓRIO, ACABANDO COM O SISTEMA DE SUCESSÃO HORIZONTAL, ROMPENDO ASSIM COM A TRADIÇÃO SUCESSÓRIA QUE ATÉ AÍ TINHA VIGORADO.

res atrocidades de guerra e também, prende, tortura e executa os seus dissidentes internos – vive numa tentativa constante de equilíbrio entre as duas forças internas opostas, a da tradição conservadora e a da mudança reformista.

Qual será a estratégia económico-financeira da Arábia Saudita para diversificar a sua economia, não depender exclusivamente da exportação de petróleo, reformar o sistema redistributivo e manter a dinastia Al-Saud no poder? Apesar das dúvidas quanto à sua real capacidade de produção petrolífera, o reino quer manter-se um peso-pesado no campo da energia tanto para responder à sua crescente e preocupante procura interna, como para regionalmente e mundialmente continuar a dominar apresentando-se como o principal produtor e exportador, incluindo o mercado asiático¹⁰.

Em 2015 a monarquia sunita entrou em défice orçamental. Isto traduziu-se na necessidade ainda mais urgente de transformar o mercado de trabalho, na implementação de medidas de austeridade e no fim das subvenções à população, que aceitou mal esta mudança radical no seu modo de vida. O Plano Vision 2030 pretende resolver o problema de um sector privado incipiente, incapaz de se autossustentar, de operacionalizar a diversificação energética e de projetar a nação saudita para a sua «nova era do pós-petróleo»¹¹.

Não obstante, há dúvidas sobre a real capacidade de aplicação do plano à realidade saudita, bem como se o contrato social que sustenta a sociedade desde há mais de meio século conseguirá resistir e adaptar-se a tantas mudanças substanciais. O decisor saudita está perante uma multiplicidade de desafios, mas o maior será fazer escolhas económicas racionais ao mesmo tempo que tenta manter a estabilidade do seu regime, que, afinal, ainda anda a par com a estabilidade do preço do petróleo.

O discurso identitário saudita sempre foi bastante volátil e capaz de se adaptar às circunstâncias conjunturais para melhor servir os interesses do Estado. O «sentimento nacional saudita», que poderia estar na origem de uma identidade nacional, é uma artificialidade criada pela família real para responder às dificuldades que se vão apresentando. A necessidade de tirar o foco do sentimento de pertença religiosa e passá-lo a um sentimento de pertença nacional, a necessidade de uniformizar culturalmente todo o território, assim como a necessidade de promover o Irão como a maior ameaça à nação saudita mostram como não existe, na prática, nenhum sentimento de pertença nacional saudita¹². Foi preciso forjá-lo, pois o território enforma múltiplas identidades, práticas culturais e até religiosas para que se possa falar de um sentimento de pertença à mesma nação.

O Estado-Nação que MBS pretende construir já não se enquadra na segmentação tradicional e patriarcal em volta da instituição dinástica, da tradição tribal, e da doutrina wahabita. O príncipe quer promover um sentimento de pertença nacional que una os sauditas em torno da refundação económica do país na era do pós-petróleo, e em torno de si próprio como o único governante com capacidade e legitimidade para tal. Usando um discurso identitário adaptado às circunstâncias e ao momento de então, como foi

sempre apanágio dos Al-Saud, MBS quer criar uma identidade nacional saudita nova que sirva o seu propósito e que mantenha a coesão do reino.

A «DOCTRINA SALMAN»

A Arábia Saudita é uma monarquia árabe sunita que está inserida no seu contexto regional, o do Médio Oriente e do golfo Pérsico¹³. O reino sunita foi posto perante vários desafios regionais: o ressurgimento do Irão enquanto *player* regional, a inflexão da aliança com o aliado americano, os conflitos regionais, os desafios que encontra a doutrina wahabita face ao jiadismo, e a queda abrupta do preço do petróleo. A Arábia Saudita viu-se assim confrontada com a urgente necessidade de encontrar um novo sistema de alianças, que responda aos desafios que terá de enfrentar nesta nova ordem regional.

Paralelamente, desde a Guerra Fria que a região do Médio Oriente vive fraturada entre a Arábia Saudita e o Irão, uma guerra pela sobrevivência e pela hegemonia da região, que se aproveita dos conflitos já existentes e da clivagem xiitas/sunitas. A Arábia Saudita, com a sua nova diplomacia regional ofensiva, assistiu, preocupada, ao fim do isolamento diplomático e político do Irão e à sua aproximação aos Estados Unidos de Obama. O reino sunita quis mostrar que não precisaria dos americanos para defender os seus interesses no Médio Oriente, mas falhou. A coligação árabe-sunita para o Iémen transformou-se em coligação internacional devido à sua ineficácia. Mesmo assim, as perspetivas da Arábia Saudita no conflito no Iémen não são boas nem na Síria, nem no Iraque, terrenos onde o Irão ganha cada vez mais vantagem e margem de manobra, conseguindo enfraquecer a posição da Arábia Saudita, pelo menos no terreno. As populações são quem mais sofre com o antagonismo Irão-Arábia Saudita, que continua sem perspetivas de ter fim à vista.

A «Doutrina Salman» vem assim inaugurar a nova diplomacia regional saudita, finalmente emancipada do seu «tutor» americano. São os dois principais objetivos que a «Doutrina Salman» pretende atingir. O primeiro é permitir que a Arábia Saudita se imponha como a principal referência no Médio Oriente através da utilização dos mecanismos do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), e através de alianças bilaterais híbridas com países como o Egito, a Jordânia ou até mesmo Israel, bastando que o único denominador comum seja a vontade de conter regionalmente o Irão. A Arábia Saudita quer ser a grande potência do Médio Oriente. O segundo objetivo é apresentar a Arábia Saudita como o principal defensor dos interesses da comunidade árabe-muçulmana na região. Um papel «natural», devido ao facto de ser considerada «o berço» do islão¹⁴. Logicamente seria impensável que a Arábia Saudita fizesse qualquer tipo de pacto ou de acordo, ou chegasse a qualquer tipo de entendimento com Israel, que bombardeia a Palestina há décadas e remete os palestinianos a um regime de *apartheid*, principalmente depois de todo o financiamento da causa palestiniana. Todavia, o «papel de defensora dos interesses da comunidade árabe-muçulmana na região» é um ato

discursivo feito essencialmente para dentro. É um ato discursivo que pretende unir os sauditas em torno deste seu «papel», e projetar o Estado como grandioso, um Estado que é «pessoa de bem» e que defende os interesses de toda a comunidade muçulmana, a Umma. Neste quadro, a política externa saudita apresentou-se como realista e pragmática, capaz de forjar as alianças e acordos *ad hoc* que forem necessários para a sua sobrevivência, sem olhar a ideologias.

A «Doutrina Salman» pretende que sejam desenvolvidos os meios necessários para isolar o Irão e os seus aliados, restabelecendo assim algum equilíbrio regional. Um dos instrumentos-chave da nova diplomacia saudita será o CCG e o Red Sea Council¹⁵. Através dos seus mecanismos, a Arábia Saudita fará tudo para proteger os interesses árabe-sunitas na região, face à possibilidade da formação de um «arco xiita», tentando contrabalançar com um «arco sunita» liderado por si própria. Assim se explica a importância do Iémen, mas também da Síria e do Iraque para a segurança regional da Arábia Saudita.

VIRAGEM E ADAPTAÇÃO

O ano de 2015 foi um ano de viragem e de adaptação da política externa da Arábia Saudita ao seu novo contexto. Neste quadro de adaptação surgiu a parceria bilateral estratégica da Arábia Saudita com os Emirados Árabes Unidos (EAU)¹⁶. O eixo Riade-Abu Dhabi assenta num entendimento circunstancial motivado pela complementaridade dos seus objetivos regionais, e na vontade de desenvolver uma diplomacia mais intervencionista e agressiva no Golfo, no Corno de África, mas também no mar Vermelho, onde se assiste à rivalidade e competição estratégica entre os eixos Riade-Abu Dhabi e Ancara-Doha pelo domínio geopolítico dessas águas e dessa região¹⁷. A política tribal praticada pelo eixo Riade-Abu Dhabi em relação às tribos do Qatar demonstra como as tribos e a política tribal ainda são elementos relevantes na geopolítica do Golfo e demonstra a maior agressividade do intervencionismo pretendido na região por MBS e Mohammad Bin Zayed¹⁸

(MBZ)¹⁹. Aquele eixo é uma parceria estratégica através da qual a Arábia Saudita pretende desenvolver e consolidar a sua visão e hegemonia regionais no novo contexto que surgiu a partir de 2015. Neste âmbito, a questão palestina deixou de ser uma prioridade para vários Estados árabes, abrindo-se

NESTE ÂMBITO, A QUESTÃO PALESTINIANA DEIXOU DE SER UMA PRIORIDADE PARA VÁRIOS ESTADOS ÁRABES, ABRINDO-SE ESPAÇO A UMA TENDÊNCIA DE CONGRUÊNCIA DE INTERESSES E PERCEÇÃO DAS AMEAÇAS ENTRE A ARÁBIA SAUDITA E ISRAEL.

espaço a uma tendência de congruência de interesses e percepção das ameaças entre a Arábia Saudita e Israel. A Arábia Saudita, no entanto, delega a cooperação direta com Israel para o seu aliado, os Estados Unidos, pois uma cooperação aberta e direta da Arábia Saudita com Israel era um cenário muito improvável²⁰.

Esta aliança ou aproximação *ad hoc* foi de natureza pragmática, circunstancial e não ideológica, inscrevendo-se claramente na mudança de paradigma da política regional

saudita, para quem há uns anos o cenário de uma aproximação a Israel seria impossível. O contexto mais perigoso, ameaçador e preocupante para a Arábia Saudita é, sem dúvida, o contexto regional. É assim natural que o contexto global sirva para tentar inverter essa tendência, para procurar possíveis aliados e soluções que possam ajudar a reduzir a instabilidade e a insegurança regionais.

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS E DOS PAÍSES EUROPEUS

Até 2022, a Arábia Saudita continuou a privilegiar a sua relação com os Estados Unidos acima de qualquer outra. Tentou – através dos novos contratos de compra de armamento que assinou com a China e a Rússia – levar os Estados Unidos a continuar forçosamente a prestar atenção às suas movimentações, dado que estas ameaçam os seus interesses²¹. A estratégia de chantagear os americanos com a sua «nova vontade» de diversificar as suas fontes de armamento e de cooperação política e securitária, aliada às concessões que MBS tem feito aos Estados Unidos, como a libertação da ativista Loujain Al-Hathloul, assim como a aparente «acalmia» da sua impulsividade e imprudência, e da sua política externa regional, parecem estar a dar frutos. Biden não quis impor o Khashoggi Ban nem sancionar MBS pelo homicídio perpetrado pelo próprio Estado saudita, nem responsabilizar MBS pessoalmente. Sendo assim, o atual Presidente dos Estados Unidos respondeu, ele também, com uma concessão da sua parte. As relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita ainda estão longe da rutura, mesmo se entraram num novo paradigma a partir da luz verde dada por Biden à desclassificação do relatório da CIA, que permitiu que o mundo visse, em mais uma ocasião, a face mais obscura do regime saudita. A retirada do apoio americano à guerra no Iémen e a vontade expressa do seu Presidente em não vender mais armamento ofensivo à Arábia Saudita é mais um sinal de que as relações se deterioraram. A Administração Biden abriu um precedente, e deixou o seu aliado saudita desprotegido na arena internacional e regional, pressionando-o para que encontrasse outras opções, procurasse novos aliados, obrigando-o a reduzir a sua hostilidade regional e a imprudência das suas escolhas.

MBS terminou a contenda com o Qatar, conversou com o Irão e com a Turquia e insiste, em 2022, em «demonstrar essa vontade de desaceleração da hostilidade regional», indo ao encontro das expectativas do presidente americano²². Todavia, o Irão decidiu interromper as conversações informais com a Arábia Saudita depois de esta ter procedido a uma execução em massa de 81 pessoas no mesmo dia (das quais 36 seriam xiitas), demonstrando que a conduta do príncipe herdeiro, pelo menos a nível interno, se mantém.

A invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022, acabou por ser um *game changer* nas relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita (que nas Nações Unidas, num primeiro momento, não condenou a Rússia) e nas relações entre os Estados Unidos e o Médio Oriente²³. A prioridade de Biden é agora fazer baixar o preço do petróleo e isolar a Rússia no sistema internacional. Para isso, a Arábia Saudita, como presidente

da OPEP+, deveria aceitar aumentar o ritmo da produção petrolífera. Num primeiro momento o decisor saudita recusou, questionando-se por que razão deveriam os aliados regionais dos Estados Unidos ajudá-los a conter a Rússia na Europa, quando Washington favoreceu a Rússia e o Irão no Médio Oriente. Num segundo momento, MBS escolhe a seguinte estratégia: só aceita aumentar o ritmo da produção se os Estados Unidos continuarem a apoiar a guerra levada a cabo no Iémen para proteger os seus interesses. A estratégia do príncipe deu frutos. MBS aceitou um cessar-fogo de dois meses no Iémen e aceitou aumentar o ritmo da produção petrolífera. Em troca, Joe Biden foi falar diretamente com MBS a Riade, demonstrando que a parceria estratégica entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita não vai ser «recalibrada» e continua a ser vital para os interesses dos Estados Unidos, como ainda é para os interesses da Arábia Saudita.

No mês de julho de 2022, no âmbito da sua visita de quatro dias a Israel e à Arábia Saudita, assistimos à chegada de Joe Biden a Riade, vindo diretamente de Israel, cumprimentando o príncipe herdeiro (com o qual afirmou que não dialogaria diretamente) com um *fist bump* filmado e transmitido no mundo inteiro²⁴. Este momento representou uma grande vitória para MBS e para a sua política externa²⁵. Além disso, assistimos igualmente à abertura do espaço aéreo saudita a todas as operadoras, inaugurando assim a possibilidade de se voar diretamente de Israel para a Arábia Saudita e vice-versa²⁶. Este momento é bastante demonstrativo da cada vez maior aproximação e cooperação informal entre os dois Estados.

No mesmo mês assistimos à visita oficial de MBS à Grécia e a França, para celebrar novos acordos bilaterais de cooperação. Em Atenas, foi assinado um memorando de entendimento que inclui vários acordos sobre energias renováveis, petróleo, gás, petroquímicos e tecnologia para combater o aquecimento global e projetar a Arábia Saudita como um modelo de desenvolvimento sustentável verde.

Em Paris, MBS foi recebido por Emanuelle Macron com um caloroso aperto de mão e um *working dinner*, no qual abordaram a questão da crise energética europeia, a guerra no Iémen, a reativação do acordo nuclear do Irão e a questão dos direitos humanos. A diferença entre o rápido *fist bump* de Biden e o caloroso e longo aperto de mão a Macron saltam à vista²⁷. Isto deveu-se à postura do Presidente francês, que se apresenta como o principal interlocutor dos *outcasts* do sistema internacional, pronto a dialogar, mas também ao facto de a Arábia Saudita ser a maior compradora de armamento francês, e de ser uma parceira inegável na resolução ou no abrandamento da crise energética que se vive atualmente na Europa²⁸.

Em agosto de 2022, Salma Al-Chehab – doutoranda no Reino Unido, regressada à Arábia Saudita de férias, de origem xiita – foi condenada a trinta e quatro anos de prisão por ter escrito, na rede social X, «liberdade aos prisioneiros de consciência e a cada pessoa oprimida no mundo», além de ter demonstrado apoiar Loujain Al-Hathloul²⁹. Esta pena é a mais alta alguma vez atribuída a um ativista dos direitos humanos no

reino, tendo sido precedida de uma detenção arbitrária e de práticas de tortura. Esperou, detida, pelo «juízo» durante 285 dias, e terá sido forçada a reconhecer que era simpatizante da Irmandade Muçulmana, apesar de ser xiita, o que é contraditório e denota a arbitrariedade abissal do sistema jurídico saudita. A rede social X, detida em 5% pelo príncipe Al-Walid Bin Talal, simpatizante de MBS, não comentou a condenação. Em suma, a política externa da Arábia Saudita transformou-se, em certa medida, a partir de 2021. Isto através de uma nova postura que procurou mostrar abertura ao diálogo na sua região e a nível global, contrastando totalmente com a postura inicial de MBS, extremada e imprudente. Os abusos e as violações dos direitos humanos do regime são encobertos por um «manto de modernidade, desenvolvimento económico e tecnológico» que, ao ser projetado na arena global, visa dar uma imagem positiva, moderna e liberal tanto da Arábia Saudita como do seu líder. Simultaneamente, a liderança saudita continua a eliminar e a perseguir a um ritmo feroz os dissidentes, os ativistas e os opositores ao regime do clã Salman, recorrendo a todo o tipo de detenções e julgamentos arbitrários, ao terrorismo informático, e continuando com as práticas de tortura e as decapitações que atingiram um número record desde a chegada do novo rei em 2015³⁰.

A POLÍTICA EXTERNA DA ARÁBIA SAUDITA TRANSFORMOU-SE, EM CERTA MEDIDA, A PARTIR DE 2021. ISTO ATRAVÉS DE UMA NOVA POSTURA QUE PROCUROU MOSTRAR ABERTURA AO DIÁLOGO NA SUA REGIÃO E A NÍVEL GLOBAL, CONTRASTANDO TOTALMENTE COM A POSTURA INICIAL DE MBS, EXTREMADA E IMPRUDENTE.

MUDANÇA NA CONTINUIDADE

A partir de 2015, a política externa da Arábia Saudita foi totalmente subordinada à estratégia da mudança dentro da continuidade, pois esta permitirá a sobrevivência do Estado e a continuidade da dinastia vigente. Os contextos interno, regional, e global, nos quais a Arábia Saudita se movimenta, justificam a utilização desta estratégia para assegurar, numa linha teórica realista, a prossecução do interesse próprio do Estado, que é sobreviver e não ser aniquilado pelas múltiplas ameaças que o rodeiam. É uma estratégia política transversal do Estado saudita, e é a estratégia primordial do atual governo, que pretende assegurar a todo o custo a sua sobrevivência no contexto pós-2015.

A última monarquia absoluta do mundo, e o único país cujo nome emana da família que o governa, vê a sua sobrevivência e hipóteses de continuidade completamente dependentes da obtenção de lucros e recursos financeiros do Estado. A base da legitimidade política e governativa da monarquia sempre foi a redistribuição de dividendos do Estado para colmatar a falta de lealdade e coesão da população em relação à instituição dinástica. A legitimidade da instituição monárquica saudita está ligada à conquista militar e ao expansionismo de uma organização tribal que se tornou administradora de todas as outras, e não à existência de um sentimento de pertença nacional que reúna o conjunto dos sauditas em torno da lealdade política ao seu rei. Neste sentido, o sucesso e

a sobrevivência da Arábia Saudita sempre estiveram ligados à capacidade de o Estado obter e distribuir capitais, e de saber gerir as ameaças que emanam do seu contexto regional.

A rivalidade da Arábia Saudita com o Irão é estrutural, e deriva do período pré-estatal e pré-moderno da formação do seu Estado. A Arábia Saudita nasceu das cinzas do Império Otomano, e as duas entidades políticas nunca foram compatíveis, pois a existência de uma ameaçava diretamente a outra. A revolução iraniana de 1979 agravou ainda mais o antagonismo político, cultural e religioso entre os dois³¹. Podemos afirmar que, desde a sua formação, a entidade estatal saudita é indissociável da sua incompatibilidade (territorial, política, cultural, social, religiosa e étnica) com a entidade estatal iraniana. Esta incompatibilidade é profunda e estrutural, e por isso é natural que a Arábia Saudita veja o seu sucesso no insucesso do Irão e vice-versa.

O ano de 2015 foi assim um ano transformador para a Arábia Saudita, nomeadamente no que se refere à política externa. À primeira vista, este ano parece ter vindo «romper com o passado» a vários níveis, no entanto, não houve cortes radicais nem mudanças de carácter altamente revolucionário. O Estado saudita reagiu a esses acontecimentos como sempre foi seu apanágio desde a sua criação, adaptando-se. De 2015 em diante, tem-se assistido a uma Arábia Saudita que reage às mudanças, empenhada em adaptar-se e em praticar ações que lhe permitam assegurar os seus interesses, sendo que o último é a sobrevivência do Estado.

O decisor político saudita foi obrigado a tomar decisões pragmáticas baseadas nas conjunturas, numa tentativa permanente de equilíbrio entre as forças transformadoras e as forças tradicionais, entre o «novo» e o «velho», entre manter a coesão e a estabilidade do reino ao mesmo tempo responder aos desafios do presente e antever os do futuro, e assegurar a continuidade do Estado. Por estas razões, desde 2015, as decisões de política externa da Arábia Saudita pareceram incoerentes e contraditórias. Estas características são fruto da sua tentativa de adaptação, perseguindo permanentemente o objetivo de se adaptar para sobreviver. A política externa da Arábia Saudita não se adaptou com o objetivo da mudança, mas da continuidade, pois só dessa forma seria possível garantir a existência do Estado.

A nível interno, a estratégia da «mudança dentro da continuidade» é visível através da chegada de um novo monarca que rompeu com a tradição sucessória que até aí tinha vigorado, a do sistema adélfico, para assegurar a continuidade e sobrevivência do Estado através da elevação de MBS, um príncipe herdeiro jovem, mais preparado para os desafios da atualidade e com perfil autoritário, a próximo rei da Arábia Saudita.

Essa estratégia é igualmente visível a nível económico e social, através das transformações do mercado de trabalho, da promoção de medidas de austeridade, da fiscalidade e do Plano Vision 2030 que visa «refundar» a economia saudita. Perante a situação da entrada da Arábia Saudita em défice orçamental pela primeira vez na sua história em 2015, o Estado saudita finalmente compreendeu a urgência de diversificar

a sua economia que dependia totalmente do petróleo e iniciou o seu caminho nesse sentido. Para sobreviver e assegurar a sua continuidade perante os desafios económicos e sociais que se lhe apresentavam, a Arábia Saudita alterou a sua estrutura económica e social no sentido de se adaptar às mudanças ao mesmo tempo que quer preservar a estabilidade e a longevidade da monarquia.

Há um afastamento da segmentação tradicional em volta da instituição dinástica, do tribalismo, e da doutrina wahabita, para no seu lugar promover um sentimento de pertença nacional que una os sauditas em volta da refundação económica do país, que entrou na «nova era do pós-petróleo» promovendo MBS como a única figura legítima na liderança desse processo, consolidando a sua legitimidade enquanto futuro rei saudita.

A nível regional, a estratégia da «mudança dentro da continuidade» ocorre através da aproximação informal a Israel. Apesar de haver um alinhamento cada vez mais forte nos seus interesses, o Estado saudita não pode deixar cair oficialmente a causa palestiniana nem irá secundarizar a importância da sua identidade árabe e de guardião dos locais sagrados do islão para cooperar formalmente com Israel.

APESAR DE HAVER UM ALINHAMENTO
CADA VEZ MAIS FORTE NOS SEUS INTERESSES,
O ESTADO SAUDITA NÃO PODE DEIXAR CAIR
OFICIALMENTE A CAUSA PALESTINIANA NEM IRÁ
SECUNDARIZAR A IMPORTÂNCIA DA SUA
IDENTIDADE ÁRABE E DE GUARDIÃ DOS LOCAIS
SAGRADOS DO ISLÃO PARA COOPERAR
FORMALMENTE COM ISRAEL.

É igualmente visível através da utilização do CCG como instrumento de legitimação da agenda diplomática regional da Arábia Saudita. A partir de 2015, a diplomacia do CCG tornou-se mais ofensiva e adotou um intervencionismo mais híbrido, deixando o seu papel tradicional de *soft power* financeiro e religioso, alinhando-se com a nova doutrina e as novas orientações da política externa saudita. O CCG é um dos instrumentos através dos quais a Arábia Saudita irá promover a estratégia da «mudança dentro da continuidade» a nível regional, ao proteger os interesses das monarquias tribalo-dinásticas do Golfo. Também a instituição e utilização do Red Sea Council serve como instrumento de legitimação da agenda regional da Arábia Saudita. Instituído em 2020, é através dele que a Arábia Saudita quer promover os seus interesses (sendo que o seu interesse primordial é assegurar a estabilidade e continuidade do Estado) no mar Vermelho e no Corno de África. A Arábia Saudita vê o CCG e o Red Sea Council como instrumentos diplomáticos de continuidade, pois protegem a hegemonia regional saudita e os seus interesses no novo contexto pós-2015.

A parceria estratégica entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos é igualmente demonstrativa de uma nova abordagem pragmática e circunstancial ao sistema de alianças e à política regional. Foi em 2015 que se assistiu ao fim do isolamento diplomático do Irão e à sua aproximação aos Estados Unidos de Obama, o que foi obviamente percecionado como «uma traição» pelos sauditas. Entendendo que o contexto regional e global favorecia o Irão, deixando a Arábia Saudita desprotegida, o Estado saudita viu-se obrigado

a reagir firmemente na proteção dos seus interesses vitais e assumiu uma postura ofensiva ao invadir o Iémen. Na ótica da questão do dilema de segurança trazida pela teoria realista das relações internacionais, diremos que o Estado saudita assumiu uma postura realista ofensiva ao invadir o Iémen, numa tentativa de demonstração internacional do seu poder para defender os seus próprios interesses regionais sem os Estados Unidos. Foi uma reação ofensiva para proteger os interesses sunitas e assegurar a sua própria continuidade combatendo o expansionismo do Irão.

CONCLUSÕES

Fica assim claro que a partir de 2015 a estratégia da mudança dentro da continuidade levou a Arábia Saudita a romper com a sua linha tradicional de política externa e a assumir uma postura mais ativa e agressiva na defesa dos seus interesses e da sua segurança. A sua política externa tornou-se mais pragmática, realista, não ideológica e adaptável às circunstâncias.

A nível global, a relação e a aliança com os Estados Unidos continuam a ser vitais para a sobrevivência e continuidade do Estado saudita como o conhecemos hoje, pois sabemos como a existência da Arábia Saudita (moderna) é indissociável da sua relação com o seu aliado americano. No entanto, perante a mudança de paradigma da política externa americana para o Médio Oriente inaugurada por Obama, a política externa da Arábia Saudita adaptou-se ao seu novo contexto. Procurou novos parceiros económicos e de segurança na China e na Rússia, numa lógica de ganho duplo.

O Estado saudita é o maior importador de armas do mundo e não pode abdicar da compra de armas ofensivas pois é da sua obtenção que depende a sua segurança³². Apesar dos sinais dados pela administração americana de Joe Biden, e das novas parcerias com a Rússia, com a China e com a França, o objetivo da Arábia Saudita é continuar a ter acesso à compra de armamento sofisticado americano para assegurar a prossecução dos seus interesses regionais.

A estratégia da «mudança dentro da continuidade» pode ser igualmente identificada através do esforço diplomático e de relações públicas desenvolvido pelo Estado saudita para reabilitar a sua reputação e credibilidade internacionais, ao mesmo tempo que entrou no período mais repressivo da sua história moderna. A repressão das dissidências foi ferozmente reforçada no contexto pós-2015, denotando uma óbvia preocupação do Estado em manter a sua coesão e estabilidade e, em última análise, garantir a sua sobrevivência num contexto em que o sistema redistributivo está em crise e ameaça a coesão, a estabilidade e a paz social da Arábia Saudita. **RI**

Data de receção: 13 de outubro de 2022 | Data de aprovação: 11 de outubro de 2023

NOTAS

- 1 Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado «A Política Externa da Arábia Saudita a partir de 2015. Mudanças e Continuidades», desenvolvida no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da Professora Alexandra Dias, e apresentada a 28 de junho de 2022.
- 2 FOURMONT-DAINVILLE, Guillaume – *Géopolitique de l'Arabie Saoudite, la guerre intérieure*. Paris: Ellipses Édition, 2005. Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres da autora.
- 3 FRISON-ROCHE, François – «L'avenir incertain du Yémen». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 45-52.
- 4 AL-RAISI, Lara – *Iran-Arabie Saoudite: Le choc des Titans*. Paris: Éditions Erick Bonnier, 2018.
- 5 SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim – *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- 6 PINTO, Ana Santos – «Arábia Saudita». In FREIRE, Maria Raquel – *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 77-95.
- 7 DIECKHOFF, Alain – «Israel/Palestine: un conflit devenu périphérique». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 24-29.
- 8 FRISON-ROCHE, François – «L'avenir incertain du Yémen», p. 48.
- 9 AMIR-ASLANI, Ardavan – *Arabie Saoudite: de l'influence à la décadence*. Paris: Éditions de l'Archipel, 2017.
- 10 PARTRICK, Neil – *Saudi Arabian Foreign Policy, Conflict and Cooperation*. Londres: I.B. Tauris, 2018.
- 11 DAZI-HÉNI, Fatiha – *L'Arabie Saoudite en 100 questions*. Paris: Éditions Tallandier, 2017.
- 12 *Ibidem*.
- 13 HALLIDAY, Fred – *The Middle East in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- 14 AL-RAISI, Lara – *Iran-Arabie Saoudite...* 15 de junho de 2022. Consultado em: 29 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/15/israel-hopes-biden-trip-helps-tighten-ties-with-saudi-arabia>; BIDEN, Joe – «Why I'm going to Saudi Arabia». In *The Washington Post*. 9 de julho de 2022. Consultado em: 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/07/09/joe-biden-saudi-arabia-israel-visit/>.
- 15 *Ibidem*.
- 16 LOUËR, Laurence – «Arabie Saoudite et Émirats arabes unis: un nouvel axe régional». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 96-101.
- 17 «MOYEN-ORIENT. ENTRE Ankara et Riyad, un rapprochement à multiples visées». *Courrier International*. 29 de abril de 2022. Consultado em: 21 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.courrierinternational.com/article/moyen-orient-entre-ankara-et-riyad-un-rapprochement-a-multiples-visees>.
- 18 Príncipe herdeiro do emirado de Abu-Dhabi e dirigente máximo dos Emirados Árabes Unidos.
- 19 PETERSON, J. E. – «Tribe and state in the contemporary Arabian Peninsula». LSE blog. 12 de julho de 2018. Consultado em: 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/12/tribe-and-state-in-the-contemporary-arabian-peninsula/>.
- 20 PARTRICK, Neil – *Saudi Arabian Foreign Policy, Conflict and Cooperation...*
- 21 KANDEL, Maya – «États-Unis Arabie Saoudite, une alliance ambiguë». In *Questions Internationales*. N.º 89, 2018, pp. 78-83; KATZ, Mark N. – «Saudi Arabia is trying to make America jealous with its budding Russia ties». *Atlantic Council*. 27 de agosto de 2021. Consultado em: 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/saudi-arabia-is-trying-to-make-america-jealous-with-its-budding-russia-ties/>.
- 22 DUNNE, Charles W. – «A tough nut to crack: rebalancing the US-Saudi relationship». Arab Center Washington DC. 2 de junho de 2021. Consultado em: 13 de junho de 2021. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/a-tough-nut-to-crack-rebalancing-the-us-saudi-relationship/>.
- 23 LINCH, Marck; TELHAMI, Shibley – «Ukraine war has side effects on Middle East geopolitics». In *The Washington Post*. 11 de abril de 2022. Consultado em: 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/04/11/which-countries-are-up-which-are-down-middle-east/>.
- 24 «ISRAEL HOPES BIDEN trip helps improve ties with Saudi Arabia». Al-Jazeera. 15 de junho de 2022. Consultado em: 29 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/15/israel-hopes-biden-trip-helps-tighten-ties-with-saudi-arabia>; BIDEN, Joe – «Why I'm going to Saudi Arabia». In *The Washington Post*. 9 de julho de 2022. Consultado em: 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/07/09/joe-biden-saudi-arabia-israel-visit/>.
- 25 «MALGRÉ SA PROMESSE de traiter l'Arabie saoudite en "paria", Joe Biden va rencontrer MBS». *FRANCE 24*. 3 de junho de 2022. Consultado em: 3 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/am%C3%A9riques/20220602-malgr%C3%A9-sa-promesse-de-traiter-l-arabie-saoudite-en-paria-joe-biden-va-rencontrer-mbs>
- 26 AL-ATRUSH, Samer; SCHWARTZ, Felicia – «Saudi Arabia opens airspace to Israeli flights». In *Financial Times*. 15 de julho de 2022. Consultado em: 2 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1c3ec6d1-4391-41e7-b37f-f191c8d8e683>; AVIS, Daniel – «Saudi Arabia opens skies to Israeli flights in win for Biden». Bloomberg. 15 de julho de 2022. Consultado em: 2 de agosto de 2022. Disponível em: <https://ajot.com/news/saudi-arabia-opens-skies-to-israeli-flights-in-win-for-biden>.
- 27 NOACK, Rick; FAHIM, Kareem – «Saudi crown prince engages in long handshake with Macron on rehabilitation tour». In *The Washington Post*. 28 de julho de 2022. Consultado em: 1 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/07/28/mbs-macron-france-khashoggi/>.
- 28 «MACRON DEFIES CRITICISM to host Saudi Crown Prince MBS in Paris». Al-Jazeera. 28 de julho de 2022. Consultado em: 28 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/7/28/saudi-leader-mbs-meets-macron-in-paris-amid-criticisms>.
- 29 «EDITORIAL – ARABIE SAOUDITE: la scandaleuse condamnation de Salma Al-Chehab». In *Le Monde*. 20 de agosto de 2022. Consultado em: 29 de agosto de 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/08/20/arabie-saoudite-la-scandaleuse-condamnation-de-salma-al-chehab_6138546_3232.html.

30 SCHAER, Cathrin; KNIPP, Kersten – «Saudi Arabia fights to rehabilitate its image after Khashoggi murder». In *Deutsche Welle*. 12 de julho de 2021. Consultado em: 3 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/saudi-arabia-winning-fight-to-rehabilitate-image/a-60044292>.

31 GAUB, Florence – «War of words, Saudi Arabia vs. Iran». Brief-EUISS, European Union Institute for Security Studies. 5 de fevereiro de 2016. Consultado em: 13 de junho de 2021. Disponível em: https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief_2_Saudi_Arabia___Iran_01.pdf.

32 WEZEMAN, Pieter D.; KUIMOVA, Alexandra; WEZEMAN, Siemon T. – «Trends in international arms transfers 2020». SIPRI Factsheet. Março de 2021. Consultado em: 31 de maio de 2021. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020.pdf.

BIBLIOGRAFIA

AL-ATRUSH, Samer; SCHWARTZ, Felicia – «Saudi Arabia opens airspace to Israeli flights». In *Financial Times*. 15 de julho de 2022. Consultado em: 2 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1c3ec6d1-4391-41e7-b37f-f191c8d8e683>.

AL-RAISI, Lara – *Iran-Arabie Saoudite: Le choc des Titans*. Paris: Éditions Erick Bonnier, 2018.

AMIR-ASLANI, Ardavan – *Arabie Saoudite: de l'influence à la décadence*. Paris: Éditions de l'Archipel, 2017.

AVIS, Daniel – «Saudi Arabia opens skies to Israeli flights in win for Biden». Bloomberg. 15 de julho de 2022. Consultado em: 2 de agosto de 2022. Disponível em: <https://ajot.com/news/saudi-arabia-opens-skies-to-israeli-flights-in-win-for-biden>.

BIDEN, Joe – «Why I'm going to Saudi Arabia». In *The Washington Post*. 9 de julho de 2022. Consultado em: 12 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/07/09/joe-biden-saudi-arabia-israel-visit/>.

DAZI-HÉNI, Fatiha – *L'Arabie Saoudite en 100 questions*. Paris: Éditions Tallandier, 2017.

DIECKHOFF, Alain – «Israel/Palestine: un conflit devenu périphérique». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 24-29.

DUNNE, Charles W. – «A tough nut to crack: rebalancing the US-Saudi relationship». Arab Center Washington DC. 2 de junho de 2021. Consultado em: 13 de junho de 2021. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/a-tough-nut-to-crack-rebalancing-the-us-saudi-relationship/>.

«EDITORIAL – ARABIE SAOUDITE: la scandaleuse condamnation de Salma Al-Chehab». In *Le Monde*. 20 de agosto de 2022. Consultado em: 29 de agosto de 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/08/20/arabie-saoudite-la-scandaleuse-condamnation-de-salma-al-chehab_6138546_3232.html.

FOURMONT-DAINVILLE, Guillaume – *Géopolitique de l'Arabie Saoudite, la guerre intérieure*. Paris: Ellipses Édition, 2005.

FRISON-ROCHE, François – «L'avenir incertain du Yémen». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 45-52.

GAUB, Florence – «War of words, Saudi Arabia vs. Iran». Brief-EUISS, European Union Institute for Security Studies. 5 de fevereiro de 2016. Consultado em: 13 de junho de 2021. Disponível em: https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief_2_Saudi_Arabia___Iran_01.pdf.

HALLIDAY, Fred – *The Middle East in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

«ISRAEL HOPES BIDEN trip helps improve ties with Saudi Arabia». Al-Jazeera. 15 de junho de 2022. Consultado em: 29 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/15/israel-hopes-biden-trip-helps-tighten-ties-with-saudi-arabia>.

KANDEL, Maya – «États-Unis Arabie Saoudite, une alliance ambiguë». In *Questions Internationales*. N.º 89, 2018, pp. 78-83.

KATZ, Mark N. – «Saudi Arabia is trying to make America jealous with its budding Russia ties». Atlantic Council. 27 de agosto de 2021. Consultado em: 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/saudi-arabia-is-trying-to-make-america-jealous-with-its-budding-russia-ties/>.

LINCH, Marck; TELHAMI, Shibley – «Ukraine war has side effects on Middle East geopolitics». In *The Washington Post*. 11 de abril de 2022. Consultado em: 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/04/11/which-countries-are-up-which-are-down-middle-east/>.

LOUËR, Laurence – «Arabie Saoudite et Émirats arabes unis: un nouvel axe régional». In *Questions Internationales*. N.º 103-104, 2020, pp. 96-101.

«MACRON DEFIES CRITICISM to host Saudi Crown Prince MBS in Paris». Al-Jazeera. 28 de julho de 2022. Consultado em: 28 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/7/28/saudi-leader-mbs-meets-macron-in-paris-amid-criticisms>.

«MALGRÉ SA PROMESSE de traiter l'Arabie saoudite en "paria", Joe Biden va rencontrer MBS». FRANCE 24. 3 de junho de 2022. Consultado em: 3 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/am-%C3%A9-r-i-q-u-e-s-/20220602->

-malgr%C3%A9-sa-promesse-de-traiter-l-arabie-saoudite-en-paria-joe-biden-va-rencontrer-mbs.

«MOYEN-ORIENT. ENTRE Ankara et Riyad, un rapprochement à multiples visées». Courrier International. 29 de abril de 2022. Consultado em: 21 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.courrierinternational.com/article/moyen-orient-entre-ankara-et-riyad-un-rapprochement-a-multiples-visees>.

NOACK, Rick; FAHIM, Kareem – «Saudi crown prince engages in long handshake with Macron on rehabilitation tour». In *The Washington Post*. 28 de julho de 2022. Consultado em: 1 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/07/28/mbs-macron-france-khashoggi/>.

PARTRICK, Neil – *Saudi Arabian Foreign Policy, Conflict and Cooperation*. Londres: I.B. Tauris, 2018.

PETERSON, J. E. – «Tribe and state in the contemporary Arabian Peninsula». LSE blog. 12 de julho de 2018. Consultado em: 12 de julho de 2021. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/12/tribe-and-state-in-the-contemporary-arabian-peninsula/>.

PINTO, Ana Santos – «Arábia Saudita». In FREIRE, Maria Raquel – *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 77-95.

SCHAER, Cathrin; KNIPP, Kersten – «Saudi Arabia fights to rehabilitate its image after Khashoggi murder». In *Deutsche Welle*. 12 de julho de 2021. Consultado em: 3 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/en/saudi-arabia-winning-fight-to-rehabilitate-image/a-60044292>.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim – *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

WEZEMAN, Pieter D.; KUIMOVA, Alexandra; WEZEMAN, Siemon T. – «Trends in international arms transfers 2020». SIPRI Factsheet. Março de 2021. Consultado em: 31 de maio de 2021. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020.pdf.

O GANDHISMO E A POLÍTICA EXTERNA PÓS-COLONIAL DA ÍNDIA SATYAGRAHA NUMA REALIDADE INTERNACIONAL HOSTIL

Felipe Costa Lima

INTRODUÇÃO

O legado ideológico de Gandhi exerceu uma influência significativa na política externa da Índia desde que esta obteve a independência formal da Inglaterra. No entanto, este impacto tem vindo a diminuir gradualmente ao longo das décadas. A abordagem revolucionária de Gandhi contempla duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar, demonstra o potencial da resistência estratégica não violenta, presente no campo académico dos Estudos de Paz. Em segundo lugar, defende um novo sistema social na Índia conhecido como *Sarvodaya*, que enfatiza a democracia ao nível das aldeias e a autossuficiência económica, e que pode servir como modelo para outras culturas através da sua demonstração prática. Os dois aspectos informam profundamente a perspectiva de Gandhi no que diz respeito às relações internacionais. A resistência estratégica não violenta de Gandhi durante a luta da Índia pela independência conferiu um enorme prestígio a este campo de conhecimento intelectual e prático, que alcançou um reconhecimento global, em especial na esfera académica. Gandhi desempenhou um papel central na formação e desenvolvimento de um novo paradigma de conhecimento científico. Tradicionalmente, a academia tende a comparimentar o conhecimento em dois domínios: o científico, que busca explicar «o que existe», e o humanista, que explora «por que existe». No entanto, estas duas aborda-

RESUMO

Ideias e construções práticas baseadas nas concepções de Mahatma Gandhi têm influenciado ativistas em todo o mundo desde a sua campanha bem-sucedida para libertar a Índia do jugo colonial britânico. Entretanto, as ideias gandhianas são menos consideradas no que concerne ao campo das relações internacionais e, mais especificamente, à política externa indiana. Nesse sentido, este artigo busca compreender a influência do gandhismo na política externa pós-independência da Índia. O artigo começa por explicar a teoria de Gandhi e as suas ideias sobre a ordem internacional para, em seguida, analisar o tipo de influência que as ideias de Gandhi tiveram em determinados períodos da história pós-colonial indiana.

Palavras-chave: política externa indiana, gandhismo, nehruvianismo, hinduísmo político.

ABSTRACT

**GANDHISM AND INDIA'S
POSTCOLONIAL FOREIGN
POLICY: SATYAGRAHA
IN A HOSTILE
INTERNATIONAL REALITY**



Ideals and practical constructs based on Mahatma Gandhi's conceptions have profoundly influenced activists worldwide since his successful campaign to free India from British colonial rule. However, Gandhian ideas have received less attention in the field of international relations, particularly concerning India's foreign affairs. This article aims to examine the influence of gandhism on India's foreign policy post-independence. To achieve this goal, it starts by elucidating Gandhi's theories and ideas on international order and then delve into the impact these ideas had during specific periods in India's postcolonial history.

Keywords: Indian foreign affairs, gandhism, nehruvianism, political hinduism.

gens revelam-se insuficientes numa realidade dinâmica que coloca em questão as fronteiras disciplinares. Em resposta a isto, o campo dos estudos de paz e resolução de conflitos, profundamente influenciado pelo movimento estratégico não violento de Gandhi, introduziu uma forma diferente de conhecimento que visa responder a «o que pode ser»¹. Um dos seus aspectos fundamentais é apresentar uma linguagem científica e um enquadramento organizacional para compreender as lutas sociais de comunidades marginalizadas, em particular no contexto da resistência não violenta.

De facto, «Gandhi foi provavelmente a primeira pessoa na história a elevar a ética do amor de Jesus, de uma mera interação entre indivíduos a uma força social poderosa e efetiva a larga escala»². Este alicerce não violento, ético e pragmático, moldou de forma profunda a visão de Gandhi

de uma potencial organização social para a Índia. *Sarvodaya* era uma proposta de um sistema no qual cada aldeia funcionaria como uma entidade autogovernada, um *Panchayat* com autonomia alargada. Neste quadro, cada aldeia seria autossuficiente e equipada para lidar com um vasto leque de questões, incluindo a capacidade de se defender de ameaças externas³. Considerando os princípios de não-violência estratégica e o *Sarvodaya*, é possível compreender de forma mais aprofundada as contribuições das ideias de Gandhi para as relações internacionais. Esta perspetiva permite-nos avaliar se estes conceitos se alinham com as decisões de política externa da Índia pós-independência no contexto de um sistema de Estados intrinsecamente violento.

O gandhismo advoga uma nova ordem, genuinamente global, baseada no cosmopolitismo pacífico. Alcançar esta visão requer uma análise a dois níveis: primeiro, compreender a interação entre objetivos de curto e longo prazo; segundo, reconhecer a interconexão entre questões internas e internacionais. No que diz respeito aos objetivos de curto prazo, o gandhismo vê o nacionalismo como uma força de libertação poderosa contra a hegemonia internacional e interna, bem como contra o imperialismo. Em consequência disso, o estabelecimento de um Estado-Nação é visto como necessário nas etapas iniciais da libertação, ainda que possa não ser a solução ideal. As novas nações tendem a centralizar o poder e a implementar políticas repressivas e injustas. Em resposta a essa opressão, os indivíduos são encorajados a desafiar os seus governos a transcender esta realidade. Durante a fase de (re)formação do Estado, um país carece normalmente da força necessária para influenciar de forma significativa as questões internacionais, embora possa fazer contribuições retóricas. Ainda assim, é fundamental focar-se nas questões internas para promover o desenvolvimento de uma sociedade justa desde as suas raízes⁴.

O gandhismo vê o sistema internacional como uma fase transitória que irá conhecer uma reforma de longo prazo e de baixo para cima. No que diz respeito às questões internas a longo prazo, o principal objetivo é descentralizar o Estado. Isto deve ser alcançado transferindo a autoridade da tomada de decisões para pequenos governos de base comunitária economicamente autossuficientes e politicamente ativos, conhecidos como *Panchayats*⁵. Neste contexto, democracia, *Ahimsa* (não-violência)⁶, e *Satyagraha* (o poder da verdade) prevaleceriam, fomentando a tolerância para com os outros e promovendo um comportamento moral. Duas propostas importantes emergem destes princípios de base⁷. Em primeiro lugar, os indianos deveriam estabelecer *Panchayats*, como indicado acima, como comunidades morais profundamente radicadas em valores religiosos. Assim, a política deve ser orientada pela moralidade, caracterizada por conduta ética, generosidade e tolerância. Nesta comunidade global imaginada, não haveria lugar para forças policiais ou militares, uma vez que Gandhi acreditava que «eventualmente, o agressor ficaria enojado com os seus próprios ataques contra resistentes desarmados e, a seu tempo, seria transformado pelo seu encontro com a resistência não violenta»⁸. Estas comunidades desempenhariam um papel crucial na política mundial. Assim, com base nestas reformas políticas internas, *Ahimsa*, *Satyagraha* e equidade económica deveriam servir de base para as interações entre as sociedades na arena internacional, tendo em vista construir uma comunidade mundial genuína. Neste contexto, o gandhismo promove um conceito de nacionalismo inclusivo, em vez de exclusivo, uma vez que nesta nova forma de política nem o ódio nem a rivalidade com outras nações são aceitáveis. Porém, a abordagem de Gandhi para as questões e relações internacionais é frequentemente vista como utópica ou idealista.

O GANDHISMO VÊ O SISTEMA INTERNACIONAL COMO UMA FASE TRANSITÓRIA QUE IRÁ CONHECER UMA REFORMA DE LONGO PRAZO E DE BAIXO PARA CIMA. PORÉM, A ABORDAGEM DE GANDHI PARA AS QUESTÕES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS É FREQUENTEMENTE VISTA COMO UTÓPICA OU IDEALISTA.

Apesar de não estarem totalmente realizados, princípios como *Ahimsa*, não-alinhamento, paz, desarmamento, autossuficiência económica (*Swadeshi*), neutralidade positiva e independência completa (*Purna Swaraj*) têm desempenhado um papel importante nas relações externas e nas políticas de segurança da Índia desde que esta obteve a independência formal em relação ao Reino Unido⁹. Quando justapomos estes princípios com as ideias de Gandhi, torna-se aparente que estas estratégias e características duradouras são baseadas ou influenciadas pela filosofia de Gandhi. Por conseguinte, esta investigação irá examinar a história da política externa da Índia para identificar potenciais influências do gandhismo em políticas concretas.

DO NEHRUVIANISMO À REALPOLITIK: AS IDEIAS GANDHIANAS PERDEM FORÇA

Nehru¹⁰ imaginou um sistema federal fortemente centralizado que pudesse responder aos desafios que identificava na Índia pós-independência, em especial a preservação da

integridade territorial e da independência. Na arena doméstica, a política externa de Nehru visava integrar as diversas entidades do antigo Raj britânico, incluindo os estados da Índia britânica e os principados, assim como as possessões coloniais francesas e portuguesas. No contexto regional, a Índia deparava-se com ameaças externas, principalmente devido ao legado tumultuoso da partição. Desde a sua emergência enquanto nação independente, as principais preocupações de segurança da Índia estão relacionadas com o Paquistão e a China. No entanto, em vez de usar o termo «segurança», a diplomacia indiana preferiu referir-se a «defesa». Em termos globais, o imperialismo comportava uma ameaça significativa, acima de tudo por causa dos conflitos ideológicos e concretos entre as superpotências capitalista e comunista, que tinham o potencial de influir direta e indiretamente na Índia¹¹. Embora o gandhismo tenha influenciado até certo ponto as suas ideias, Nehru via-o como demasiado utópico e demasiado comprometido com a descentralização de poder – uma característica que, na sua ótica, iria exacerbar as ameaças existentes à integridade territorial e à independência da Índia. Na visão nehruviana, «para um novo Estado-Nação, que luta pela sua soberania e segurança num ambiente doméstico e internacional turbulento, seguir os preceitos de Gandhi era [...] cortejar o perigo se não mesmo o desastre»¹². Na sequência desta avaliação, Nehru implementou várias políticas para salvaguardar com determinação os interesses da Índia. Isto incluiu investir nas indústrias nacionais de defesa e nuclear, e adquirir sistemas do estrangeiro quando necessário. No entanto, a diplomacia e as suas regras e instituições eram igualmente vitais nas relações externas da Índia. Nehru reconheceu que a paz duradoura não poderia assentar unicamente na força e no poder. No contexto indiano, o poder incluía força económica, capacidade tecnológica e estabilidade social e política¹³. Nehru formulou esta abordagem à política externa da Índia durante o período colonial. Ainda assim, não podemos compreender Nehru sem reconhecer a influência que Gandhi teve sobre ele.

O nehruvianismo instituiu alguns princípios essenciais na política externa indiana, incluindo o respeito mútuo (*Panchsheel*), a defesa da integridade territorial, a soberania, a não-agressão, a não-interferência e a coexistência pacífica enquanto pilares fundamentais¹⁴. É relativamente fácil observar elementos de *Satyagraha* e *Ahimsa* no conceito de *Panchsheel*, o que indica a influência teórica de Gandhi na política externa de Nehru. Além disso, o legado histórico da política externa indiana, especialmente a sua cultura de segurança, parece estar profundamente radicado no nehruvianismo e, por conseguinte, no gandhismo. Por exemplo, o princípio do não-alinhamento, baseado no respeito mútuo, refletia a recusa por parte da Índia de se alinhar de forma permanente com qualquer superpotência ou bloco. Também enfatizava a importância de regras e instituições internacionais enquanto contrapesos ao domínio e coerção das grandes potências. Quando comparadas com as ideias de Gandhi, as formulações de Nehru mostram notáveis semelhanças.

O não-alinhamento foi concebido como elemento de um equilíbrio de poder, efetivamente alinhando as nações mais fracas em oposição às mais fortes, de forma a desafiar

a ordem internacional vigente, radicada na exploração das «massas pobres dos países». Procurava também mediar entre os dois blocos ideológicos durante a Guerra Fria. No que diz respeito às políticas externas de curto prazo, o nehruvianismo e o gandhismo parecem ter alguma concordância. Ambos reconheciam a natureza transitória do sistema internacional. No entanto, existiam diferenças significativas. Enquanto o nehruvianismo aceitava a proeminência do Estado e da estrutura vestefaliana, procurando uma reforma gradual através da colaboração, o gandhismo rejeitava estas bases e visava a sua transformação completa, no sentido de uma futura confederação mundial. Estas diferenças tornam-se ainda mais pronunciadas quando falamos de questões internas.

Nehru defendia a centralização do Estado indiano para reforçar o seu poder e impedir uma dissolução interna, enquanto o gandhismo preconizava uma descentralização profunda na Índia, através da criação de pequenas comunidades autossuficientes por todo o país, comunidades essas que se tornariam os verdadeiros atores na Índia e na política mundial. Para Nehru, a centralização e a primazia do Estado eram essenciais neste período porque, nas suas palavras, «se não resolvermos os problemas básicos do nosso país, os problemas da alimentação, das roupas, da habitação e por aí adiante... seremos varridos do mapa»¹⁵. Assim, a centralização do Estado indiano era vista como crucial para a produtividade económica e como um desígnio nacional vital, embora o Partido do Congresso sempre tenha almejado construir um verdadeiro sistema federal. No entanto, as ideias de Nehru e, conseqüentemente, da maioria do Partido do Congresso acerca da democracia eram profundamente influenciadas pelo secularismo ocidental, ao contrário de Gandhi, que acreditava que valores religiosos eram essenciais na construção de uma comunidade moral. Porém, a sua diferença mais significativa tinha a ver com «o caminho» ou os meios para atingir estes objetivos.

O nehruvianismo nunca rejeitou totalmente a violência e a coerção como meios para atingir os objetivos da Índia, ainda que as considerasse uma solução de último recurso. Para além disso, ainda que Nehru pessoalmente rejeitasse a ideia de usar armas nucleares como instrumentos de política estatal, manteve em aberto

a possibilidade de a Índia as desenvolver, acreditando na necessidade de possuir uma capacidade mínima de dissuasão¹⁶. Por exemplo, Nehru defendia que os hindus e os muçulmanos tinham sido manipulados pelos britânicos não só antes e durante o processo

O NEHRUVIANISMO NUNCA REJEITOU TOTALMENTE
A VIOLÊNCIA E A COERÇÃO COMO MEIOS
PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DA ÍNDIA,
AINDA QUE AS CONSIDERASSE UMA SOLUÇÃO
DE ÚLTIMO RECURSO.

de independência, mas também depois da independência da Índia. Para demonstrar este argumento, apontou para o facto de as potências neocoloniais frequentemente explorarem a rivalidade entre a Índia e o Paquistão¹⁷. Todavia, mesmo com estes pressupostos, Nehru recorreu à força várias vezes para defender o que entendia serem os interesses da Índia.

Nehru procedeu com extrema cautela ao lidar com questões territoriais entre a Índia e o Paquistão. Por exemplo, quando o Paquistão invadiu e iniciou uma guerra no prin-

cipado de Jammu e na Caxemira, a Índia de Nehru interveio apenas quando o antigo monarca concordou em juntar-se à República da Índia e pediu formalmente uma intervenção indiana¹⁸. O Governo de Nehru entrou em guerra contra o Paquistão em 1947 para defender os interesses indianos na Caxemira, mas Nehru tentou não humilhar o Paquistão. Por exemplo, apesar de o Paquistão ter iniciado todos os conflitos indiano-paquistaneses, a Índia concedeu ao Paquistão o estatuto de «Nação Mais Favorecida» e foi o primeiro país a propor acordos de paz. Pelo contrário, o Paquistão nunca deu à Índia o mesmo estatuto de «Nação Mais Favorecida»¹⁹.

Durante o Governo de Nehru, a Índia emergiu como um dos primeiros proponentes de um tratado de abolição de testes nucleares e em 1952 introduziu, juntamente com a Irlanda, uma proposta de resolução para a abolição dos testes nucleares à escala global. A Índia visava criar uma ordem global que restringisse o uso da força nas relações internacionais²⁰. Sempre que a diplomacia era o método mais eficaz para resolver conflitos e cooperar com outras nações, o nehruvianismo punha em prática os princípios de Gandhi. Assim, no que diz respeito às questões internacionais, o nehruvianismo pode ser visto como uma abordagem «parcialmente gandhiana», ainda que esta se opusesse filosoficamente à violência. Porém, é de ressaltar como a política externa de Nehru adotou uma forma de *Realpolitik* ao lidar com as potências ocidentais e a sua influência neocolonial e hegemónica ao mesmo tempo que aplicava os princípios de Gandhi em situações contra-hegemónicas. Ao mesmo tempo, o nehruvianismo divergiu do gandhismo de forma concreta em assuntos internos, como discutido anteriormente. Outros exemplos apoiam esta conclusão.

Na ótica de Nehru, a decisão indiana de não assinar o tratado de paz japonês no final da Segunda Guerra Mundial foi uma posição de princípio que visava proteger a soberania do Japão de intervenções indevidas. No entanto, ainda que moralmente sólida, esta decisão afetou a posição da Índia na política global. Dificultou as relações da Índia com os Estados Unidos e não resultou em benefícios materiais consistentes e substanciais nas suas relações com o Japão até recentemente²¹, embora esta situação tenha vindo a mudar gradualmente, em especial ao longo das duas últimas décadas²². No que diz respeito às relações da Índia com a China, a abordagem de Nehru é frequentemente vista como um exemplo cabal da influência do gandhismo na sua estratégia diplomática. Nehru via a China como um parceiro crucial para contrabalançar o imperialismo ocidental. Não só apoiou a inclusão da China socialista no Conselho de Segurança das Nações Unidas como rejeitou propostas americanas e soviéticas em 1950 e 1955, respetivamente, que visavam admitir a Índia à custa da China²³.

A perceção de Nehru dos objetivos da China na sequência da revolução comunista de 1949 parece ter minimizado a importância do ressentimento histórico chinês. As potências ocidentais tinham humilhado a China durante a maior parte da segunda metade do século XIX, desde a assinatura de tratados desiguais como o Tratado de Nanquim até intervenções nas questões internas da China. Em consequência disso, o lema «Nunca Mais» tornou-se uma premissa fundamental do novo governo comunista²⁴. A reconstrução de uma China unida

e poderosa tornou-se o principal objetivo da China comunista. Neste contexto, a Índia era vista de certa forma como um adversário natural porque o território indiano tinha sido considerado parte do império colonial britânico. O território do Tibete tinha laços culturais e históricos significativos com a Índia, e as disputas fronteiriças ao longo dos Himalaias têm continuado a ser uma fonte de tensão nas relações entre estas duas antigas civilizações²⁵. O conflito fronteiriço sino-indiano de 1962, juntamente com a derrota humilhante das forças indianas, constituiu um importante ponto de viragem, não apenas na boa-vontade da Índia para com a China, mas também na sua política externa em geral²⁶. A partir desse momento, o fortalecimento das capacidades de defesa da Índia tornou-se ainda mais essencial na sua política externa. Vários fatores, incluindo os laços de proximidade da China com o Paquistão, o afastamento dos Estados Unidos da região devido à Guerra do Vietname, bem como a instabilidade generalizada no subcontinente indiano, constituíram ameaças substanciais que não podiam ser abordadas unicamente através de diplomacia e de políticas indiretas²⁷. Todavia, o gandhismo continuou até certo ponto a influenciar a política externa indiana, ainda que a sua influência tenha diminuído consideravelmente por esta altura. A era pós-Nehru marcou um momento de viragem na política externa da Índia. Ainda que Nehru tenha enfatizado os aspectos materiais de segurança e defesa, o conflito fronteiriço sino-indiano de 1962 revelou as deficiências da Índia no que diz respeito à tomada de decisões, ao conhecimento técnico e ao planeamento de longo prazo da política externa²⁸. Além disso, a morte de Nehru e o teste nuclear da China em 1964 tornaram mais prementes as preocupações de segurança indianas. Os líderes que se seguiram, como Indira Gandhi e Rajiv Gandhi, internalizaram estas preocupações, em especial no que diz respeito à segurança da Índia num contexto internacional cheio de desafios. Por exemplo, as intervenções no Paquistão Oriental em 1971 e no Sri Lanka em 1987 demonstraram uma abordagem mais proativa por parte da política externa indiana, particularmente na resposta às ameaças regionais e domésticas²⁹. Porém, a diplomacia continuou a desempenhar um papel importante na estratégia de política externa da Índia. O Acordo de Simla entre a Índia e o Paquistão, na sequência da guerra de 1971, sublinhou a necessidade da resolução pacífica de conflitos. Neste período, a Índia também trabalhou em medidas de fortalecimento da confiança com os seus vizinhos³⁰. Ao mesmo tempo, movimentos separatistas internos constituíram uma preocupação de segurança significativa³¹. Por exemplo, a repressão intensa durante a insurgência sikh no Punjab, de 1982 a 1993, contribuiu para um ciclo de ódio e rivalidade entre as comunidades na Índia³².

Os decisores indianos têm mostrado de forma consistente uma vontade de procurar resoluções pacíficas de conflitos armados, refletindo o seu desejo de evitar uma humilhação dos opositores e julgamentos demasiado severos. Por exemplo, apesar da sua

OS DECISORES INDIANOS TÊM MOSTRADO DE FORMA CONSISTENTE UMA VONTADE DE PROCURAR RESOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONFLITOS ARMADOS, REFLETINDO O SEU DESEJO DE EVITAR UMA HUMILHAÇÃO DOS OPOSITORES E JULGAMENTOS DEMASIADO SEVEROS.

posição de força, a Índia tem procurado lidar com a disputa em relação à Caxemira através de organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas e a ASACR (Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional)³³. Vale a pena ressaltar que as intervenções indianas nos países vizinhos durante a década de 1980 foram acima de tudo motivadas pela necessidade de impedir potências externas de ganhar influência no subcontinente indiano³⁴. Estas intervenções estão em linha com o nosso argumento anterior, segundo o qual ainda que a Índia recorra à força para se defender de ameaças hegemônicas e imperialistas, o gandhismo parece orientar a sua abordagem aos conflitos contra-hegemônicos. As ideias gandhianas parecem ter influenciado a cultura de segurança da Índia, que se baseia em perspectivas ideológicas e práticas diferentes das do Ocidente. Estas diferenças levaram a respostas únicas às ameaças que são percebidas no contexto do quadro estrutural mundial³⁵. A esfera nuclear, em especial, mostra que os decisores indianos se deparam com um dilema relativo a potenciais desvios em relação às visões de mundo gandhiana e nehruviana.

O teste nuclear Pokhran 1 de 1974 trouxe para o primeiro plano as preocupações da Índia em relação à sua segurança no contexto de um ambiente hostil, ainda que Indira Gandhi não tenha prosseguido na altura com um programa completo de armamento. A ideia de nuclearizar até ao fim ganhou força quando o ambicioso programa de Rajiv Gandhi para o desarmamento universal falhou em 1988³⁶. Porém, ao mesmo tempo que a Índia desenvolvia as suas capacidades nucleares, as suas forças armadas esclareciam que ficariam satisfeitas com uma postura de dissuasão militar mínima³⁷. Havia uma barreira moral contra os armamentos nucleares, uma vez que o gandhismo e o nehruvianismo se opunham vigorosamente às armas nucleares³⁸. Durante este período, frequentemente associado com o realismo (1964-1990), os princípios nehruvianos e gandhianos continuaram a influenciar os decisores políticos, mesmo em contextos tipicamente marcados pela ênfase realista no poder duro. A abordagem indiana às preocupações contra-hegemônicas continuava a evidenciar um compromisso para com a não-violência nas suas interações com outros países, ainda que talvez com menos ênfase do que em períodos anteriores.

NEOLIBERALISMO E A EMERGÊNCIA DO HINDUTVA: O PAPEL DO GANDHISMO NUMA NOVA ERA

Durante a Guerra Fria, a Índia prosseguiu uma abordagem defensiva e protecionista, tendo em vista promover as suas exportações, importar mercadorias essenciais e obter ajuda ao desenvolvimento bilateral e multilateral³⁹. No entanto, o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a emergência da unipolaridade americana apresentaram novos desafios às políticas externa e de segurança da Índia. Em primeiro lugar, a URSS tinha sido um parceiro crucial para a aquisição e modernização das capacidades militares da Índia. Em segundo lugar, a Índia deixou de poder jogar com a rivalidade entre as duas antigas superpotências para maximizar os seus interesses

nacionais⁴⁰. Em terceiro lugar, os decisores indianos revelaram-se muito cautelosos ao navegar o que era visto como um mundo economicamente multipolar. Em quarto lugar, a crescente dívida externa do país, exacerbada pelo aumento do preço do petróleo e pela necessidade de repatriar mais de cem mil trabalhadores do golfo Pérsico durante a Guerra do Golfo, criaram uma crise financeira potencialmente perigosa⁴¹. Em resposta a este cenário global em transformação, a Índia embarcou em reformas significativas durante a década de 1990 para responder aos desafios de curto e longo prazo.

Na década de 1990, a Índia iniciou uma série de reformas em vários sectores. Estas reformas incluíram liberalização económica através da redução de regulamentações burocráticas, o que abriu o país ao capital estrangeiro, e modernização da economia. Militarmente, a Índia desenvolveu armas nucleares, nomeadamente depois dos bem-sucedidos testes nucleares Pokhran 2 em 1998. Na frente política, foram feitos esforços para enfraquecer o velho sistema burocrático, empoderar as castas e grupos étnicos mais baixos, e promover a emergência de novos partidos políticos. Socialmente, a ênfase foi colocada em dar resposta às desigualdades internas para melhorar o bem-estar de uma porção significativa da população mundial⁴². Notavelmente, neste período, começaram a estreitar-se os diferenciais entre as ambições e capacidades da Índia, e entre a sua retórica e intenções. Isto permitiu à Índia exercer uma influência mais significativa no plano internacional e expandir a sua presença na economia global⁴³. Ainda que alguns possam defender que o gandhismo perdeu a sua influência na política externa indiana durante este período, considero que os ideais gandhianos continuaram a enformar a abordagem deste país, mesmo em matérias relacionadas com questões militares, como as armas nucleares.

Apesar da integração da Índia em organizações multilaterais e da crescente abertura económica, a influência do gandhismo na política externa continua visível. Por exemplo, persiste a retórica do «mais fraco contra o mais forte». Nas décadas de 1960 e 1970, a Índia encetou movimentos contra-hegemónicos defensivos de grande dimensão e diversidade, como o G77. Porém, a estrutura mundial do pós-Guerra Fria levou a Índia a participar em grupos de cooperação mais pequenos e proativos, como o G20 e o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), onde colabora com outras nações emergentes para defender os interesses do Sul Global. Um exemplo significativo desta abordagem cooperativa é a aliança da Índia com o Brasil na defesa do licenciamento compulsório de medicamentos no seio da Organização Mundial do Comércio. Esta atuação visou proteger as populações destes países e estender estas provisões a nações mais vulneráveis, promovendo dessa forma o bem global através da diplomacia. Mesmo no contexto do desenvolvimento de armas nucleares, a Aliança Nacional Democrática (NDA) liderada pelo Partido Bharatiya Janata (BJP)⁴⁴

APESAR DA INTEGRAÇÃO DA ÍNDIA EM ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS E DA CRESCENTE ABERTURA ECONÓMICA, A INFLUÊNCIA DO GANDHISMO NA POLÍTICA EXTERNA CONTINUA VISÍVEL. POR EXEMPLO, PERSISTE A RETÓRICA DO «MAIS FRACO CONTRA O MAIS FORTE».

deparou-se com os limites impostos pelo compromisso histórico da Índia para com a não-violência em questões internacionais, presente ao longo da década de 1990⁴⁵.

Os decisores indianos nunca consideraram o desenvolvimento de armas nucleares no contexto de uma política de «primeiro ataque». Em vez disso, as armas nucleares são vistas como dissuasoras, impedindo outros Estados de atacar a Índia, e a doutrina da «não utilização em primeiro lugar» tem estado em vigor desde o Governo de Nehru⁴⁶. Os testes nucleares levados a cabo pela coligação liderada pelo BJP em 1998 não implicaram uma alteração dramática da política, uma vez que o processo de desenvolvimento de armas nucleares já tinha começado durante a liderança de Rajiv Gandhi em 1989, e os princípios de «dissuasão mútua credível» e «não utilização em primeiro lugar» já eram doutrinas estabelecidas⁴⁷. A retórica do BJP de desenvolver capacidades nucleares e os seus esforços subsequentes no sentido de reforçar a posição global da Índia para recuperar as glórias passadas da *Rashtra* (nação) hindu influenciaram e foram constrangidos pela presença duradoura da *Ahimsa* (não-violência) na formulação das políticas externas da Índia⁴⁸. É interessante notar que, nos anos subsequentes ao teste Pokhran 2, as relações de segurança da Índia com o Paquistão, a China e os Estados Unidos têm conhecido progressos significativos a longo prazo, apesar de reveses ocasionais a curto prazo⁴⁹. Em vez de aderir à lógica da destruição mútua assegurada, a Índia tem aderido de forma consistente ao princípio da «não utilização em primeiro lugar», em especial contra países não nucleares. A aquisição de armas nucleares foi sempre motivada pelo desejo de dissuadir a violência de outros, em vez de iniciar a agressão, um princípio que mesmo o hinduísmo político tem respeitado.

O *Hindutva*, ou hinduísmo político, tem sido uma ideologia proeminente na Índia desde o final do século XIX. Esta ideologia afirma que a Índia é fundamentalmente um Estado civilizacional hindu e, portanto, que os hindus devem ocupar uma posição de supremacia no subcontinente indiano. De acordo com esta perspetiva, as conquistas históricas da Índia por parte dos muçulmanos e dos britânicos são vistas como obstáculos à ascendência dos hindus. Além disso, partidos políticos como o Partido do Congresso, com as suas ideologias seculares, são vistos como tendo prejudicado o avanço dos hindus desde a independência da Índia. Segundo a ideologia do *Hindutva*, a Índia deve passar por um processo de rejuvenescimento espiritual e organizacional que empodere o hinduísmo e permita estabelecer um Estado civilizacional hindu sólido. Espera-se que este Estado hindu assumira um papel central na definição de uma ordem mundial melhorada e mais duradoura, baseada na grandeza civilizacional da Índia e nas suas potenciais contribuições para a cultura a nível global. Porém, de forma a alcançar este objetivo, defende-se que a Índia desenvolva as suas capacidades económicas e militares para alavancar os ideais e as práticas hindus não só no interior do país, mas também à escala global⁵⁰.

O hinduísmo político, tal como é apresentado na ideologia do *Hindutva*, vê de facto a política mundial como uma luta permanente entre civilizações, enfatizando ao mesmo

tempo o papel central da cultura nas relações globais. Ao contrário de outras mundividências, tende a ver a violência sob uma ótica mais positiva, principalmente quando esta violência pode servir para mobilizar e libertar povos oprimidos ou colonizados, ou quando contribui para estabelecer um equilíbrio de poder militar e cultural. De acordo com o *Hindutva*, a curto e médio prazo o mundo vai caracterizar-se por nações autônomas e culturalmente distintas, governadas por zonas de influência dominadas por Estados civilizacionais que detêm poder de veto. A longo prazo, esta ideologia prevê o domínio dos princípios hindus na política mundial⁵¹. Esta perspectiva conservadora tem uma visão favorável das elites hierárquicas e prefere as divisões à instauração de uma ordem mundial igualitária. Estas características diferenciadoras demonstram a discrepância significativa entre o BJP, que se alinha à ideologia do *Hindutva*, e o Partido do Congresso no panorama político indiano.

A influência do pensamento nehruviano no Partido do Congresso estabeleceu uma ideologia liberal, secular, anticomunal e antiviolência na política externa do novo Estado⁵². Em contraste, a ideologia subjacente ao BJP está fortemente associada ao nacionalismo hindu, tal como este é preconizado pelo Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), uma organização nacionalista de voluntários que tem uma influência significativa sobre o partido. Ao contrário do gandhismo, o *Hindutva* acredita que a violência pode ser essencial para construir uma nova ordem mundial. De acordo com líderes como Bal Gangadhar Tilak, um dos primeiros líderes do movimento independentista indiano, a *Satyagraha* (resistência não violenta) minava o respeito próprio dos hindus, uma vez que era vista como encorajando o domínio muçulmano. Além disso, os proponentes desta ideologia viam a passividade e o sofrimento sem resistência como valores cristãos e não hindus⁵³.

No que diz respeito às questões internas, o gandhismo propõe a descentralização do Estado e um conceito inclusivo de nacionalismo, enquanto o hinduísmo político advoga a centralização do poder estatal nas mãos das elites nacionalistas hindus. Este posicionamento mostra a importância dos preceitos religiosos na ideologia do hinduísmo político. Em termos de política externa, o pensamento gandhiano defende a primazia dos *Panchayats* em questões relacionadas com a política global, enquanto o *Hindutva* promove uma abordagem elitista hindu. Adicionalmente, enquanto o gandhismo visa, em primeiro lugar, uma confederação global, o *Hindutva* também tem em mente uma confederação mundial mas sob a liderança de princípios e elites hindus. Os valores religiosos influenciaram profundamente tanto o *Hindutva* como o gandhismo, uma vez que ambos acreditam que a política deve ser guiada por princípios morais, na promoção de condutas éticas, na generosidade e na tolerância. Porém, o *Hindutva* inclina-se para um sistema hierárquico

NO QUE DIZ RESPEITO ÀS QUESTÕES INTERNAS, O GANDHISMO PROPÕE A DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E UM CONCEITO INCLUSIVO DE NACIONALISMO, ENQUANTO O HINDUÍSMO POLÍTICO ADVOGA A CENTRALIZAÇÃO DO PODER ESTATAL NAS MÃOS DAS ELITES NACIONALISTAS HINDUS.

com os hindus no topo da pirâmide⁵⁴. Em contraste, Gandhi defendia de forma consistente uma coexistência horizontal entre diferentes comunidades, acreditando que «as religiões são caminhos diferentes que convergem para o mesmo ponto»⁵⁵. Para restaurar as raízes hindus da Índia e salvaguardar a sua integridade territorial, que é vista sob a ótica de uma nação, um povo e uma cultura, os intelectuais de política externa do BJP acreditam que é essencial adotar uma postura agressiva e exercer pressão internacional face às ameaças externas, especialmente vindas do Paquistão. Estes intelectuais defendem que o desenvolvimento de armas nucleares por parte da Índia melhora a sua segurança e ajuda a que esta se posicione como uma nação próspera e poderosa⁵⁶. Esta perspetiva parecia ter sido posta em prática com os testes nucleares de 1998, que aparentam alinhar-se com a posição assertiva do BJP face ao Paquistão. No entanto, o BJP também iniciou conversações de paz com o Paquistão em 2001 e introduziu «um cessar-fogo sem precedentes ao longo da Linha de Controlo, acompanhado pela Índia em novembro de 2003. Este cessar-fogo marcou o fim de 13 anos de hostilidade na fronteira», ainda que elementos de retórica coerciva tenham continuado⁵⁷. A retórica agressiva do BJP, combinada com a sua política pró-nuclear e com os testes nucleares de 1998, marcaram um distanciamento da abordagem histórica do Partido do Congresso, baseada na conciliação e na ambiguidade nuclear. Porém, esta mudança não transformou por completo a política externa indiana, uma vez que governos anteriores também tinham considerado realizar testes de armas nucleares. Além disso, mantiveram-se as declarações sobre a «não utilização em primeiro lugar», uma moratória a testes nucleares e uma política de segurança de «dissuasão mínima», o que demonstra a influência da Ahimsa na política externa do BJP. Embora uma coligação liderada pelo BJP tivesse governado a Índia de 1998 a 2004, as eleições de 2014 foram centrais para este partido nacionalista hindu. Foi a primeira vez desde as eleições de 1984 que um partido conseguiu assegurar assentos parlamentares suficientes para governar sem precisar do apoio de outros partidos. Esta mudança reflete a crescente importância do *Hindutva* e o correspondente declínio da influência do gandhismo na ideologia e prática de política externa da Índia. O gandhismo parece ter sido incorporado na política de *Panchamrit* de Modi⁵⁸ como um instrumento retórico que suporta os seus cinco pilares essenciais: «dignidade, diálogo, prosperidade partilhada, segurança regional e global, e ligações culturais e civilizacionais»⁵⁹. Esta nova política externa apresenta a Índia como uma potência confiante e influente que procura ser um ator significativo, em vez de um observador passivo. No entanto, como discutido anteriormente, reduziu de certa forma o pensamento de Gandhi a uma mera ideia⁶⁰, enfatizando o seu valor retórico no contexto do poder civilizacional da Índia e da sua influência na política externa.

CONCLUSÃO

O gandhismo influenciou de forma significativa a política externa indiana, especialmente durante a era de Nehru. No entanto, torna-se imperativo ir além do âmbito desta inves-

tigação e analisar os desafios de aplicar as ideias de Gandhi num sistema de Estados caracterizado pela violência extrema. Esta abordagem assenta na ideia de que as relações internacionais baseadas em princípios gandhianos poderão ter perdido de vista complexidades importantes, e na distinção entre aplicar os ideais de Gandhi na Índia e a sua extensão à arena internacional. Em primeiro lugar, no contexto da luta indiana pela independência, a eficácia da não-violência baseou-se nas estratégias de não-cooperação e desobediência civil de Gandhi, que infligiram danos significativos ao regime colonial britânico. Neste contexto, os indianos conseguiram suplantar os seus opressores apesar de estarem em menor número e terem menos apoio internacional. Em segundo lugar, a pressão internacional desempenhou um papel indispensável neste período, uma vez que a supressão de movimentos desarmados e pacifistas com objetivos profundamente morais enfrentou imensos desafios de sustentabilidade a longo prazo, principalmente devido a potenciais intervenções e objeções internacionais. Estas complexidades levantam dúvidas sobre a aplicação prática do gandhismo num ambiente internacional caracterizado pela hostilidade extrema, em que considerações realistas parecem determinar de forma persistente as perceções dos Estados.

Em linha com a perspetiva de Nehru, seria possível dizer que aplicar a abordagem gandhiana num mundo profundamente influenciado pela hegemonia ocidental implicaria riscos significativos. No entanto, isto não nega de forma categórica a possibilidade de se aplicarem os princípios de Gandhi no plano internacional. O Movimento dos Países Não-Alinhados apresenta um paralelo fascinante com a luta da Índia contra o colonialismo britânico. Porém, ao contrário da luta indiana pela independência, o Movimento dos Países Não-Alinhados deparou-se com desafios relacionados com a heterogeneidade de interesses e exigências por parte dos seus Estados-Membros, o que afetou de forma significativa o desenvolvimento de uma agenda política. É importante notar que uma parte substancial dos Estados pós-coloniais, incluindo a Índia, não conseguiram ir além do modelo do Estado-Nação de tipo ocidental, o que limitou o papel da solidariedade interna na definição das agendas domésticas.

UMA PARTE SUBSTANCIAL DOS ESTADOS
PÓS-COLONIAIS, INCLUINDO A ÍNDIA,
NÃO CONSEGUIRAM IR ALÉM DO MODELO DO
ESTADO-NAÇÃO DE TIPO OCIDENTAL, O QUE LIMITOU
O PAPEL DA SOLIDARIEDADE INTERNA
NA DEFINIÇÃO DAS AGENDAS DOMÉSTICAS.

Além disso, o imperialismo e a hegemonia ocidentais influenciaram um grande número de Estados pós-coloniais, o que colocou mais entraves às possibilidades de implementar estruturas democráticas descentralizadas. Estas considerações multifacetadas demonstram a complexidade de aplicar os ideais de Gandhi num contexto internacional, e acabam por evidenciar a complicada interação entre ideologia e as realidades da geopolítica. A influência e a importância dada ao gandhismo nas principais iniciativas de política externa de Nehru, como o Movimento dos Países Não-Alinhados ou a política de irmandade Índia-China, podem ser consideradas um fracasso relativo porque os princípios de Gandhi não foram nem segui-

dos de forma consistente, nem implementados pelos parceiros internacionais da Índia. A tomada de decisões internacionais frequentemente demonstra uma natureza elitista, que impõe limites à participação direta da sociedade civil e impede os países mais pequenos, aqueles com recursos diplomáticos limitados, de influenciarem a agenda internacional. Historicamente, tem faltado à Índia a capacidade de influenciar significativamente a política global, dada a necessidade de recuperar dos danos infligidos pelo domínio colonial britânico para poder exercer influência internacional substancial. Tanto o Partido do Congresso como o BJP partilharam a crença no potencial indiano de grandeza e prosperidade futuras. Ambos reconheceram a importância da consolidação interna, ainda que através de diferentes abordagens. De alguma forma, ambos os partidos contribuíram para este processo de consolidação interna, ainda em curso. No entanto, a visão de mundo apresentada pelo *Hindutva* difere significativamente da que Gandhi imaginou. O «caminho» gandhiano foi acolhido de forma apenas parcial pelo Partido do Congresso e, em menor escala, pelo BJP, o que pode ser visto como uma insuficiência. Ainda assim, a transformação é um processo em andamento. Agora que a Índia parece estar mais segura, confiante e capaz de influenciar uma nova ordem mundial, a resolução bem-sucedida das suas divisões internas através da não-violência seria uma contribuição notável para a humanidade, e serviria como um exemplo potente a ser imitado. De facto, os princípios gandhianos da cooperação e da resolução não violenta poderiam beneficiar importantes problemas globais contemporâneos, incluindo as mudanças climáticas, a sustentabilidade, a paz e uma forma reinventada de globalização. As suas ideias de coexistência pacífica e de procura de uma plataforma comum são altamente relevantes na resposta aos desafios complexos com que o mundo se depara atualmente. **RI**

TRADUÇÃO: JOÃO REIS NUNES

Data de receção: 20 de julho de 2022 | Data de aprovação: 12 de setembro de 2023

Felipe Costa Lima Doutorando em Direito Internacional na Universidade de Estrasburgo (França), e em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) (Brasil), com Bolsa CAPES (cotutela de tese).

Mestre em Direito Internacional Público pela UNISTRA (2018). Mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas (2017).

> 46 Boulevard de la victoire, 67000, Estrasburgo, França | felipe.costa-lima@etu.unistra.fr

- 1 MATYÓK, Thomas – «Preface». In *Critical Issues in Peace and Conflict Studies: Theory, Practice, and Pedagogy*. Plymouth, Reino Unido: Lexington Books, 2011, p. xxv.
- 2 LUTHER KING JR., Martin – *Stride Toward Freedom: The Montgomery Story*. Nova Iorque: Harper Collins, 1958, p. 97.
- 3 MARTIN, Brian – *Nonviolence versus Capitalism*. Londres: War Resisters' International 2001, pp. 80-84.
- 4 BAJPAI, Kanti – «Indian conceptions of order and justice: nehruvian, gandhian, hindutva, and neo-liberal». In *Order and Justice in International Relations*. Oxford Scholarship Online, 2003, cap. 9.
- 5 GANDHI, Mahatma – *The Mind of Mahatma Gandhi*. Navajivan Mudranalaya, Ahmedabad: Navajivan Trust, 1960, p. 330; GANDHI, Mahatma – *Speeches and Writings of Mahatma Gandhi*. 4.ª edição. Madras: G. A. Natesan & Co, 1933, p. 361.
- 6 É importante notar que Gandhi tinha uma confiança pragmática, e não utópica, na não-violência. Nesta perspectiva, Gandhi não rejeitou a violência subalterna como um erro em si: «Acredito que, quando apenas existe uma escolha entre cobardia e violência, eu recomendaria violência... Prefiro ver a Índia a recorrer às armas para defender a sua honra do que comportar-se cobardemente, tornando-se ou permanecendo uma testemunha indefesa da sua própria desonra» (GANDHI, Mahatma – *The Mind of Mahatma Gandhi*, p. 187).
- 7 BAJPAI, Kanti – «Indian conceptions of order and justice...»; MARTIN, Brian – *Nonviolence versus Capitalism*.
- 8 BAJPAI, Kanti – «Indian conceptions of order and justice...», p. 10.
- 9 Ver SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy». In *India Review*. Vol. 8, N.º 1, 2009, pp. 4-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14736480802665162>; BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism». In *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2022, cap. 4, pp. 157-172.
- 10 Mahatma Gandhi foi o mentor do primeiro primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, que ocupou o cargo desde a independência em 1947 até à sua morte em 1964.
- 11 PANAGARIYA, Arvind – «India: a global economic power? Revisiting the past & contemplating the future». In *Journal of International Affairs*. Vol. 64, N.º 2, 2011, pp. 197-212. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24385542>.
- 12 BAJPAI, Kanti – «Indian conceptions of order and justice...», p. 8.
- 13 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism».
- 14 Ver *Ibidem*; OGDEN, Chris – «India's security identity develops, 1947-98». In *Hindu Nationalism and the Evolution of Contemporary Indian Security: Portents of Power*. Nova Deli: Oxford University Press, 2013, cap. 1; SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy».
- 15 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism», p. 186.
- 16 BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture». In *Journal of Peace Research*. Vol. 38, N.º 2, 2001, pp. 185-186. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343301038002004>.
- 17 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism», p. 162.
- 18 «INDEPENDENCE AND PARTITION, 1947». National Army Museum. Disponível em: <https://www.nam.ac.uk/explore/independence-and-partition-1947>.
- 19 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism», p. 167.
- 20 SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy», p. 6.
- 21 Ver MISHRA, Bhabani – «India-US relations: a paradigm shift». In *Strategic Analysis*. Vol. 29, N.º 1, 2005, pp. 79-100. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2005.12049792>; HAIDAR, Sihasini – «Japan to invest \$42 billion in India over five years». In *The Hindu*. 2022. Consultado em: 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/japan-announces-investment-target-of-32-lakh-crore-in-india-in-next-five-years/article65241220.ece>.
- 22 «JAPAN-INDIA RELATIONS (basic data)». Ministry of Foreign Affairs of Japan. 21 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html>. Por exemplo, em 2022 o primeiro-ministro japonês prometeu investir 42 mil milhões de dólares na Índia nos cinco anos seguintes. HAIDAR, Sihasini – «Japan to invest \$42 billion in India over five years».
- 23 DIXIT, J. N. – *Makers of India's Foreign Policy*. Nova Deli: Harper Collins Publishers, 2004, p. 11; SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy», pp. 4-5.
- 24 FOSTER, John Bellamy – «The New Cold War on China». In *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*. 2021. Consultado em: 8 de setembro de 2023. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2021/07/01/the-new-cold-war-on-china/>.
- 25 Ver SIKRI, Rajiv – «India's "look east" policy». In *Asia-Pacific Review*. Vol. 16, N.º 1, 2009, pp. 131-145. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13439000902957624>.
- 26 Esta irmandade parece ter sido unilateral, uma vez que os chineses não só duvidavam das intenções de Nehru como até o desprezavam, vendo-o como um laçao do antigo colonizador britânico e dos poderes ocidentais. Para uma abordagem mais completa a estas questões, ver BHASIN, Avtar Singh – *Nehru, Tibet, and China*. Penguin Books, 2021.
- 27 SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy».
- 28 Ver BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism»; SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy».
- 29 HAGERTY, Devin T. – «India's regional security doctrine». In *Asian Survey*. Vol. 31, N.º 4, 1991, pp. 351-363. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2645389>.
- 30 Ver BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture».
- 31 Ver «INDIA'S DIMINISHING DEMOCRACY – Narendra Modi threatens to turn India into a one-party state». In *The Economist*. 2020. Consultado em: 30 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.economist.com/briefing/2020/11/28/narendra-modi-threatens-to-turn-india-into-a-one-party-state?utm_campaign=the-economist-today&utm_medium=newsletter&utm_source=salesforce-marketing-cloud&utm_term=2020-11-26&utm_content=article-link-1&etear=nL_today.1.
- 32 Ver SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy».
- 33 Ver BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism».
- 34 Ver HAGERTY, Devin T. – «India's regional security doctrine».
- 35 BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture».
- 36 *Ibidem*.
- 37 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism», p. 184.
- 38 *Ibidem*.
- 39 PANAGARIYA, Arvind – «India: a global economic power...».
- 40 SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy».
- 41 PANAGARIYA, Arvind – «India: a global economic power...».
- 42 SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. –

«Explaining sixty years of India's foreign policy», pp. 12-14; DIXIT, J. N. – *Makers of India's Foreign Policy*, p. 10.

43 PANAGARIYA, Arvind – «India: a global economic power...».

44 O Partido Bharatiya Janata é um dos dois principais partidos políticos da Índia, ao lado do Congresso Nacional Indiano.

45 BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture», p. 188.

46 BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism», pp. 183-186.

47 BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture», p. 188.

48 Ver OGDEN, Chris – «Norms, Indian foreign policy and the 1998-2004 national democratic alliance». In *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*. Vol. 99, N.º 408, 2010, pp. 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00358533.2010.484146>.

49 BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture», p. 188.

50 GRAHAM, Bruce Desmond – *Hindu Nationalism and Indian Politics: The Origins and Development of the Bharatiya Jana Sangh*. Cambridge, Nova Iorque, Port Chester, Melbourne e Sydney: Cambridge University Press, 1990, pp. 44-46; BAJPAI, Kanti – « Indian conceptions of order and justice...».

51 *Ibidem*.

52 KUNDRA, J. C. – *Indian Foreign Policy: 1947-1954*. Groningen: J. B. Wolters, 1956, p. 59.

53 Em ANDERSON, Walter K.; DAMLE, Shridhar D. – *The Brotherhood in Saffron: The Rashtriya Swayamsevak Sangh and Hindu Revivalism*. Penguin, 2019.

54 GRAHAM, Bruce Desmond – *Hindu Nationalism and Indian Politics...*, p. 9.

55 GANDHI, Mahatma – *Mahatma Gandhi: Selected Political Writings*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1996, p. 11.

56 BJP – «1998 Manifesto». In *Bharatiya Janata Party 1980-2005: Party Document*. Nova Deli: BJP Head Quarters, 2005,

p. 201; BJP – «1996 Manifesto». In *Bharatiya Janata Sangh 1952-1980: Policies and Manifestoes*. Nova Deli: BJP Head Quarters, 2005.

57 OGDEN, Chris – «Norms, Indian foreign policy...», p. 308.

58 Para compreender a utilização indevida das afirmações de Gandhi por parte do BJP, ver MAHAJAN, Sucheta – «Did Mahatma Gandhi really call to disband Congress or not?». In *Hindustan Times*. 2017. Consultado em: 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/opinion/did-mahatma-gandhi-really-call-to-disband-congress-or-not/story-cBdZETHMFHrHfcVr5fzWRP.html>.

59 PANCHSHEEL GIVES WAY to Pancharmit. Bangalore: 2015. Consultado em: 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.telegraphindia.com/india/panchsheel-gives-way-to-pancharmit/cid/1510952>.

60 Nehru em GORDON, S. – *India's Rise to Power in the Twentieth Century and Beyond*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1995; BJP – «1998 Manifesto».

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Walter K.; DAMLE, Shridhar D. – *The Brotherhood in Saffron: The Rashtriya Swayamsevak Sangh and Hindu Revivalism*. Penguin, 2019.

BAJPAI, Kanti – «Indian conceptions of order and justice: indutva, gandhian, indutva, and neo-liberal». In *Order and Justice in International Relations*. Oxford Scholarship Online, 2003, cap. 9.

BAJPAI, Kanti – «India modified structuralism». In *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2022, cap. 4.

BASRUR, Rajesh M. – «Nuclear weapons and Indian strategic culture». In *Journal of Peace Research*. Vol. 38, N.º 2, 2001, pp. 181-198. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343301038002004>.

BHASIN, Avtar Singh – *Nehru, Tibet, and China*. Penguin Books, 2021.

BJP – «1996 Manifesto». In *Bharatiya Janata Sangh 1952-1980: Policies and Manifestoes*. Nova Deli: BJP Head Quarters, 2005.

BJP – «1998 Manifesto». In *Bharatiya Janata Party 1980-2005: Party Document*. Nova Deli: BJP Head Quarters, 2005.

DIXIT, J. N. – *Makers of India's Foreign Policy*. Nova Deli: Harper Collins Publishers, 2004.

FOSTER, John Bellamy – «The New Cold War on China». In *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*. 2021. Consultado em: 8 de setembro de 2023. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2021/07/01/the-new-cold-war-on-china/>.

GANDHI, Mahatma – *Speeches and Writings of Mahatma Gandhi*. 4.ª edição. Madras: G. A. Natesan & Co, 1933.

GANDHI, Mahatma – *The Mind of Mahatma Gandhi*. Navajivan Mudranalaya, Ahmedabad: Navajivan Trust, 1960.

GANDHI, Mahatma – *Mahatma Gandhi: Selected Political Writings*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1996.

GORDON, S. – *India's Rise to Power in the Twentieth Century and Beyond*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1995.

GRAHAM, Bruce Desmond – *Hindu Nationalism and Indian Politics: The Origins and Development of the Bharatiya Jana Sangh*. Cambridge, Nova Iorque, Port Chester, Melbourne e Sydney: Cambridge University Press, 1990.

HAGERTY, Devin T. – «India's regional security doctrine». In *Asian Survey*. Vol. 31, N.º 4, 1991, pp. 351-363. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2645389>.

HAIDAR, Sihasini – «Japan to invest \$42 billion in India over five years». In *The*

Hindu. 2022. Consultado em: 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/japan-announces-investment-target-of-32-lakh-crore-in-india-in-next-five-years/article65241220.ec>.

«INDEPENDENCE AND PARTITION, 1947». National Army Museum. Disponível em: <https://www.nam.ac.uk/explore/independence-and-partition-1947>.

«INDIA'S DIMINISHING DEMOCRACY – Narendra Modi threatens to turn India into a one-party state». In *The Economist*. 2020. Consultado em: 30 de novembro de 2020. Disponível em: https://www.economist.com/briefing/2020/11/28/narendra-modi-threatens-to-turn-india-into-a-one-party-state?utm_campaign=the-economist-today&utm_medium=newsletter&utm_source=salesforce-marketing-cloud&utm_term=2020-11-26&utm_content=article-link-1&etear=nL_today.1.

«JAPAN-INDIA RELATIONS [basic data]». Ministry of Foreign Affairs of Japan. 21 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html>.

KUNDRA, J. C. – *Indian Foreign Policy: 1947-1954*. Groningen: J. B. Wolters, 1956.

LUTHER KING JR., Martin – *Stride Toward Freedom: The Montgomery Story*. Nova Iorque: Harper Collins, 1958.

MAHAJAN, Sucheta – «Did Mahatma Gandhi really call to disband Congress or not?». In *Hindustan Times*. 2017. Consultado em: 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/opinion/did-mahatma-gandhi-really-call-to-disband-congress-or-not/story-cBdZETHMFHrHfcVr5fzWRP.html>.

MARTIN, Brian – *Nonviolence versus Capitalism*. Londres: War Resisters' International 2001.

MATYÓK, Thomas – «Preface». In *Critical Issues in Peace and Conflict Studies: Theory, Practice, and Pedagogy*. Plymouth, Reino Unido: Lexington Books, 2011.

MISHRA, Bhabani – «India-US relations: a paradigm shift». In *Strategic Analysis*. Vol. 29,

N.º 1, 2005, pp. 79-100. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2005.12049792>.

OGDEN, Chris – «Norms, Indian foreign policy and the 1998–2004 national democratic alliance». In *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*. Vol. 99, N.º 408, 2010, pp. 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00358533.2010.484146>.

OGDEN, Chris – «India's security identity develops, 1947–98». In *Hindu Nationalism and the Evolution of Contemporary Indian Security: Portents of Power*. Nova Deli: Oxford University Press, 2013, cap. 1.

PANAGARIYA, Arvind – «India: a global economic power? Revisiting the past & contemplating the future». In *Journal of*

International Affairs. Vol. 64, N.º 2, 2011, pp. 197-212. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24385542>.

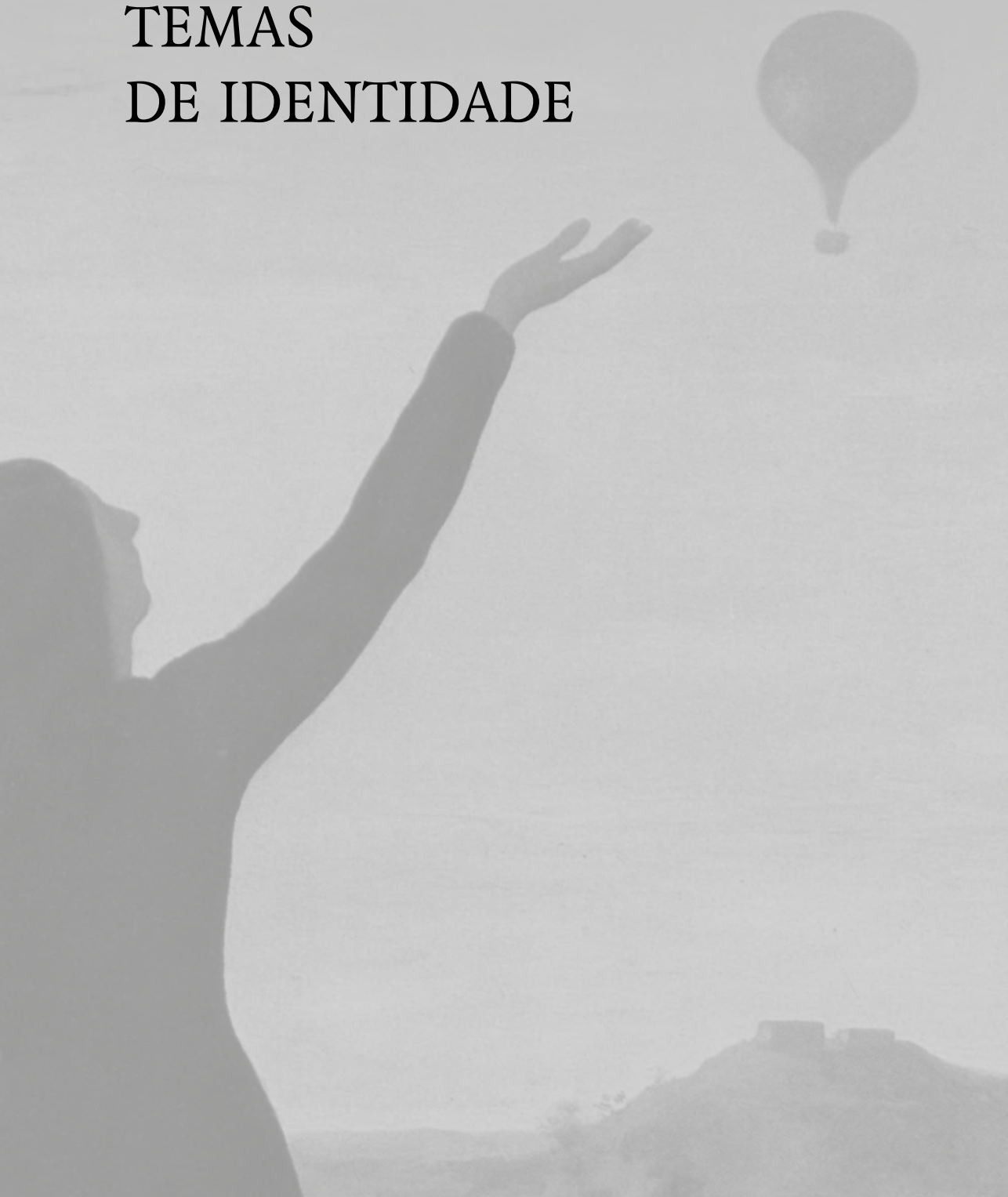
PANCHSHEEL GIVES WAY to Panchamrit. Bangalore: 2015. Consultado em: 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.telegraphindia.com/india/panchsheel-gives-way-to-panchamrit/cid/1510952>.

SIKRI, Rajiv – «India's "look east" policy». In *Asia-Pacific Review*. Vol. 16, N.º 1, 2009, pp. 131-145. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13439000902957624>.

SUMIT, Ganguly; PARDESI, Manjeet S. – «Explaining sixty years of India's foreign policy». In *India Review*. Vol. 8, N.º 1, 2009, pp. 4-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14736480802665162>.



PORTUGAL:
TEMAS
DE IDENTIDADE



«QUIS SABER QUEM SOU» LÓGICAS DISCURSIVAS DOMINANTES NA NARRATIVA IDENTITÁRIA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Gonçalo Margato¹

INTRODUÇÃO

«Quis saber quem sou» é o primeiro verso da canção interpretada por Paulo de Carvalho, vencedora do Festival da Canção em 1974 e que serve como primeira senha da revolução levada a cabo a 25 de abril do mesmo ano, pelo Movimento das Forças Armadas (MFA)². Se o verso remete inequivocamente para um questionamento identitário do indivíduo, o presente ensaio pretende operar esse mesmo questionamento ao nível da democracia portuguesa.

Assim, procuramos sinalizar quais as principais lógicas discursivas que dominam as narrativas identitárias utilizadas pelas elites políticas, no Portugal democrático. Para tal, recorreremos a uma revisão bibliográfica interdisciplinar, que se centra nos contributos de diversas ciências sociais e humanas, mas também na análise dos discursos do Presidente da República (PR) e do presidente da Assembleia da República (PAR) nas sessões comemorativas do aniversário da Revolução de Abril, entre 2012 e 2022.

Para tal, primeiramente, começaremos por analisar criticamente as opções metodológicas que definimos na conceção do presente texto.

Posto isto, dedicar-nos-emos a discutir simultaneamente a relevância política da lógica da «identidade nacional» e a história da construção dessa mesma metanarrativa nacionalista no quadro político português, no tempo longo, procurando também definir uma relação lógica entre tempo (nomeadamente, o passado) e identidade nacional.

RESUMO

Os 48 anos, qual é a relação entre a democracia portuguesa e a metanarrativa identitária nacional? O presente ensaio procura, a partir da análise de discursos e de uma ampla revisão bibliográfica, perceber quais as lógicas discursivas que dominam a narrativa identitária tal como ela é postulada pelas elites políticas democráticas. Neste sentido, identificamos três expedientes predominantes na forma como a identidade nacional tem sido pensada em democracia: reconstrução, oclusão e inserção.

Palavras-chave: construção identitária, democracia portuguesa, elites socio-políticas, identidade nacional.

ABSTRACT

‘QUIS SABER QUEM SOU’ – DOMINANT DISCURSIVE TENDENCIES IN THE NARRATIVE OF IDENTITY OF THE PORTUGUESE DEMOCRACY

After 48 years, how can we describe the relationship between Portuguese democracy and the national identity metanarrative? This essay aims to understand which discursive tendencies dominate the identity narrative



reproduced by the Portuguese democratic elites, based on an analysis of discourses and on a vast bibliographic revision. As so, we identify three major expedients used to reflect about the Portuguese national identity during democracy: reconstruction, occlusion, and insertion.

Keywords: construction of identities, national identity, Portuguese democracy, socio-political elites.

Olhando para o período pré-constitucional como um momento de rutura, o capítulo seguinte é dedicado a uma análise sobre a forma como as elites político-partidárias procuraram reconstruir algumas narrativas diretamente ligadas à problemática da identificação nacional, com recurso àquilo que definimos como as três principais lógicas discursivas identificáveis na reconstrução identitária pós-1974.

O penúltimo capítulo dedica-se a uma sistematização daquilo que pensamos como os principais expedientes discursivos construídos pelas elites políticas e reproduzidas socialmente, que acabam por ter implicações várias na sociedade portuguesa contemporânea, como procuramos demonstrar.

Por fim, sistematizaremos o nosso argumento, tendente a identificar as três principais linhas que dominam a construção da metanarrativa identitária que suporta politicamente a democracia portuguesa: uma primeira, de reconstrução de determinadas ideias preexistentes à luz dos novos quadros internacionais nos quais Portugal se procura inserir; uma segunda, de criação de ocasos sobre um conjunto de problemáticas que se tentam afastar da discussão mediática e do espaço público; e uma terceira, de inserção de um repertório de novos símbolos, datas e discursos associados a lemas como «os valores de Abril».

IDENTIDADES NACIONAIS: OPÇÕES METODOLÓGICAS

Pensar identidades sociopolíticas é um processo que pode recorrer a diversas abordagens metodológicas, mediante o esforço conceptual utilizado e os propósitos da própria investigação encetada.

Para os fins do presente ensaio, pensámos as identidades como uma produção que é construída artificialmente por elites culturais e políticas³ e que acaba por ser utilizada como discurso legitimador para determinados projetos políticos, nas suas mais variadas aceções⁴.

Como tal, procuramos olhar para a construção das narrativas identitárias a partir das elites políticas e, deste modo, o relativo enfoque da investigação na análise dos discursos do PR e do PAR nas sessões comemorativas do aniversário da Revolução de Abril, entre 2012 e 2022. Esta escolha é, contudo, uma opção metodológica que precisa de ser justificada.

Em primeiro lugar, a escolha dos atores deve-se à natureza dos cargos: são as duas primeiras figuras do Estado português⁵ e, de maneiras diferentes, são cargos cuja natureza ultrapassa o debate partidário, sendo revestidos, embora de forma distinta entre si, de uma representatividade que remete mais para lógicas de unidade e de procura por lugares-comuns⁶, não relegando o facto de reconhecermos que a identificação ideológica de cada ator influencia a sua intervenção política⁷.

Em segundo lugar, os discursos em específico servem o propósito da reflexão que aqui desenvolvemos – procuramos olhar para a (re)construção identitária na democracia portuguesa e, como tal, interessam-nos discursos em que a problemática do 25 de Abril, como momento inaugural da vida em democracia, seja o centro da reflexão e colocado em perspetiva. Notemos a particularidade específica deste cerimonial – é um exemplo único de um parlamento nacional que chama a si mesmo a herança direta do momento revolucionário⁸ e a responsabilidade por essa mesma evocação⁹.

Em terceiro lugar, o período temporal permite-nos a identificação de tendências discursivas, ultrapassando os grandes temas quotidianos. Iniciamos a análise no momento em que Portugal está sujeito ao resgato financeiro da denominada «Troika», momento em que a credibilidade do país na cena internacional foi profundamente afetada, com constrangimentos significativamente à atuação dos principais atores políticos¹⁰. Optámos, como tal, por nos debruçarmos sobre os últimos dez anos de discursos¹¹, passando pelo período da crise económica e financeira, pela formação da apelidada «Geringonça» e pela crise pandémica. Contámos dois PR e três PAR, todos ligados aos maiores partidos do sistema político português¹², quer ao centro-direita [Partido Social Democrata (PPD-PSD)], quer ao centro-esquerda [Partido Socialista (PS)].

Tabela 1 > Distribuição dos presidentes da República e presidentes da Assembleia da República e respetiva identificação partidária (2012-2022)

Ano do discurso	Presidente da República	Identificação partidária	Presidente da Assembleia da República	Identificação partidária
2012				
2013	Aníbal Cavaco Silva		Assunção	PPD-PSD
2014			Esteves	
2015				
2016				
2017		PPD-PSD	Eduardo	
2018			Ferro	
2019	Marcelo Rebelo de Sousa		Rodrigues	PS
2020				
2021				
2022			Augusto Santos Silva	

Sobre estes discursos, importa relevar que eles são formas políticas que decorrem simbólica e performativamente em cerimónias evocativas e recorrem a um expediente enunciativo específico que os tornam testemunhos parciais desta metanarrativa iden-

titária: reúnem em si, simultaneamente, um passado, um presente e um futuro que se mesclam e convergem para uma ideia de experiência comum e partilhada por todos os membros da comunidade política, próprios de uma metanarrativa identitária, como passaremos a analisar. Apenas o discurso de Cavaco Silva em 2013¹³ se pode considerar uma anomalia maior no conjunto analisado, uma vez que o PR opta por uma reflexão sobre a intervenção financeira da qual o país estava a ser alvo, recusando qualquer referência de relevo à data assinalada ou ao projeto nacional – todavia, este discurso deve ser interpretado no conjunto das intervenções públicas do segundo mandato de Cavaco Silva, sendo autoexplicativo¹⁴.

Para além destes discursos, analisámos os contributos de antropólogos, sociólogos, politólogos, historiadores e filósofos com o intuito de contribuir para a reflexão sobre as tendências discursivas que procuramos identificar, mas também para permitirem concretizar a forma como estas mesmas realidades discursivas moldam realidades sociais.

A RELEVÂNCIA POLÍTICA DA IDENTIDADE NACIONAL

A identidade nacional assoma-se como uma metanarrativa que procura fazer sentido de um conjunto de construções sociais no tempo longo, sobre as quais assenta a construção de uma *comunidade nacional imaginada*¹⁵ numa continuidade dialética entre o passado, o presente e o futuro e o espaço geográfico reclamado por essa comunidade¹⁶. De uma forma geral, referimo-nos a uma construção que parte do presente enunciativo, e que reconstrói o passado e o futuro à sua imagem. Estas construções sociais incluem a fabricação de ícones, de símbolos, de formulações discursivas, de memórias partilhadas, mas também de um conjunto de práticas que podemos definir como políticas de passado e de memória.

As políticas de passado e de memória consistem no esforço mais ou menos ativo das elites culturais e políticas de uma determinada comunidade em estabelecer visões dominantes do passado que sustentem uma determinada metanarrativa identitária favorável quer à manutenção da comunidade política, quer do regime vigente¹⁷. Estes expedientes são plurais e podem incluir uma dimensão mais performativa (não legislativa)¹⁸ ou outras mais empíricas, como o sistema de ensino e os respetivos programas escolares, os dispositivos de gestão patrimonial, o desenvolvimento/apoio de programas culturais, a criação e organização de redes de museus, os critérios de seleção na atribuição de bolsas de investigação, a gestão do espaço público (e. g., toponímia), a aposta de recursos nesta ou naquela comemoração – todos eles tendo em vista a definição de uma narrativa predominante que permita uma visão holística do passado comum da comunidade política.

Na contemporaneidade, os projetos de identificação nacional, especialmente em espaço europeu, emergem no século XIX¹⁹ e são encetados pelas elites políticas e culturais de uma putativa comunidade política, mas necessitam de conhecer um processo de massificação, que normalmente opera pela tipificação, patrimonialização e emblematização

de símbolos e ícones no sentido de criar um sentimento de pertença, identificação e partilha junto do maior número de elementos dessa comunidade²⁰.

No caso português, o processo de penetração do Estado no espaço geográfico nacional, que se inicia de forma mais sistemática no mesmo período²¹, é paralelo ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas que se dedicam à identificação/tipificação do «ser português», através dos mais diversos expedientes. Tal como a penetração do aparelho de Estado²², também a construção da narrativa identitária, especialmente no último quartel do século XIX, revela preocupações de incluir a dimensão imperial da identificação nacional²³, que será basilar para a reprodução e desenvolvimento destes mesmos discursos nos regimes políticos entre a Monarquia Constitucional e o 25 de Abril.

Genericamente, podemos identificar três repertórios temáticos que marcaram a construção identitária de Portugal no tempo longo: as lógicas de ruralidade, associadas a ideários bucólicos e idílicos; a maritimidade, o expansionismo colonial e o Império e o cristianismo messiânico, aliado ao sebastianismo, sustentado num ideário rastreável até ao Milagre de Ourique e ao surgimento do país enquanto entidade política autónoma²⁴.

O regime que, de forma mais sistemática e consistente, mobilizou esforços consideráveis na massificação, no desenvolvimento, no aprofundamento e na estereotipificação destes três repertórios, perfeitamente articulados entre si, numa narrativa que susteve o próprio regime durante largas décadas, foi o denominado «Estado Novo». Este expediente valia-se de um aparelho propagandístico diverso, apostado na estilização da cultura popular, mas também beneficiava da atuação da censura, do sistema de ensino ou da Mocidade Portuguesa: todos estes mecanismos convergindo para a construção de um ideal de «bom português»²⁵.

Esta será uma das heranças mais pesadas que a democracia portuguesa receberá: o aparelho do regime anterior conseguira uma habituação ao vácuo de mobilização sociopolítica, uma percentagem de analfabetismo muito significativa e uma postura acrítica de grandes fações da sociedade, suportadas por elites locais conservadoras, com o apoio da estrutura nacional da Igreja Católica²⁶.

Aqui residirá uma das questões mais críticas para a democracia portuguesa: um país cuja metanarrativa identitária assenta nos três pilares supramencionados surge, no momento pós-revolucionário, num ciclo de abandono do mundo rural²⁷, com um projeto de descolonização para operacionalizar e um projeto político necessariamente laico. A metanarrativa está colocada em causa e as relações da comunidade com o seu passado estão impregnadas de dogmas e construções do aparelho de propaganda ditatorial.

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E A FORMULAÇÃO DE LÓGICAS DISCURSIVAS PARTIDÁRIAS

A 25 de abril de 1974, um conjunto de chefias intermédias dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas, organizados naquele que ficaria conhecido como o MFA, levou a cabo um golpe político que tinha por objetivo dar sequência a um conjunto de rei-

vindicações ligadas à insustentabilidade da continuidade do esforço militar no quadro operacional das colónias²⁸. Inicia-se nesse dia aquele que definiremos como período pré-constitucional considerado até 25 de abril de 1976. Este período será palco de uma anormal multiplicação de iniciativas e tumultos sociopolíticos no país²⁹, que constringiriam o futuro do regime democrático português.

O Programa do MFA revela uma objetiva preocupação da importância de uma aposta nas dimensões afetas à mobilização política, social e cultural da população portuguesa³⁰, relevando a importância de desconstruir as pesadas heranças do regime anterior: reconhece-se a necessidade de socializar e consciencializar para a democracia uma população fortemente analfabeta ou cuja escassa escolarização havia sido dominada por dogmas propagandistas do Estado Novo. Neste sentido, são desenvolvidas várias iniciativas políticas, diversas, que visam cimentar uma alteração do paradigma identitário português e da sua relação com o passado, contradizendo a metanarrativa salazarista que associava as virtudes da complacência, da pacatez (e até mesmo da ignorância) ao ideal de «bom português». A título de exemplo, as Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica seriam o projeto mais paradigmático no sentido de «ressocializar democraticamente», especialmente o interior do país³¹.

É neste período que os partidos políticos ditos «pais fundadores» da democracia portuguesa definem a sua postura dominante face ao passado e à identidade nacional,

É NESTE PERÍODO QUE OS PARTIDOS POLÍTICOS DITOS «PAIS FUNDADORES» DA DEMOCRACIA PORTUGUESA DEFINEM A SUA POSTURA DOMINANTE FACE AO PASSADO E À IDENTIDADE NACIONAL, SENDO ESTE UM DOS MAIS IMPORTANTES DESENVOLVIMENTOS DAS LÓGICAS DISCURSIVAS AO NÍVEL DAS ELITES.

sendo este um dos mais importantes desenvolvimentos das lógicas discursivas ao nível das elites. O Partido Comunista Português (PCP) apoiou, no período pré-constitucional, as iniciativas que visavam uma alteração paradigmática da lógica identitária, cujo projeto político necessitava de intervenções que transformassem a forma como a população portuguesa pensava a sua

realidade, muitas vezes dominada pelos dogmas do catolicismo conservador. O partido aposta numa reconstrução identitária fundamentada nas lógicas essencialmente da inserção, naquilo que podemos denominar por «guerreiros mnemónicos de abril» (GMA), no sentido em que as suas inserções apontam para a evocação das conquistas revolucionárias, evocando num primeiro momento as reformas sociais do período revolucionário e, já no período constitucional, o legado social na Revolução³², patente no texto constitucional.

Já o PS adota uma posição distinta, decorrente do seu paradigma ideológico. Se o PCP é tradicionalmente associado (chamando a si essa herança) à vasta maioria da resistência antifascista durante o período ditatorial, o PS evoca regularmente a sua filiação numa tradição política portuguesa republicana, reclamando também um papel de relevo na resistência ao Estado Novo, especialmente após a constituição da Ação Socialista Portuguesa³³.

Todavia, a sua formação enquanto partido, em 1973, na República Federal da Alemanha, aproxima-o da tradição social-democrata europeia que será essencial na consolidação ideológica do partido. Especialmente quando Soares assume a pasta dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, o PS constrói uma defesa intransigente da relevância inquestionável da dimensão europeia na forma como o partido pensa a política portuguesa³⁴. A sua atitude aposta essencialmente na lógica conciliadora e pluralista da reconstrução de ideias já amplamente disseminadas, associada à sua consubstanciação como partido *catch-all*³⁵: conseguimos, de uma forma geral, identificar uma lógica algo ambígua, apostando também na inserção de repertórios evocativos quer do 25 de Abril, quer do 25 de Novembro³⁶.

O Partido Popular Democrata (PPD-PSD), apesar de emergir também na linha da social-democracia, pautar-se-á por uma postura mais conservadora, defensora da introdução tecnocrática (que faz com que as questões do passado sejam introduzidas numa lógica de discussão da atualidade³⁷) e permeável ao projeto da doutrina cristã social (que ganhara força na oposição salazarista no pós-Vaticano II): um partido com graves problemas identitários³⁸, próprios também da sua abrangência de base, típica de um partido *catch-all*³⁹. A sua narrativa política face ao passado é descrita como *reconciliadora*⁴⁰, em parte por ser fundado por membros da apelidada «Ala Liberal», que foram eleitos pela União Nacional na chamada «Primavera Marcelista»⁴¹ – o PPD-PSD será um grande promotor dos silêncios da elite política face ao passado.

Pela mesma senda, manter-se-á o Centro Democrático Social, futuramente Partido Popular (CDS-PP), de surgimento mais tardio neste período, que se reclama herdeiro da democracia social da Igreja e que, ao longo do período democrático, ocupará um lugar de destaque na agregação de setores mais conservadores da sociedade portuguesa. O CDS-PP ocupa um papel de «guerreiro mnemónico de novembro» (GMN) – para além dos silêncios ou de uma tendência de recuperação de discursos salazaristas, as suas inserções são mais no sentido da evocação do 25 de Novembro enquanto momento de «refrear os ímpetus revolucionários».

É neste período, como vimos, que se definirão os posicionamentos dos partidos que dominarão a vasta maioria da vivência portuguesa em democracia⁴² face à identidade e ao passado do país. A emergência dos restantes partidos procurará, *grosso modo*, reproduzir as tendências gerais de oposição direita-centro-esquerda, respetivamente, GMN – tendência conciliadora – GMA.

Até ao final do século XX, quer a produção académica⁴³ quer a sociedade civil⁴⁴ passarão por algo comparável a um *período de nojo*, em que se abate o silêncio face ao passado, especialmente sobre a sua dimensão colonial.

LÓGICAS DISCURSIVAS DOMINANTES NA NARRATIVA IDENTITÁRIA EM DEMOCRACIA

O processo de (re)construção de uma identidade que suportasse a continuidade da comunidade política e, simultaneamente, o novo regime pós-autoritário dá-se essen-

cialmente a partir de três grandes tendências gerais: i) a reconstrução de determinadas ideias preexistentes; ii) a criação de silêncios face a um conjunto de problemáticas cuja discussão é evitada; e iii) a criação de novos pressupostos, a vasta maioria associada aos já referidos «valores de abril».

Se, durante o período revolucionário, o MFA leva a cabo as CDCAC, que se podem inscrever na procura de uma reconstrução de determinados estigmas identitários, o 25 de novembro de 1975 trará consigo o assentamento de não-assuntos, através da naturalização de algumas construções sociais.

Um dos principais expedientes a que as elites sociopolíticas têm recorrido consiste em práticas de revitalização de lugares-comuns discursivos (odes ao empreendimento expansionista, lógicas lusotropicalistas) à luz das principais agendas internacionais: o desenvolvimento, a globalização, os oceanos... Aqui encontramos, por exemplo, momentos simbólicos como a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias que teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos, numa lógica evocativa da grandiosidade de um passado esgotado, mas que serve de base à exaltação nacional⁴⁵. Mais flagrante, assoma-se a construção temática da Expo'98⁴⁶, na senda da qual surgem a cerimónia de abertura do Campeonato Europeu de Futebol 2004 e o Festival Eurovisão da Canção 2018, em que as temáticas oceânicas e da navegação continuam presentes. De forma mais ou menos consciente, este tipo de práticas reproduz subnarrativas rastreáveis até ao discurso da «missão civilizadora» e do «fardo do homem branco».

É esta reconstrução discursiva que Lourenço sinaliza face à emigração, vendo aqui a realocação do traço identitário do português-colonizador no português-emigrante, recuperando a lógica da fácil integração lusotropicalista e essencial para a revitalização social da significação de saudade, outrora associada à maritimidade⁴⁷. Lógica contrastante com a de Santos Silva⁴⁸, que reivindica para a diáspora um papel silenciado na construção democrática. Na verdade, a diáspora é um pilar essencial na reconstrução democrática da identidade: trata-se de uma interface privilegiada de construção identitária (as identidades constroem-se por oposição ao outro, diferente) e dá sentido à revitalização do antigo Dia da Raça, herdado do regime anterior, hoje Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

No plano internacional, a constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a afirmação de Portugal como um país criador de pontes e promotor do multilateralismo, especialmente no contexto das presidências do Conselho da União Europeia⁴⁹, sustentadas numa lógica de «propensão natural dos portugueses» para a criação de pontes, relembram discursos lusotropicalistas nos quais o aparelho diplomático português se apoiou, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial⁵⁰.

Estas reconstruções ignoram seletivamente as faces violentas nas quais assentou o empreendimento imperial – da escravatura ao trabalho forçado, passando pela expropriação de terras e de materiais e pela negação de culturas, de práticas, de ideias e de mundivisões⁵¹.

Como tal, a Guerra Colonial tem sido predominantemente um não-assunto no debate político e no espaço social – trabalhos recentes acentuam a negligência com que os antigos combatentes foram tratados, muitos deles tendo regressado com mutilações físicas e com variados traumas⁵². A ausência de um acompanhamento do Estado, cuja primeira legislação sobre o tema chega tardiamente, permite que estes antigos combatentes sejam focos de violência nos seus seios familiares, ou que entrem em ciclos de dependência, criando, no geral, um problema que é invisibilizado socialmente.

Outras pesquisas⁵³ têm enfatizado a forma como discursos neolusotropicalistas⁵⁴ podem ser utilizados como legitimadores

de formas de discriminação quotidianas e sistémicas, sob a lógica de os portugueses terem uma tendência natural para a «miscigenação» e, como tal, para a integração do «outro», tornando estas discriminações (racismo, islamofobia, xenofobia ou cigano-fobia) não-lugares na discussão dos problemas sociais do país.

Os próprios programas escolares negam um lugar ao questionamento das realidades históricas de violência em Portugal – o colonialismo português é vastamente retratado como mais benévolo que os seus congéneres europeus. A lógica de construção nacional é basilar ao programa da disciplina de Português no Ensino Secundário, reproduzindo a centralidade d’*Os Lusíadas* e da *Mensagem*, obras marcadas pelo nacionalismo acrítico e pela ênfase numa ideia de excecionalismo mítico do projeto político português, sebastianista e messiânico, fortemente colonial. O sistema de ensino é o meio, por excelência, da massificação de uma ideologia nacional dominante⁵⁵ e escasseiam os esforços para uma recuperação crítica dessa mesma identidade a partir do sistema de ensino.

Os silêncios espalham-se entre temas relativos ao regime anterior, mas também ao período pré-constitucional da democracia: as elites políticas tendem a suprimir este tipo de debates⁵⁶, que se vão reacendendo episodicamente, por exemplo, aquando da morte de Otelo Saraiva de Carvalho⁵⁷, figura incontornável da Revolução de Abril, ou de Adriano Moreira, ator político de relevo quer no Estado Novo, quer em democracia⁵⁸. O discurso de Rebelo de Sousa em 2021, exigido por contingências sociais nacionais e internacionais, vem apenas confirmar esse mesmo silêncio⁵⁹ – a sinalização pela mais alta figura do Estado, eleita diretamente pelos cidadãos, de que existe uma discussão, acima de tudo social, para ser feita sobre o passado colonial de violência, comprova a falta de iniciativa política nesse sentido, redundando em pouco mais do que essa sinalização⁶⁰.

Às reconstruções e aos silêncios acrescem, como mencionámos, as várias interpretações face ao processo revolucionário e aos méritos, aos valores e às ideias que dele resultam,

A GUERRA COLONIAL TEM SIDO
PREDOMINANTEMENTE UM NÃO-ASSUNTO NO
DEBATE POLÍTICO E NO ESPAÇO SOCIAL.
OS PRÓPRIOS PROGRAMAS ESCOLARES NEGAM UM
LUGAR AO QUESTIONAMENTO DAS REALIDADES
HISTÓRICAS DE VIOLÊNCIA EM PORTUGAL – O
COLONIALISMO PORTUGUÊS É VASTAMENTE
RETRATADO COMO MAIS BENÉVOLO QUE OS SEUS
CONGÉNERES EUROPEUS.

os já referidos «valores de abril». Estes são um repertório próprio, alvo de disputa política permanente – entre os anteriormente apelidados GMN e GMA – especialmente considerando o período de maior fragmentação partidária⁶¹ que o sistema partidário português atravessa na atualidade.

Atendendo ao Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, os «valores de abril» consubstanciam-se como tendentes a

«assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno»⁶².

Olhando para os discursos que analisámos, a democracia portuguesa na contemporaneidade é sistematicamente europeia, e pontualmente transatlântica. Neste contexto, destacam-se as intervenções de Assunção Esteves, com enfoque bastante enfático na inserção de uma dimensão europeia e de uma natureza cosmopolita pós-nacional do projeto do Portugal democrático⁶³. As lógicas discursivas persistentes, especialmente após o quadragésimo aniversário, assentam no agradecimento ao esforço fundacional dos militares de Abril, representados pela Associação 25 de Abril; na centralidade do ordenamento constitucional que decorre do texto de 1976, relevando acima de tudo a importância da Assembleia da República nesse mesmo ordenamento e, mais iterativamente, na importância do papel das Forças Armadas na manutenção do Estado de direito democrático.

Os PAR afetos ao PS fazem questão de assinalar a importância da persistência de desigualdades sociais que importa combater, a bem da aproximação do ideal de igualdade, garante de liberdade e de democracia. Aliás, o par liberdade-democracia é essencial na caracterização do património de Abril. Por outro lado, entre os PR e Assunção Esteves encontramos uma tendência para enfatizar a dimensão jurídica e institucional do património da democracia portuguesa, convergindo com as lógicas discursivas do PPD-PSD sinalizadas na literatura⁶⁴.

Quanto à realidade partidária parlamentar, os partidos mais à esquerda tendem a ser mais incisivos na associação da democracia aos direitos sociais, à importância paradigmática do texto constitucional, associados aos versos da canção de Godinho «Paz, pão, habitação, saúde e educação»⁶⁵.

Mais à direita, emergem tradicionalmente as maiores críticas ao projeto político em curso, também devido a outras conceções de liberdade⁶⁶, atualmente minadas por um partido que repudia o regime político encetado a 25 de abril de 1974⁶⁷. Importa ainda destacar um outro tópico, que a ascensão da Iniciativa Liberal fez emergir junto dos meios mediáticos – o questionamento da importância histórica do 25 de Novembro no quadro geral do património herdado do período revolucionário⁶⁸.

Tabela 2 > Lógicas discursivas identificadas e alguns exemplos

Lógicas discursivas	Exemplos
Reconstrução	Portugal enquanto «país construtor de pontes», cosmopolitismo
	Rejeição do racismo e xenofobia – teses neolusotropicalistas
	Alocação da «saudade» do espaço colonial-atlântico para a diáspora
Oclusão (silenciamento)	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	Dimensão da violência do Estado Novo: repressão e colonialismo
	Guerra Colonial, trauma e o impacto social da violência colonial
Inserção	Período Revolucionário em Curso e extremismos em democracia
	Valores de Abril: democracia, liberdade e conquistas sociais
	Valores de Novembro: ordenamento constitucional, aparelho institucional
	Multilateralismo, natureza europeia, aliança transatlântica

REFLEXÕES FINAIS

Em suma, sustentamos que a reconstrução da identidade nacional portuguesa ao longo do tempo se baseou essencialmente na opção pela não problematização dos pressupostos anteriores, apesar das enormes mudanças sociais que estão adscritas ao próprio processo de construção e consolidação democrática em Portugal. Este não questionamento resultou na reprodução de violências e de problemas sociais, como aqueles que exemplificámos ao longo do ensaio.

Não obstante, no processo de reconstrução desta narrativa identitária, as elites políticas não procuraram ter, como as suas contrapartes do regime anterior, um papel ativo na compatibilização da metanarrativa nacional, de forma a convergir simultaneamente para a sustentabilidade do regime. A recuperação de um modelo de ensino preocupado com uma cidadania democrática é recente, adscrito ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*⁶⁹.

Como tal, olharmos para a metanarrativa identitária predominante em quarenta e oito anos de democracia é identificarmos os três expedientes que temos vindo a analisar⁷⁰. Uma lógica de reconstrução narrativa mimetiza ironicamente a introdução do lusotropicalismo, em substituição do mito do fardo do bom colonizador, quando este deixou de ser aceite internacionalmente, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial.

O expediente do silenciamento e da redução ao não-assunto foi aquele que mais foi usado e, não obstante ser um ocaso, é simultaneamente uma forma de violência, especialmente face às franjas mais vulneráveis da sociedade. Por fim, a introdução do repertório próprio da democracia, ligado aos «valores de Abril», continua a não ter uma grande força discursiva, devido à elevada disputa política de que é alvo, mas também pelo silenciamento da discussão do período revolucionário, que também analisámos. Portugal é hoje um país que procura, política e socialmente, saber quem é, que valores defende, e onde a literacia para a democracia, com espaço para a discussão de todos os temas não tratados, poderá ser a chave para a recuperação de um articulado identitário que se assoma hoje como uma metanarrativa frágil, independentemente dos 900 anos de história que tem. Todavia, essa reflexão não tem espaço no presente ensaio. **RI**

Data de receção: 19 de setembro de 2022 | Data de aprovação: 1 de fevereiro de 2023

Gonçalo Margato Mestrando em História Moderna e Contemporânea no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Colabora atualmente com a

Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril.

> ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal | goncalo_margato@iscte-iul.pt

NOTAS

1 Não obstante o argumento ser da única responsabilidade do autor, um agradecimento é devido à equipa do Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais (mandato 2021-2022) por ter permitido encetar estas reflexões. Um agradecimento também às sugestões do júri do Prémio de Ensaio «25 de Abril», e os comentários essenciais de Bruno Filipe, Inês Torres e Juliana Esteves.

2 CARVALHO, Paulo de – «E Depois do Adeus»: a senha da Revolução explicada por Paulo de Carvalho». Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/e-depois-do-adeus-a-senha-da-revolucao-explicada-por-paulo-de-carvalho>.

3 LEAL, João – «Apresentação». In *Etnografias Portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 17.

4 EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems». In *World Politics*. Vol. 9, N.º 3, 1957, pp. 383-400.

5 «LEI N.º 40/2006, de 25 de agosto». In *Diário da República*. N.º 164, 2006,

pp. 6185-6190. Consultado em: 17 de julho de 2022. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/40/2006/08/25/p/dre/pt/html>.

6 FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 218.

7 FERNANDES, Jorge; JALALI, Carlos – «Uma presidência renovada? O semipresidencialismo português e as eleições de 2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 274-275.

8 «INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20140425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

9 FISHMAN, Robert – «A democracia excepcional de Portugal: como a Revolução

dos Cravos conduziu a vantagens políticas duradouras». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 40-41.

10 FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016», p. 226.

11 Ver tabela 1 (p. 039).

12 JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017, p. 71.

13 «DISCURSO DO PRESIDENTE da República na 39.ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 23 de outubro de 2022. Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=72991&action=7>.

14 FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016», pp. 217-252.

15 ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas*. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2021.

- 16 SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, p. 15.
- 17 EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems», pp. 391-392.
- 18 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos. Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril». In *45 Anos de Democracia em Portugal*, pp. 163-165.
- 19 HERMET, Guy – *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 131.
- 20 HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*. 2.ª edição. Lisboa: Terramar, 2004, p. 67.
- 21 TAVARES DE ALMEIDA, Pedro; BRANCO, Rui – «Apresentação». In *Burocracia, Estado e Território – Portugal e Espanha (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 9-11.
- 22 FARIA, Alice Santiago – «Administração colonial e obras públicas: as direções de Obras Públicas nos territórios do antigo Oriente português (1869-1926)». In *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal – Séc. XIX*. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 237-259.
- 23 VIEGAS, Susana de Matos; PINA-CABRAL, João de – «Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história». In *Etnográfica*. Vol. 18, N.º 2, p. 314.
- 24 SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e Castelos*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, p. 16.
- 25 ALVES, Vera Marques – *Arte Popular e Nação no Estado Novo*. 1.ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013, pp. 21-22.
- 26 ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 52-53.
- 27 BAPTISTA, Fernando Oliveira – «Espanha e Portugal, um século de questão agrária». In *Mundo Rural*. Lisboa: Colibri, 2006, pp. 15-18.
- 28 ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes», pp. 68-69.
- 29 SANCHIS, Pierre – «Introdução». In *Arraial: Festa de Um Povo*. Lisboa: Etnográfica Press, 1983, pp. 15-37.
- 30 MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS – *Programa do Movimento das Forças Armadas*. Consultado em: 3 de julho de 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>.
- 31 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018, pp. 58-59.
- 32 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...», pp. 168-177.
- 33 PARTIDO SOCIALISTA – *A Nossa História*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://ps.pt/a-nossa-historia/>.
- 34 MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. 1.ª edição. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 95-105.
- 35 BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case». In *International Political Science Review*. Vol. 34, N.º 3, 2013, p. 275.
- 36 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...», pp. 168-177.
- 37 *Ibidem*, p. 165.
- 38 MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, pp. 105-112.
- 39 BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence...», p. 275.
- 40 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*, pp. 90-91.
- 41 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – *Cronologia*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.psd.pt/pt/cronologia>.
- 42 JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*, pp. 72-74.
- 43 GODINHO, Paula – «Antropologia portuguesa contemporânea, casi medio siglo desde abril». In *Disparidades. Revista de Antropología*. Madrid. Vol. 74, N.º 2, 2019, p. 10.
- 44 RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*, p. 68.
- 45 SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses...*, pp. 78-79.
- 46 CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações de memória». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 389-391.
- 47 LOURENÇO, Eduardo – «A emigração como mito e os mitos da emigração». In *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2022, pp. 118-135.
- 48 «INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/PARXVL/Intervencoes/Paginas/Intervencoes/Sessao-Solene-Comemorativa-do-XLVIII-Aniversario-25-Abril-1974.aspx>.
- 49 SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno; HERME-NEGILDO, Reinaldo Saraiva – «As presidiências portuguesas da União Europeia». In *Relações Internacionais*. N.º 48, 2015, pp. 61-78.
- 50 CARDINA, Miguel – «O passado colonial...», pp. 367-369.
- 51 SOUSA SANTOS, Boaventura de – «Descolonizar a História». Consultado em: 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAhWELV092M>.
- 52 SENA MARTINS, Bruno – «A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências». In *Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 248-249.
- 53 VALA, Jorge – *Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, pp. 126-128.
- 54 VALE DE ALMEIDA, Miguel – «O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo». Consultado em: 6 de julho de 2022. Disponível em: <https://setentaetateatro.pt/ensaio/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo>.
- 55 HOBBSAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*, p. 87.
- 56 Muitas vezes, o trabalho académico já se encontra feito, a questão que se coloca é massificá-lo, como refere FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 44.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?pat h=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a57637652304643554546534c306442516c4242556b467963585670646d3876535735305a584a325a57356a7737566c637938794e5441304d6a41784f4638794e574669636d6c734d6a41784f4335775a47593d&fich=25042018_25abril2018.pdf&Inline=true.
- 57 HENRIQUES, João Pedro – «Otel. Alegre revoltado por não haver luto nacional. "Estou-te grato, pá!"". Consultado em: 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/politica/otel-alegre-revoltado-por-nao-haver-luto-nacional-estou-te-grato-pa-13973576.html>.
- 58 LOPES, Maria – «AR aprova voto de pesar pela morte de Adriano Moreira – PCP e BE votaram contra». Consultado em: 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/27/politica/noticia/ar-aprova-voto- pesar-morte-adriano-moreira-pcp-be-votaram-2025628>.
- 59 «DISCURSO DO PRESIDENTE da República na Sessão Solene Comemorativa do 47.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/atualidade/todo-a-atualidade/2021/04/discursao-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-47-0-aniversario-do-25-de-abril/>.
- 60 CARDINA, Miguel – *The Colonial Aphasia and the Crossroads of Memory*. Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_

RESULTS_AND_IMPACT/4.3_NEWSLETTER/MAPS_MEMOIRS_newsletter_136_MC_en_.pdf.

61 SARTORI, Giovanni – «Uma tipologia dos sistemas partidários». In *Ensaio de Política Comparada*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 99-130.

62 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

63 «INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 38.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20120425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%3CA7%3CA3o+Esteves>.

64 RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos...». pp. 170-178.

65 FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Ses-

são Solene Comemorativa do 42.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a-7737566c637938794e5330774e4330794d-44453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a-706244497774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia_25Abril2016vf.pdf&Inline=true.

66 TAVARES, Rui – *Esquerda e Direita: Guia Histórico para o Século XXI*. 1.ª edição. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 58-59.

67 CHEGA – *Manifesto Político Fundador*. Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38>

765373505a584a325a57356a-7737566c637938794e5330774e4330794d4453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a70624449774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia_25Abril2016vf.pdf&Inline=true.

68 «INICIATIVA LIBERAL VOLTA a celebrar o 25 de Novembro e dedica dia a reflexão sobre a juventude». Lusa. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2021/11/23/iniciativa-liberal-volta-a-celebrar-o-25-de-novembro-e-dedica-dia-a-reflexao-sobre-a-juventude/261804/>.

69 MARTINS, Guilherme d'Oliveira, coord. – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2017. Consultado em: 15 de junho de 2022. Disponível em: https://dqe.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf.

70 Ver tabela 2 (p. 047).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vera Marques – *Arte Popular e Nação no Estado Novo*. 1.ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

ANDERSON, Benedict – *Comunidades Imaginadas*. Reimpressão. Lisboa: Edições 70, 2021.

BAPTISTA, Fernando Oliveira – «Espanha e Portugal, um século de questão agrária». In *Mundo Rural*. Lisboa: Colibri, 2006, pp. 15-47.

BELCHIOR, Ana Maria; FREIRE, André – «Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case». In *International Political Science Review*. Vol. 34, N.º 3, 2013, pp. 273-288. DOI: 10.1177/0192512112467215.

BRAGA DA CRUZ, Manuel – *O Sistema Político Português*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.

CARDINA, Miguel – «O passado colonial: do trajeto histórico às configurações de memória». In *O Século XX Portugueses*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 357-411.

CARDINA, Miguel – *The Colonial Aphasia and the Crossroads of Memory*. Consultado em: 30 de junho de 2022. Disponível em: https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/4.3_NEWSLETTER/MAPS_MEMOIRS_newsletter_136_MC_en_.pdf.

CARVALHO, Paulo de – «E Depois do Adeus»: a senha da Revolução explicada por

Paulo de Carvalho». Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/atuabilidade/noticias/detalhe/e-depois-do-adeus-a-senha-da-revolucao-explicada-por-paulo-de-carvalho>.

CHEGA – *Manifesto Político Fundador*. Consultado em: 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

«DISCURSO DO PRESIDENTE da República na 39.ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 23 de outubro de 2022. Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=22&idi=72991&action=7>.

«DISCURSO DO PRESIDENTE da República na Sessão Solene Comemorativa do 47.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/atuabilidade/toda-a-atuabilidade/2021/04/discurso-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-47-o-aniversario-do-25-de-abril/>.

EASTON, David – «An approach to the analysis of political systems». In *World Politics*. Vol. 9, N.º 3, 1957, pp. 383-400. DOI: 10.2307/2008920.

FARIA, Alice Santiago – «Administração colonial e obras públicas: as direcções de

Obras Públicas nos territórios do antigo Oriente português [1869-1926]». In *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal – Séc. XIX*. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 237-259.

FERNANDES, Jorge; JALALI, Carlos – «Uma presidência renovada? O semipresidencialismo português e as eleições de 2016». In *Presidentes e (Semi)presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 253-278.

FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 42.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a57637652304643554546534c-306442516c4242556b467963585670646d38765373505a584a325a57356a7737566c637938794e5330774e4330794d444453252476c7a593356796332396a5a584a7062573975615746664d6a5642596e4a70624449774d545a325a6935775a47593d&fich=25-04-2016Discursocerimonia_25Abril2016vf.pdf&Inline=true.

FERRO RODRIGUES, Eduardo – «Sessão Solene Comemorativa do 44.º Aniversário do 25 de Abril de 1974». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a57637652304643554546534c->

306442516c4242556b467963585670646d3876535735305a584a325a57356a7737566c637938794e5441304d6a41784f4638794e574669636d6c734d6a41784f4335775a7593d&fich=25042018_25abril2018.pdf&inline=true.

FISHMAN, Robert – «A democracia excepcional de Portugal: como a Revolução dos Cravos conduziu a vantagens políticas duradouras». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 33-45.

FREIRE, André; SANTANA-PEREIRA, José – «O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016». In *Presidentes e [Semi]presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, pp. 217-252.

GODINHO, Paula – «Antropologia portuguesa contemporânea, casi medio siglo desde abril». In *Disparidades. Revista de Antropologia*. Madrid. Vol. 74, N.º 2, 2019, pp. 1-30. DOI: 10.3989/dra.2019.02.014.

HENRIQUES, João Pedro – «Ótelo. Alegre revoltado por não haver luto nacional. "Estou-te grato, pá!"». Consultado em: 27 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.dn.pt/politica/otelo-alegre-revoltado-por-nao-haver-luto-nacional-estou-te-grato-pa-13973576.html>.

HERMET, Guy – *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*. 1.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HOBSBAWM, Eric – *A Questão do Nacionalismo*. 2.ª edição. Lisboa: Terramar, 2004.

«INICIATIVA LIBERAL VOLTA a celebrar o 25 de Novembro e dedica dia a reflexão sobre a juventude». Lusa. Consultado em: 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2021/11/23/iniciativa-liberal-volta-a-celebrar-o-25-de-novembro-e-dedica-dia-a-reflexao-sobre-a-juventude/261804/>.

«INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 38.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20120425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

«INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE da Assembleia da República, Assunção Esteves, na Sessão Solene Comemorativa do 40.º Aniversário do 25 de Abril». Consultado em: 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://av.parlamento.pt/DefaultVideo.aspx?s=0&id=20140425pln.xml&idsegmento=8&filter=true&q=Assun%C3%A7%C3%A3o+Esteves>.

«INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE da Assembleia da República, Augusto Santos

Silva, na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril». Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/PARXVL/Intervencoes/Paginas/Intervencoes/Sessao-Solene-Comemorativa-do-XLVIII-Aniversario-25-Abril-1974.aspx>.

JALALI, Carlos – *Partidos e Sistemas Partidários*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017.
LEAL, João – «Apresentação». In *Etnografias Portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 15-26.

«LEI N.º 40/2006, de 25 de agosto». In *Diário da República*. N.º 164, 2006, pp. 6185-6190. Consultado em: 17 de julho de 2022. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/40/2006/08/25/pdre/pt/html>.

LOPES, Maria – «AR aprova voto de pesar pela morte de Adriano Moreira – PCP e BE votaram contra». Consultado em: 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/27/politica/noticia/ar-aprova-voto-pesar-morte-adriano-moreira-pcp-be-votaram-20256528>.

LOURENÇO, Eduardo – «A emigração como mito e os mitos da emigração». In *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2022, pp. 118-135.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, coord. – *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2017. Consultado em: 15 de junho de 2022. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf.

MEDEIROS FERREIRA, José – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. 1.ª edição. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS – *Programa do Movimento das Forças Armadas*. Consultado em: 3 de julho de 2022. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estru07>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – *Cronologia*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.psd.pt/pt/cronologia>.

PARTIDO SOCIALISTA – *A Nossa História*. Consultado em: 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://ps.pt/a-nossa-historia/>.

RAIMUNDO, Filipa – *Ditadura e Democracia, Legados de Memória*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.

RAIMUNDO, Filipa; DIAS, António Luís – «Guerreiros mnemónicos. Os partidos políticos e a memória da transição portuguesa durante as celebrações oficiais do 25 de Abril». In *45 Anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2020, pp. 163-179.

ROSAS, Fernando – «Os quatro regimes». In *O Século XX Português*. Lisboa: Tinta da China, 2020, pp. 17-115.

SANCHIS, Pierre – «Introdução». In *Arraial: Festa de Um Povo*. Lisboa: Etnográfica Press, 1983, pp. 15-37. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.5777.

SARTORI, Giovanni – «Uma tipologia dos sistemas partidários». In *Ensaio de Política Comparada*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 99-130.

SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e Castelos*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.

SENA MARTINS, Bruno – «A Guerra Colonial portuguesa na democratização da história: corpos, subjetividades e violências». In *Brasil e Portugal: Ditaduras e Transições para a Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 241-262. DOI: 10.14195/978-989-26-1717-6_10.

SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno; HERMENE-GILDO, Reinatdo Saraiva – «As presidências portuguesas da União Europeia». In *Relações Internacionais*. N.º 48, 2015, pp. 61-78.

SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de – «Descolonizar a História». Consultado em: 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAhWELvO92M>.

TAVARES, Rui – *Esquerda e Direita: Guia Histórico para o Século XXI*. 1.ª edição. Lisboa: Tinta da China, 2021, pp. 58-59.

TAVARES DE ALMEIDA, Pedro; BRANCO, Rui – «Apresentação». In *Burocracia, Estado e Território – Portugal e Espanha [Séculos XIX-XX]*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 9-11.

VALA, Jorge – *Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. 1.ª edição. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, pp. 126-128.

VALE DE ALMEIDA, Miguel – «O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo». Consultado em: 6 de julho de 2022. Disponível em: <https://setentaquatro.pt/ensaio/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo>.

VIEGAS, Susana de Matos; PINA-CABRAL, João de – «Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história». In *Etnográfica*. Vol. 18, N.º 2, pp. 311-332. DOI: 10.4000/etnografica.3694.

O MAR

IDENTIDADE GEOPOLÍTICA PORTUGUESA

E PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA

NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Virgílio Miguel Machado

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, duas linhas identitárias de investigação referenciadas ao mar assinalam-se na geopolítica internacional. Uma enquanto demarcação, fronteira (potencial ou efetiva), controlo, ocupação, linha que liga ou envolve uma terra, em suma, uma apropriação totémica que inspira e baseia relações entre lugares e seres humanos. Deve-se a Mackinder, em 1904, esta primeira formulação¹. Mais recentes são as investigações de Dijink, Pelling, Blackburn ou de Kidd².

A segunda assinala o mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e de interatividade, com interdependência geográfica em que a identidade se forma e reforça pela capacidade de estabelecer relações, nós, redes e pontos de contacto, em múltiplas formas de equilíbrio e geometria variável. Em 1898 o precursor foi Mahan³, e atualmente outros defensores como Kaplan ou Bunel e Ducruet⁴.

Na conceção de Dodds, geopolítica é entendida enquanto relação entre o planeta Terra, o poder político e a sua distribuição⁵. O termo associa duas palavras de origem grega: «geo» e «polis», ou seja, a Terra e sua organização política, entre os homens e seu ambiente envolvente. Estas expressões relacionam-se com elementos fundamentais como a história, o desenvolvimento institucional e a cultura dos povos, designadamente, em relação ao mar, compostas por tradições, emoções e afetos operando em diversas escalas geográficas desde a individual, passando

RESUMO

Portugal, na sua história, teve uma relação especial com o mar enquanto expressão de uma unidade e identidade geopolíticas. Neste artigo exploram-se variáveis dessa identidade e relações internacionais construídas com a Europa medieval de meados do século XII a finais do século XIV e que permitem estabelecer comparações com a atualidade, projetando o desenvolvimento de relações internacionais modernas, segundo princípios de sustentabilidade considerados como de profundidade estratégica.

Palavras-chave: Portugal, geopolítica, identidade, mar.

ABSTRACT

THE SEA: PORTUGUESE GEOPOLITICAL IDENTITY AND STRATEGIC DEPTH IN INTERNATIONAL RELATIONS

Portugal, in its history, had a special relationship with the sea, as an expression of geopolitical unity and identity. In this article, variables of this identity and international relations built within medieval Europe from the mid-12th century to the end of the 14th century are explored and allow comparisons to be made with actuality,



projecting the development of modern international relations, according to principles of sustainability considered to have strategic depth.

Keywords: Portugal, geopolitics, identity, sea.

pela nacional até à global⁶. A maior parte das sociedades políticas poderá, em vários momentos da história, ter convivido, conjunta ou alternadamente, com estas projeções de identidade consoante os contextos, sempre determinantes nas estratégias de poder⁷.

Neste estudo, aborda-se o mar enquanto contexto da identidade geopolítica portuguesa, e como ela pode contribuir para estratégias de desenvolvimento de relações internacionais relacionadas com os oceanos. Existem múltiplos desafios colocados na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável, em especial, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS) sobre conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento internacional de acordo com a agenda definida pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁸. Igualmente, após a primeira Conferência dos Oceanos da ONU, em 2017, e a elaboração do documento político final da conferência, intitulado «Our ocean, our future: call for action»⁹, Portugal assumiu-se como referência política indutora da importância do mar para o desenvolvimento sustentável internacional e na coorganização da segunda Conferência dos Oceanos da ONU em 2022 que teve lugar em Lisboa.

O objetivo deste artigo é interpretar como Portugal, enquanto expressão histórica de uma unidade e de uma identidade geopolíticas, na sua relação com o mar, pode ser agente representativo de uma estratégia diplomática de desenvolvimento internacional, no quadro de organizações multilaterais e bilaterais, à luz de práticas e conceitos que denominaremos como de profundidade estratégica.

METODOLOGIA

Utiliza-se a ciência política como caminho. Procuram-se padrões, repetições, semelhanças ao longo de um processo histórico de desenvolvimento de relações internacionais. A opção estruturalista, cuja orientação se segue nesta investigação, deve esforçar-se por encontrar homologias dos distintos momentos históricos, no seu contexto cultural, com vista à generalização do discurso¹⁰.

Neste milénio, retiram-se as referências de Diamond¹¹, invocando os estudos de Jones e Olken sobre «experiências naturais da História», ou seja, resultantes de comparações de trajetórias históricas em que os resultados, atenta uma expressiva amostra de um certo número de factos ou acontecimentos, tenderam a uma determinada repetição ou padronização, rejeitando-se estas em função de outros acontecimentos aleatórios¹². Que padronização se atenta? Que acontecimentos aleatórios se rejeitam? Antes de mais, o atual compromisso internacional de Portugal com a União Europeia (UE) retém-nos. Assim, os momentos de fundação e maioria da ordem política internacional no contexto geopolítico dos séculos XII a XIV são essenciais nesta análise, porquanto aí se revelam os fundamentos que originaram e sustentaram Portugal enquanto unidade

geopolítica autónoma no contexto europeu¹³. Esses momentos explicam as origens da diplomacia portuguesa, enquanto atividade entre sujeitos que se reconhecem mutuamente na ordem política, de acordo com a conceção de Manfredi¹⁴. A análise desse período histórico enquanto fundação e consolidação dessa ordem, permitirá melhor entender essa unidade e atividade no contexto internacional atual. Por outro lado, considera-se que a história colonial e ultramarina portuguesa, que se iniciou na época dos Descobrimentos a partir dos séculos XV e XVI, é um processo aleatório nesta análise, afirmativa de um Estado-Império, onde outros contextos de poder, de domínio e de controlo se levantaram¹⁵.

Os contextos da origem e maturidade da unidade política portuguesa pré-ultramarina têm certas analogias com a atualidade política internacional, que se iniciou com a descolonização, após a revolução de abril de 1974 e com o regresso ao compromisso multilateral europeu e mundial, de equilíbrio e de interdependência de um Estado pequeno no contexto europeu em área continental, mas com uma ampla configuração atlântica. Por último, em honra à origem etimológica da palavra «diplomacia» (do grego *diploma*, como documento que titula direitos), far-se-á uma análise de variáveis de poder aplicáveis à história medieval portuguesa, com metodologia jurídico-política do autor¹⁶. Diplomas são entendidos, em sentido amplo, como instrumentos jurídicos vinculativos e de compromisso internacionais à época (e. g., tratados, cartas-privilegio, salvos-condutos) que permitirão entender e formar melhor um quadro compreensivo estratégico de desenvolvimento das relações internacionais de Portugal, em que o mar assume um contexto decisivo e identitário.

OS CONTEXTOS DA ORIGEM E MATURIDADE
DA UNIDADE POLÍTICA PORTUGUESA
PRÉ-ULTRAMARINA TÊM CERTAS ANALOGIAS
COM A ATUALIDADE POLÍTICA INTERNACIONAL,
DE EQUILÍBRIO E DE INTERDEPENDÊNCIA
DE UM ESTADO PEQUENO NO CONTEXTO
EUROPEU EM ÁREA CONTINENTAL,
MAS COM UMA AMPLA
CONFIGURAÇÃO ATLÂNTICA.

PORTUGAL: SINGULARIDADES GEOPOLÍTICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELO MAR

Desde os primórdios da humanidade, admite-se que o mar seja primeiro pensado como terra, ou seja, enquanto fonte de recursos e subsistência alimentar, necessitando de ser apaziguado. Praias, enseadas, lagoas e sapais onde vida marinha permitia fonte de subsistência alimentar seriam privilegiados. Formas de organização coletiva mais sedentarizadas seriam necessárias para satisfação destas necessidades, em que o apelo à tecnologia, ao controlo e à dominação dos recursos seriam prioritários.

Todavia, a situação geográfica de Portugal, no extremo sudoeste da Europa, na Península Ibérica e afastada pela barreira montanhosa dos Pirenéus do restante eixo continental europeu, sem rios navegáveis provenientes desse eixo, afirmaria o mar como

instrumento privilegiado de importação e troca de ideias, bens e tecnologia, em concreto, com o mar Mediterrâneo que se tornaria, segundo Marshall, decisivo na configuração geopolítica da Europa¹⁷.

A periferia atlântica de Portugal tornaria este território mais dependente e ansioso na evolução da navegação marítima, com experiencialismo e sentido pragmático, admitindo-se que o transporte pela água seria mais fácil e menos custoso do que por terra¹⁸, o que constituía vantagem estratégica das sociedades que o puderam aproveitar¹⁹. Não poderiam os portugueses ignorar os riscos que incorreriam se não aproveitassem essa oportunidade pois outros o iriam fazer²⁰.

Admitindo-se as condições desfavoráveis para atividades sedentárias na agricultura, como a inexistência de vales férteis, abundância de solos pedregosos e climas relativamente secos, geógrafos e historiadores portugueses admitiram que a água ou o mar constituíram fatores de unidade geopolítica para Portugal²¹.

Assim, na fundação da identidade geopolítica portuguesa, o mar é caminho, meio de transporte, quando não raro, de subsistência. Condições que convidam ao nomadismo, à itinerância, ao movimento. Com talento, podem-se contactar outros grupos e, em condições de reciprocidade, de troca e de comércio em mercados. Nas palavras do historiador grego Dião Crisóstomo, «um lugar de mercado junta num único lugar todo o tipo de homens, mostrando-os uns aos outros e, tanto quanto possível, fazendo deles um povo único»²².

A identidade geopolítica portuguesa bem pode fundar-se em valores de comunicação, de partilha, de interdependência e de troca em espaços mais igualitários²³. Não fosse o próprio nome do país, Portugal, proveniente de porto ou *portus*, definido como «lugar onde se importam e exportam mercadorias»²⁴. Quando, nos séculos XII a XIV, as tecnologias de navegação marítima já permitiam ligações entre os polos comerciais do Norte atlântico e do Sul mediterrânico, o valor geopolítico português aumentou enquanto eixo.

As fundações da ordem geopolítica portuguesa baseiam-se em movimentos militares e comerciais de cariz internacional entre o Norte atlântico e o Sul mediterrânico, impulsionados pelas cidades burguesas que se queriam ver livres do jugo feudal, pela autoridade papal eclesiástica, através das cruzadas e da sua vontade em ser independente enquanto organização política face ao Sacro Império Romano-Germânico e pela afirmação de um direito eclesiástico que ajudou muito um nóvel reino a se consolidar em contratos, em negócios e em propriedades.

Entre esses contratos, os tratados internacionais de paz e comércio celebrados numa estratégia de tenaz marítima²⁵. Uma ponta com as cidades-estado no Sul mediterrânico, como Florença (1338), Génova (1370) ou Veneza (1392), e outra ponta nos reinos do mar do Norte, desde 1226 (Inglaterra), sucessivamente renovados nos séculos XIII e XIV até ao Tratado de Windsor (1386) ou desde 1290 aos mercadores portugueses estabelecidos em Harfleur, em França, mais tarde, com um entreposto comercial fundamental em Bruges, Flandres, em 1387.

Não raramente, a fundação e maioria da ordem geopolítica portuguesa, pela necessidade de reconhecimento internacional que lhe assiste, fundado no valor do mar, pugnará por uma consciência moral universal baseada na autoridade da fé representada pela autoridade papal eclesiástica e por um sentido pragmático baseado no comércio, na interação com os outros e em tratados internacionais de geometria variável.

Assim, reconhecendo a identidade geopolítica portuguesa a instabilidade dos sistemas de equilíbrio de poder internacionais, acabará por pugnar pela manutenção da paz como regra nas relações internacionais, considerando a guerra como exceção e catástrofe nas relações políticas. A fundação desta identidade encontra homologias com a atualidade política portuguesa, assente num contexto de compromisso internacional de Portugal com a UE e no quadro multilateral da ONU, onde a compreensão do papel estratégico do mar e dos oceanos como instrumento de desenvolvimento internacional sustentável será fundamental.

VARIÁVEIS DE PODER E PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA

Que variáveis de poder em relação à ordem política poderão ser assinaladas? Com projeção em tratados, acordos ou outros instrumentos jurídicos e diplomáticos de natureza política? A primeira será a qualidade do título. A qualidade do título reporta-se à facilidade, à certeza e à segurança na criação e características da definição do direito e a existência de um poder que vai garantir a coercibilidade e executoriedade desse direito²⁶. Nesta variável, o território, incluindo o marítimo, assume-se como qualidade do título, recurso valioso, monopólio natural, infraestrutura material única, suscetível de controlo e dominação e que não pode ser duplicada noutra lugar²⁷. Coordenação, autoridade, comando são palavras-chave para o entendimento desta variável que se relaciona fortemente com a primeira linha de investigação geopolítica assinalada na introdução.

Na história da fundação da identidade política portuguesa, a qualidade de título do novel reino foi procurada pela criação de laços de casamento e parentesco, através de tratados internacionais celebrados por via diplomática. Esta prática é designada como a política das alianças dinásticas, segundo Magalhães²⁸. Entre 1146 e 1383, regista 21 casamentos entre reis portugueses e seus herdeiros com congéneres de reinos europeus. A consequente filiação conjunta asseguraria frutos e vínculos muito fortes com ordens políticas internacionais.

Como exemplos notáveis, o casamento de Matilde, filha do conde de Saboia, então parte, já, do Sacro Império Romano-Germânico com o rei Afonso Henriques, tornando-se a primeira rainha de Portugal ou, mais tarde, em 1386, do rei João I com Filipa, filha dos duques de Lencastre, como reforçadora dos laços de entreaajuda internacional com o reino de Inglaterra²⁹. A cooperação e a paz eram procuradas por esta via. Mas não só. A autoridade papal eclesiástica, espiritual e internacional da Santa Sé era outro aliado importante. As cartas de Afonso Henriques, de 13 de dezembro de 1143, colocando-se a si e ao reino sob a proteção de São Pedro e da Santa Sé e do Papa Lúcio II em

1 de maio de 1144, com resposta afirmativa, são documentos históricos e diplomas fundamentais para a compreensão geopolítica internacional do novel reino português.

Na atualidade, que relação tem a qualidade do título com as estratégias de desenvolvimento internacional sustentáveis com os oceanos? Refira-se como exemplo, o equacionar os mares e oceanos como Património Comum da Humanidade, na senda da Convenção Internacional para a Proteção do Património Mundial, Natural e Cultural, de 23 de novembro de 1972 (ratificada por Portugal pelo Decreto N.º 49/79, de 6 de junho de 1979). Outro exemplo pela criação de projetos comuns de filiação, por exemplo, em projetos de geração de energia (e. g., ondas, vento, campos magnéticos) ou de alimento biológico (algas, aquacultura) criados pelo mar. Laços jurídicos e simbólicos ligados à paz, à união, ao parentesco ou à filiação são fundamentais nesta variável.

Outras variáveis de poder utilizadas na história medieval portuguesa internacional dos séculos XII a XIV foram a exclusividade e a transferibilidade. Vamos descrevê-las como variáveis em interação que produzem um equilíbrio sistémico, porquanto estão, respetivamente, ligadas à primeira e à segunda linha de investigação assinaladas na introdução. A exclusividade significa a certeza, a segurança de que terceiros não irão perturbar o seu exercício, pela possibilidade de exclusão a terceiros que lhe é conferida pela sua especificidade, que garante ao seu titular uma unidade nos proveitos e nos correspondentes custos da sua detenção e uso³⁰. Na especificidade, consta a vinculação a um fim que não pode ser posto em causa por terceiros, enquanto faculdade exclusiva de gozo

A FUNDAÇÃO DA IDENTIDADE GEOPOLÍTICA PORTUGUESA PRIVILEGIOU A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DAS DUAS VARIÁVEIS, OU SEJA, COM EXCLUSIVIDADE DE TRATADOS E EMISSÁRIOS COM ALIADOS COMERCIAIS INTERESSADOS E ESTRATÉGICAMENTE LOCALIZADOS E TAMBÉM TRANSFERIBILIDADE, EM CONDIÇÕES DE RECIPROCIDADE, NAS TROCAS COM OS PARCEIROS E TERCEIROS EM QUE OS MERCADORES PORTUGUESES PUDESSEM SER EIXO E INTERMEDIÁRIO NAS TROCAS.

de um direito. A exclusividade assenta na relação de domínio ou controlo sobre um determinado espaço. No caso marítimo podem dar-se vários exemplos. Pontos estratégicos como a entrada de acesso a um canal ou um ponto de estrangulamento num estreito, que permitem um estatuto de «porteiro» ou «guarda de um portão» marítimos encaixam-se nesta variável.

Por sua vez, a transferibilidade significa comerciabilidade, a simplicidade ou baixo custo na sua transferência a favor de outro titular, com determinação exata dos seus

custos e limites, incluindo a potencialidade de ser transformado num equivalente ou sucedâneo, a fim de permitir a sua comerciabilidade³¹. A transferibilidade implica a necessidade de se estabelecerem equivalentes, denominadores comuns para o pagamento (e. g., unidades monetárias) ou compensações (e. g., títulos, seguros) advenientes de trocas e riscos comerciais.

A fundação da identidade geopolítica portuguesa privilegiou a utilização simultânea das duas variáveis, ou seja, com exclusividade de tratados e emissários com aliados comer-

ciais interessados e estrategicamente localizados e também transferibilidade, em condições de reciprocidade, nas trocas com os parceiros e terceiros em que os mercadores portugueses pudessem ser eixo e intermediário nas trocas. Esta utilização simultânea foi-se consolidando ao longo de um processo histórico nos séculos XII a XIV, gerando equilíbrio, harmonia e desenvolvimento nas relações internacionais de Portugal.

Na história da exclusividade/transferibilidade portuguesas na relação com o mar, conseguem ser obtidas em 1290 e 1294, no reinado de Dinis I (1279-1325), cartas patentes, de segurança, salvo-conduto e reconhecimento de direitos de comércio a favor de mercadores portugueses (exclusividade) outorgadas, respetivamente, pelos reis de França e de Inglaterra, Filipe IV e Eduardo I, para que se estabelecessem em portos marítimos daqueles países, tendo em vista a promoção e o intercâmbio de comércio, pelo mar, com o reino de Portugal³².

Este, por sua vez, outorgaria, em condições de reciprocidade (transferibilidade), cartas semelhantes a mercadores desses reinos (1338), mas também a mercadores de outras cidades europeias (Florença, 1338; Génova, 1357). Na Idade Média, os mercadores estrangeiros constituíam um estatuto, uma espécie de comunidades a quem se concediam direitos com diferentes designações («salvo-conduto», «bom comportamento») para o exercício do comércio, com formas de auto-organização sujeitas a usos mercantis e títulos contratuais e de crédito próprios, sem grande interferência dos poderes formais vigentes³³. A realidade itinerante e de mobilidade destes grupos assim o justificaria.

E na variável de poder da exclusividade, na história geopolítica do comércio marítimo luso, regista-se a celebração de tratados comerciais com Inglaterra, como o de 20 de outubro de 1353 em que o mercador do Porto, Afonso Martins de Alho, conclui, com o rei Eduardo III de Inglaterra, um tratado por cinquenta anos de proteção, salvo-conduto e livre comércio para os mercadores, marinheiros e pescadores das cidades e vilas portuguesas nos mares ingleses e bretões. Um representante, em nome do rei, das comunidades marítimas portuguesas.

Todos estes mecanismos de exclusividade eram temperados com transferibilidade, visando equilíbrio. Registe-se que o mercador Afonso Alho, enquanto delegado do reino de Portugal, tinha poderes estatutários para celebrar um tratado, um acordo internacional com o rei inglês, mas, simultaneamente, transferia os seus benefícios para as comunidades marítimas portuguesas que praticavam tráfego com a Inglaterra. Isto significava, na prática, uma liberdade de tráfego, pelo mar, entre Portugal e a Inglaterra, confirmando a vocação atlântica e marítima destes reinos numa perspetiva de interdependência, equilíbrio e reciprocidade.

Estando a fundação da identidade histórica e geopolítica portuguesa associada ao mar e ao comércio marítimo, as variáveis de poder assinaladas baseiam-se na segurança e na exclusividade, mas, simultaneamente, na transferibilidade, com pontos geográficos marítimos de compensação (e. g., portos, balcões, feitorias, entrepostos) que anulam

ou compensam mutuamente a débito e a crédito as trocas realizadas ou conferindo equivalência a produtos ou documentos diferentes, através de títulos ou usos comerciais (e. g., cartas, letras de câmbio) que permitem a conversão em títulos locais de documentos emitidos noutras feitorias, portos e espaços com diferentes jurisdições.

Nas estratégias de desenvolvimento internacional sustentável na relação com o mar, as variáveis da exclusividade e da transferibilidade, ponderadas em simultâneo, são fundamentais. Na verdade, a exclusividade dos emissários comerciais na Idade Média relembra-nos o papel fundamental dos conhecimentos técnicos e científicos, assentes em conselhos especializados e peritos reconhecidos internacionalmente para a proteção e valorização dos oceanos, na linha do papel das comissões das bacias hidrográficas internacionais com estudos sistematizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que podem servir de base à criação de autoridades internacionais na matéria³⁴.

Por outro lado, a lógica da tenaz marítima portuguesa pode inspirar acordos triangulares em que um dos pontos funcione como eixo, entreposto, escala, abrigo, rotação intermediária de outros dois, numa lógica de transferibilidade mútua de conhecimentos, de ganhos e de externalidades positivas baseados na exploração das diferenças marítimas (e. g., fozes dos rios, ilhas, golfos, mares interiores).

A título de exemplo, num continente como o africano, caracterizado por uma insuficiência geográfica no aproveitamento do mar como vantagem competitiva³⁵, a dispersão das comunidades de língua oficial portuguesa em África pelo mar, atendendo à experiência geopolítica portuguesa, seguiu uma lógica de equilíbrio sistémico e de desenvolvimento sustentável.

Com pontos estratégicos (exclusividade) em ilhas localizadas a não grande distância de fozes, estuários e deltas de rios navegáveis eram escolhidos desde que permitissem uma lógica de tenaz e de triangulação (transferibilidade) na troca de mercadorias entre produtos provenientes do mar e das costas africanas. As ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, na costa ocidental de África, ou da Ilha de Moçambique, na costa oriental, são bons exemplos.

O aproveitamento dos conhecimentos identitários portugueses em cálculo de custos de transporte, localização de entrepostos e exploração das diferenças e complementaridades marítimas (e. g., ventos, correntes, rotas) serão fundamentais nestas variáveis de poder e constituem vantagem competitiva e profundidade estratégica da identidade geopolítica portuguesa nas relações internacionais relacionadas com o mar e os oceanos.

Refiram-se, ainda, mais duas variáveis de poder que configuram elementos de sustentabilidade sistémica muito importantes. A duração e a flexibilidade. Mais uma vez contrapondo-se em equilíbrio sistémico, respetivamente, com a primeira e a segunda linhas de investigação assinaladas na introdução. Duração é a característica temporal do direito, a sua permanência, extensão e requisitos para a sua renovação, que lhe vão

garantir estabilidade. A criação de organizações é uma variável de poder que deve assegurar alguma durabilidade, pela perenidade de estruturas, pela normalização de processos, segundo Giotart e Balfet³⁶. Por seu turno, Burns³⁷ afirma que o consenso em relações de diversa natureza admite acordos de longo prazo ou de pré-planeamento. Estas são as características da duração enquanto variável de poder. Por sua vez, flexibilidade é a faculdade interna de gestão do direito, que consiste na regulação dos seus padrões de exercício, com vista à sua transformação e à introdução de melhorias na sua capacidade de adaptação à envolvente. A flexibilidade é elemento fundamental de poder com capacidade de oscilação, vacilação e acordo entre instituições formais (e. g., organizações, contratos), como de manipulação da trajetória de instituições informais (e. g., usos, costumes comerciais), de forma a ajustá-las nas instituições formais, em ordem a uma melhor funcionalidade na adaptação à mudança³⁸. Como se aplicam à evolução da identidade geopolítica portuguesa no mar? Um documento notável na história geopolítica portuguesa marítima é descrito assim por Cortesão:

«em 1293, os negociantes portugueses estabeleceram, por compromisso mútuo que, em Flandres, no Reino e nos demais lugares onde melhor lhes parecesse, tivessem sempre a soma de 100 marcos de prata ou o seu valor para ocorrer com ela às despesas demandadas pelo *interesse geral*. Esse capital seria constituído pela imposição do pagamento de uma certa soma sobre os navios que carregassem nos portos de Portugal para Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Arrochela, para Sevilha e para os portos de África e do Levante. D. Dinis limita-se a confirmar esse acto a pedido dos mercadores do Reino e nos termos em que estes lhes propunham»³⁹.

Esta citação merece relevância na história geopolítica portuguesa pela sua antiguidade – crê-se constituir um dos primeiros documentos históricos de ação coletiva dos mercadores portugueses. Ao mesmo tempo, pelo *interesse geral* a que estes mercadores se atêm, porque, seguramente, as suas funções eram entendidas como de interesse político para o reino. Neste contexto, as criações de compromissos entre mercadores por motivos de *interesse geral* chancelados pelo rei inserem-se na característica da duração. A alusão ao *interesse geral* e a despesas demandadas em seu benefício sempre que fosse necessário inserem-se na variável de poder da flexibilidade.

A citação acima referida também permite demonstrar melhoria institucional e de ação coletiva. Permitindo provisionar aos mercadores, pela comparticipação, necessidades de capital para prever eventos desfavoráveis (como naufrágios, saques de corsários e outros, originando os seguros marítimos) ou favoráveis (como compras por atacado ou exploração de novas rotas e produtos em conjunto).

Nesta senda, já no último quartel do século XIV, em 1383, são promulgadas por Fernando I um conjunto de medidas que visam a criação de bolsas de seguros marítimos, impostas por uma percentagem de 2% sobre fretes de navios acima de determinado

porte (mais de 50 toneladas) para acorrer a riscos de perda e encargos de proveito comum. Um serviço de registo marítimo e inspeção técnica também foi instituído. A legislação criada, segundo este autor, auspiciou o direito dos seguros marítimos modernos e usos de comércio, invocados por tribunais de conflitos internacionais reputados na época, como o de Antuérpia.

Que nos ensina a história geopolítica portuguesa destas variáveis de poder para a atualidade? Que elas são decisivas para o desenvolvimento internacional sustentável na

QUE NOS ENSINA A HISTÓRIA GEOPOLÍTICA
PORTUGUESA DESTAS VARIÁVEIS DE PODER
PARA A ATUALIDADE? QUE ELAS SÃO DECISIVAS
PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
SUSTENTÁVEL NA RELAÇÃO COM OS OCEANOS.

relação com os oceanos. A duração em seguros, bolsas e participações para despesas de interesse geral reteve-nos. Num artigo intitulado «Climate governance and the resource curse», Musolino e Auth apontam os riscos de uma lógica económica extrativa, considerada uma «maldição»

sobre recursos ambientais⁴⁰. O exemplo apresentado do Fundo Petrolífero da Noruega que constitui o maior fundo de pensões do mundo, com preferência para poupanças na extração dos recursos petrolíferos e investimentos internacionais a longo prazo éticos e sustentáveis, merece nota de destaque.

A acidificação dos oceanos, o aumento do nível das águas do mar, a poluição, entre outros riscos, já assinalados, supra, na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável, impõem a existência de fundos, participações comuns, seguros, bolsas e reservas que inspiram uma lógica de proteção e conservação a médio e longo prazo dos recursos marítimos, ou seja, uma variável de poder de duração. Tal como os mercados portugueses que quiseram proteger o seu comércio nos séculos XIII e XIV. Por sua vez, a flexibilidade para ocorrer a essas despesas em caso de acidentes ou projetos de novas rotas, como os mercados portugueses fizeram, deve influenciar-nos hoje a promover mecanismos de governança climática também flexíveis para ocorrer seja a fenómenos negativos, como desastres ambientais marítimos ou riscos de erosão ambiental, seja a projetos positivos, como novas soluções criadoras e exportadoras de energia ou alimentação aquífera sustentável.

Por último, falta-nos referir a variável da divisibilidade, sempre fundamental nas lógicas e instrumentos de poder e desenvolvimento. E com projeção na atualidade nas lógicas de desenvolvimento internacional sustentável. A divisibilidade consiste na mudança no modo ou uso do bem ou recurso sem o desconfigurar na sua natureza, através da sua divisão espacial ou temporal, com potencialidade de criação de titularidade conjunta de direitos sobre o mesmo bem⁴¹. A divisibilidade opera sobre uma unidade que se desdobra em pluralidades, de forma a captar recursos (financeiros, técnicos) ao funcionamento da referida unidade. Assim, é uma técnica de realização, pelo direito, de uma «pluralidade de direitos» sobre o mesmo bem ou recurso. Como se operou a divisibilidade na identidade geopolítica portuguesa na relação com o mar?

Raramente terão faltado incentivos ao recrutamento de tripulações marítimas. Uma boa explicação pode ser encontrada em Mack quando refere que:

«no caso dos barcos de pesca [...] podia desenvolver-se um tipo de relacionamento mais igualitário, em parte devido a um sistema de partilha dos procedimentos envolvidos na apanha do peixe, e que transformavam a tripulação de assalariados em participantes ativos nos aspectos comerciais do empreendimento»⁴².

Este incentivo, a par da necessidade da importância de recrutamento, para o comércio e navegação marítimos internacionais, de saberes locais no conhecimento de costas, mares, marés, ondulações, correntes, pontos geográficos de relevo e orientação de rotas quanto a produtos de comércio, estão na base de formulações contratuais e arranjos informais mais avançados em termos de relações económicas e de políticas internacionais, especialmente, para formulações geopolíticas, como a de Portugal, em que esse comércio revestia especial significado. Nesta ação diplomática e de favor ao comércio marítimo foram sempre conferidas vantagens aos mercadores estrangeiros. Nas nossas leis, faltaram sempre três direitos tributários medievais: o de albinágio (ou seja, o direito de se apropriar o Estado da sucessão dos estrangeiros que no país morriam, com exclusão de herdeiros e legatários), o chamado de «detração» (ou imposto de uma parte dos bens exportados dos estrangeiros falecidos no país), e ainda o de naufrágio (de se apossarem os reis e senhores feudais, tanto das pessoas como das coisas que naufragavam na orla fluvial ou marítima dos territórios pertencentes aos seus domínios)⁴³. Esta «não-tributação» refletia a importância dos incentivos a direitos de propriedade móveis, livres, precisos e transferíveis a produtos do comércio estrangeiro, com exclusão de exações e perspectivas predatórias fiscais numa lógica equivalente ao reconhecimento, pelo rei de Portugal, da autonomia de núcleos urbanos comerciais, livres de vínculos feudais, através de cartas de foral.

Que contributos pode aportar à agenda política atual esta divisibilidade, numa lógica de desenvolvimento sustentável dos oceanos? A profundidade estratégica que nos retém aconselha uma interação desta variável com a variável «qualidade de título» para se obter um equilíbrio sistémico.

Na verdade, a exigência de partilhas mais igualitárias entre Estados marítimos e não marítimos deve ser acompanhada de esforços de vigilância e supervisão comuns, com projetos em consórcio (e. g., energia, produção alimentar, tecnologia de águas interiores e exteriores) em lógica de comunidade internacional auto-organizada, com compromissos de justiça distributiva e responsabilidade alargadas. Refira-se, a título de exemplo, o artigo de Cullinan, advogado ambiental na África do Sul, intitulado, em português, «O governo das pessoas como membros da comunidade da Terra», invocando um caso ocorrido em 2012 da tribo maori com o Governo da Nova Zelândia⁴⁴. Neste firmou-se um acordo sobre o rio Whanganui, atribuindo-lhe personalidade jurídica, como se de um ser

vivo se tratasse e investindo os seus contratantes em deveres de custódia e assistência, assim como de prestação de contas para com essa nova entidade. Aqui entende-se a variável da divisibilidade (pessoas) em equilíbrio sistémico com a qualidade de título(terra) como eixo fundamental das políticas de desenvolvimento sustentável.

Assim, aplicando aos oceanos, e considerando a variável da divisibilidade, subdividida em componentes de desenvolvimento ambiental, económico e social e repartida por Estados e outros agentes transnacionais sobre os oceanos, estes, enquanto Património Comum da Humanidade com conhecimentos geomarítimos e ribeirinhos, simultaneamente internacionais e locais, certificados em rotas, eixos, projetos ou empreendimentos comuns que gerem simultâneas responsabilidades, entende-se que podem ser dados contributos estratégicos importantes para uma lógica de desenvolvimento internacional sustentável de equilíbrio multilateral e assentes em perspetivas de compromisso, de vigilância ativa e de supervisão comuns sobre os mares e os oceanos.

CONCLUSÃO

As linhas de investigação fundamentais sobre geopolítica internacional no século XX, quando referenciadas ao mar, necessitam de instrumentos de medida e qualificação para serem caracterizadas como instrumento de profundidade estratégica e desenvolvimento internacional sustentável em geopolítica para o século XXI.

Este artigo descreve três variáveis de poder, a saber, a qualidade do título, a exclusividade e a duração como referenciadas ao mar enquanto demarcação, fronteira, controlo, ocupação, linha ou rota, potencial ou efetiva, que liga ou envolve uma terra. Outras três variáveis de poder que assinalam o mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e de interatividade foram identificadas: a flexibilidade, a transferibilidade e a divisibilidade.

O doseamento equilibrado destas variáveis foi assinalado na história da fundação e maioria da identidade geopolítica portuguesa nos séculos XII a XIV, em que o mar assumiu contexto fundamental e decisivo nessa configuração. Equilíbrios sistémicos foram obtidos e explicados no decurso de processos históricos com tratados, acordos e arranjos diplomáticos internacionais e internos com projeção internacional e que permitiram a viabilidade da ordem política portuguesa.

Com recurso a uma metodologia comparativa, estrutural e de analogias entre o passado e a atualidade, verifica-se que esses equilíbrios continuam a ser muito úteis e funcionais para estratégias de desenvolvimento internacionais sustentáveis relacionadas com o mar e os oceanos no quadro de uma diplomacia multilateral e de equilíbrios sistémicos. Caberá ao futuro político essa condução estratégica apoiada num conhecimento científico e com instrumentos de medida ponderados.

Portugal poderá orgulhar-se de ser uma das poucas unidades políticas mundiais em que este quadro de conhecimento experimental, estratégico e de equilíbrio sistémico foi aprofundado na sua relação com o mar enquanto instrumento da sua identidade

geopolítica, sendo excelente representante e embaixador nas missões internacionais em que está investido, não só na coorganização da segunda Conferência dos Oceanos da ONU, em 2022, mas também nos objetivos alargados de desenvolvimento sustentável internacional relacionados com o mar e os oceanos. **RI**

Data de receção: 19 de setembro de 2022 | Data de aprovação: 25 de setembro de 2023

Virgílio Miguel Machado Professor-adjunto na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Doutorado em Turismo.

> Largo Engenheiro Sárra Prado, 21, 8501-859 Portimão, Portugal | vmachado@ualg.pt

NOTAS

1 MACKINDER, Harold – «The geographical pivot of history». In *The Geographical Journal*. Vol. 170, N.º 4, 2004, pp. 298-321.

2 DIJINK, Gertjan – *National Identity and Geopolitical Visions*. Londres: Routledge, 1996; PELLING, Mark; BLACKBURN, Sophie – *Megacities and the Coast: Risk, Resilience and Transformation*. Londres: Routledge, 2014; KIDD, Sue – «Land-sea interactions and the ecosystem approach in ocean planning and governance». In LANGLET, David; RAYFUSE, Rosemary, eds. – *The Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*. N.º 5, 2019, pp. 140-159.

3 MAHAN, Alfred T. – *Influencia del poder naval en la historia*. Madrid: Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural, 2007.

4 KAPLAN, Robert – *La venganza de la geografía*. Barcelona: RBA, 2017; BERLI, Justin; BUNEL, Mattia; DUCRUET, César – «Sea-land interdependence in the global maritime network: the case of Australian port cities». In *Networks and Spatial Economics*. N.º 18, 2018, pp. 447-471; DODDS, Klaus – *Geopolítica: una breve introducción*. Barcelona: Antonio Bosch Editor, 2021.

5 MACK, John – *O Mar: Uma História Cultural*. Silveira: Letras Errantes, 2018.

6 *Ibidem*.

7 NYE, Joseph – *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

8 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – «Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14]». Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2015. Disponível em: [https://unric.org/pt/wp-](https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf)

[content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf](https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf).

9 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – «Our Ocean, Our Future. Call for Action: draft resolution». 2017. Disponível em: <https://digitalibrary.un.org/record/1290893>.

10 GABARDO, Emerson – *Eficiência e Legitimidade do Estado: Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamboré: Editora Manole, 2003.

11 DIAMOND, Jared – *Como Se Renovam as Nações: Crises, Escolhas e Mudança*. Lisboa: Bertrand Editora, 2019.

12 JONES, Benjamin; OLKEN, Benjamin – «Do leaders matter? National leadership and growth since World War II». In *Quarterly Journal of Economics*. Vol. 120, N.º 3, 2005, pp. 835-864.

13 MACHADO, Virgílio – *Portugal Geopolítico: História de Uma Identidade*. Lisboa: Lisbon International Press, 2021.

14 MANFREDI, Juan – *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Editorial Síntesis, 2021.

15 KAPLAN, Robert – *La venganza de la geografía*; WILSON, Ben – *Metrópolis: A História da Cidade, a Maior Criação da Civilização*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência, 2021.

16 MACHADO, Virgílio – *Direito e Turismo como Instrumentos de Poder*. Santo Tirso: Editorial Novembro, 2010.

17 MARSHALL, Tim – *O Poder da Geografia*. Lisboa: Edições Saída de Emergência, 2020.

18 MAHAN, Alfred T. – *Influencia del poder naval en la historia*.

19 DIAMOND, Jared – *Sociedades Compara-das*. Barcelona: Penguin Random House, 2016.

20 CARVALHO, Virgílio – *A Importância do Mar para Portugal*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2015.

21 Por exemplo, CORTESÃO, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1964; RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Edições Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977.

22 Dião Crisóstomo *apud* WILSON, Ben – *Metrópolis...*, p. 107.

23 MACHADO, Virgílio – *Portugal Geopolítico...*, pp. 133-140.

24 *Digesto apud* ESCOHOTADO, Antonio – *Los enemigos del comercio*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018, p. 277. Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres do autor.

25 BRANDÃO, Fernando – *História Diplomática de Portugal: Uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

26 GUÉRIN, Kevin – «Property rights and environmental policy: a New Zealand perspective». The Treasury. Consultado em: 2 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.treasury.govt.nz/publications/wp/property-rights-and-environmental-policy-new-zealand-perspective-wp-03-02.html>.

27 CRAMPES, Claude; ESTACHE, António – «Regulatory trade-offs in the design of concession contracts». In *Utilities Policy*. Vol. 7, N.º 1, 1998, pp. 1-13.

28 MAGALHÃES, José Calvet – *Breve His-*

tória Diplomática de Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

29 BRANDÃO, Fernando – *História Diplomática de Portugal...*

30 SCOTT, Anthony – «Development of property in the fishery». In *Marine Resource Economics*. Vol. 5, N.º 4, 1988, pp. 289-311.

31 SCOTT, Anthony; COUSTALIN, Georgina – «The evolution of water rights». In *Natural Resources Journal*. Vol. 35, N.º 4, 1995, pp. 821-979.

32 BRANDÃO, Fernando – *História Diplomática de Portugal...*

33 HESPANHA, António M. – *Filhos da Terra: Identidades Mestiças nos Confinos da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

34 SERENO, Amparo – *O Regime Jurídico das Águas Internacionais: O Caso das Regiões Hidrográficas Luso-Espanholas*.

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

35 DIAMOND, Jared – *Sociedades Comparadas*.

36 GIOTART, Jean-Pierre; BALFET, Michel – *Management du tourisme : territoires, systèmes de production et stratégies*. Paris: Pearson Education, 2007.

37 BURNS, Peter – «Tourism planning: a third way». In *Annals of Tourism Research*. Vol. 31, N.º 1, 2004, pp. 24-43.

38 ZENGER, Todd; LAZZARINI, Sérgio; POPPO, Lara – «Informal and formal organization in new institutional economics». In *The New Institutionalism in Strategic Management*. 2000, pp. 277-305. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1016/S0742-3322%2802%2919009-7/full/html>.

39 CORTESÃO, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, p. 6. Itálicos do autor.

40 MUSOLINO, Evan; AUTH, Katie – «Climate governance and the resource course». In *Governing for Sustainability. State of the World 2014*. World Watch Institute, Washington: Island Press Washington, 2014, pp. 121-134, 271-283.

41 PENNING, Joost; HEIJMAN, Willem; MEULENBERG, Matthew – «The dimensions of rights: a classification of environmental rights and production rights». In *European Journal of Law and Economics*. Vol. 4, N.º 1, 1997, pp. 55-71.

42 MACK, John – *O Mar...*, p. 233.

43 SÉRGIO, António – *Introdução Geográfica-Sociológica à História de Portugal*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1982.

44 CULLINAN, Cormac – «The government of the people as members of the Earth community». In *Governing for Sustainability. State of the World 2014*. World Watch Institute, Washington: Island Press Washington, 2014, pp. 121-134.

BIBLIOGRAFIA

BERLI, Justin; BUNEL, Mattia; DUCRUET, César – «Sea-land interdependence in the global maritime network: the case of Australian port cities». In *Networks and Spatial Economics*. N.º 18, 2018, pp. 447-471.

BRANDÃO, Fernando – *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

BURNS, Peter – «Tourism planning: a third way». In *Annals of Tourism Research*. Vol. 31, N.º 1, 2004, pp. 24-43.

CARVALHO, Virgílio – *A Importância do Mar para Portugal*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2015.

CORTESÃO, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1964.

CRAMPES, Claude; ESTACHE, António – «Regulatory trade-offs in the design of concession contracts». In *Utilities Policy*. Vol. 7, N.º 1, 1998, pp. 1-13.

CULLINAN, Cormac – «The government of the people as members of the Earth community». In *Governing for Sustainability. State of the World 2014*. World Watch Institute, Washington: Island Press Washington, 2014, pp. 121-134.

DIAMOND, Jared – *Sociedades Comparadas*. Barcelona: Penguin Random House, 2016.

DIAMOND, Jared – *Como Se Renovam as Nações: Crises, Escolhas e Mudança*. Lisboa: Bertrand Editora, 2019.

DIJINK, Gertjan – *National Identity and Geopolitical Visions*. Londres: Routledge, 1996.

DODDS, Klaus – *Geopolítica: una breve introducción*. Barcelona: Antonio Bosch Editor, 2021.

ESCOHOTADO, Antonio – *Los enemigos del comercio*. Barcelona: Editorial Planeta, 2018.

GABARDO, Emerson – *Eficiência e Legitimidade do Estado: Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamoré: Editora Manole, 2003.

GIOTART, Jean-Pierre; BALFET, Michel – *Management du tourisme : territoires, systèmes de production et stratégies*. Paris: Pearson Education, 2007.

GUÉRIN, Kevin – «Property rights and environmental policy: a New Zealand perspective». The Treasury. Consultado em: 2 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.treasury.govt.nz/publications/wp/property-rights-and-environmental-policy-new-zealand-perspective-wp-03-02-html>.

HESPANHA, António M. – *Filhos da Terra: Identidades Mestiças nos Confinos da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

JONES, Benjamin; OLKEN, Benjamin – «Do leaders matter? National leadership and growth since World War II». In *Quarterly Journal of Economics*. Vol. 120, N.º 3, 2005, pp. 835-864.

KAPLAN, Robert – *La venganza de la geografía*. Barcelona: RBA, 2017.

KIDD, Sue – «Land-sea interactions and the ecosystem approach in ocean planning and governance». In LANGLET, David; RAYFUSE, Rosemary, eds. – *The Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*. N.º 5, 2019, pp. 140-159.

MACK, John – *O Mar: Uma História Cultural*. Silveira: Letras Errantes, 2018.

MACHADO, Virgílio – *Direito e Turismo como Instrumentos de Poder*. Santo Tirso: Editorial Novembro, 2010.

MACHADO, Virgílio – *Portugal Geopolítico: História de Uma Identidade*. Lisboa: Lisbon International Press, 2021.

MACKINDER, Harold – «The geographical pivot of history». In *The Geographical Journal*. Vol. 170, N.º 4, 2004, pp. 298-321.

MAGALHÃES, José Calvet – *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MAHAN, Alfred T. – *Influencia del poder naval en la historia*. Madrid: Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural, 2007.

MANFREDI, Juan – *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Editorial Síntesis, 2021.

MARSHALL, Tim – *O Poder da Geografia*. Lisboa: Edições Saída de Emergência, 2020.

MUSOLINO, Evan; AUTH, Katie – «Climate governance and the resource course».

In *Governing for Sustainability. State of the World 2014*. World Watch Institute, Washington: Island Press Washington, 2014, pp. 121-134, 271-283.

NYE, Joseph – *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – «Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14]». Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, 2015. Disponível em: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – «Our Ocean, Our Future. Call for Action: draft resolution». 2017. Disponível em: <https://digitalibrary.un.org/record/1290893>.

PELLING, Mark; BLACKBURN, Sophie – *Megacities and the Coast: Risk, Resilience and Transformation*. Londres: Routledge, 2014.

PENNINGS, Joost; HEIJMAN, Willem; MEULENBERG, Matthew – «The dimensions of rights: a classification of environmental rights and production rights». In *European Journal of Law and Economics*. Vol. 4, N.º 1, 1997, pp. 55-71.

PÉQUIGNOT, Stephane – «Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle». In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge. Formes et enjeux*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011, pp. 47-66.

RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: Edições Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977.

SCOTT, Anthony – «Development of property in the fishery». In *Marine Resource Economics*. Vol. 5, N.º 4, 1988, pp. 289-311.

SCOTT, Anthony; COUSTALIN, Georgina – «The evolution of water rights». In *Natural Resources Journal*. Vol. 35, N.º 4, 1995, pp. 821-979.

SERENO, Amparo – *O Regime Jurídico das Águas Internacionais: O Caso das Regiões Hidrográficas Luso-Espanholas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

SÉRGIO, António – *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1982.

ZENGER, Todd; LAZZARINI, Sérgio; POPPO, Lara – «Informal and formal organization in new institutional economics». In *The New Institutionalism in Strategic Management*. 2000, pp. 277-305. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1016/S0742-3322%2802%2919009-7/full/html>.

WILSON, Ben – *Metrópoles: A História da Cidade, a Maior Criação da Civilização*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência, 2021.

UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TURBULENTA

A INTERSECÇÃO DE DUAS GEOPOLÍTICAS¹

José Pedro Teixeira Fernandes

Nas próximas décadas deverá ocorrer uma transição energética mundial de profundo alcance impulsionada pelo Acordo de Paris de 2015². Para além da sustentabilidade ambiental que se espera obter, há múltiplas implicações na economia, no emprego, na tecnologia, na distribuição de riqueza, no poder e na política mundial, difíceis de discernir na plenitude dos seus efeitos. Assim, o objectivo principal da investigação aqui apresentada é identificar as (inter)ligações entre a transição energética e a geopolítica, tendo em vista as suas possíveis consequências no plano global, completadas com um breve olhar para o caso da União Europeia (UE). Procurar-se-á explorar as principais repercussões geopolíticas da transição energética do modelo actual, assente no uso de combustíveis fósseis, para um modelo baseado em energias renováveis. Em articulação com esta questão, há uma segunda questão, que é a de perceber em que medida a transição energética – especialmente durante o período em que irá decorrer, que se antecipa longo – estará sujeita a choques geopolíticos e/ou geoeconómicos. No caso particular da UE, estará mais vulnerável durante o período de transição, em termos de segurança energética, a choques geopolíticos?

A investigação enquadra-se na área científica das Relações Internacionais e recorreu ao quadro teórico-conceptual do neo-realismo. A visão do mundo proposta por esta abordagem inclui as rivalidades interestaduais, a competição, as lutas pelo poder e um certo grau de anarquia

RESUMO

Sob o impulso do Acordo de Paris de 2015 deverá ocorrer a passagem de economias baseadas no uso intensivo de energias fósseis para economias que usarão energias renováveis com impactos ambientais neutros. Para além da necessidade de preservar o planeta, trata-se de uma transformação altamente complexa e com potenciais enormes repercussões na economia política internacional, ou seja, na riqueza e no poder. Este artigo procura explorar as ligações entre a actual transição energética e a geopolítica. Serão tidas em conta as possíveis consequências no plano global, incluindo um breve olhar para o caso específico da União Europeia.

Palavras-chave: transição energética, segurança energética, geopolítica, União Europeia.

ABSTRACT

**A TURBULENT ENERGY
TRANSITION:
THE INTERSECTION
OF TWO GEOPOLITICS**

Under the guidance of the 2015 Paris Agreement the shift from a human way of life based on intensive use of fossil energies, to economies



that will use renewable energies with neutral environmental impacts should take place. Beyond the need to preserve the planet, this is a highly complex transformation with potentially huge repercussions on international political economy, i.e., wealth and power. Thus, the main objective of this article is to explore the links between the current energy transition and geopolitics. Possible consequences at the global level will be considered, including a brief look at the specific case of the European Union.

Keywords: energy transition, energy security, geopolitics, European Union.

como características do mundo contemporâneo. A par daquele quadro, articula-se a análise geopolítica, que aborda as rivalidades e disputas sobre um determinado território, seja no sentido físico tradicional (geográfico) ou imaterial (ciberespaço) incluindo, desde logo, a questão dos recursos³. A metodologia utilizada foi de tipo qualitativo e complementada, pontualmente, com a utilização de dados quantitativos. Assenta na recolha de dados documentais e bibliográficos e numa análise interpretativa dos mesmos através de um raciocínio dedutivo. Em termos de conceitos operativos, a transição energética é entendida como a mudança na composição ou estrutura do fornecimento de energia primária, ou seja, a mudança gradual de um padrão específico de fornecimento de energia para um novo estado de um sistema energético⁴. Por sua vez, a segurança energética, na linha de conceptualização efectuada pela Agência Internacional de Energia (AIE), é entendida como «a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível»⁵. Importa ainda acrescentar, tal com faz a referida organização, que a segurança energética envolve aspectos de longo prazo e aspectos de curto prazo. Assim,

«a segurança energética a longo prazo trata principalmente de investimentos atempados para fornecer energia em conformidade com a evolução económica e as necessidades ambientais. Já a segurança energética a curto prazo centra-se na capacidade de o sistema energético reagir prontamente a mudanças súbitas no equilíbrio entre a oferta e a procura»⁶.

O artigo foi estruturado em quatro partes. Na primeira parte é feita uma revisão da literatura sobre a transição energética e das suas conexões com a geopolítica. Na segunda parte é feita uma análise exploratória das questões geopolíticas ligadas à velha economia dos combustíveis fósseis, incluindo o uso destes como arma geopolítica. Em análise estará a continuidade (ou não) da relevância da velha geopolítica ligada aos combustíveis fósseis durante a transição energética. Depois, a análise incide sobre a nova economia das energias renováveis e a sua dimensão geopolítica. Analisa ainda em que medida as expectativas de drásticos aumentos da segurança energética e de independência energética, são expectativas realistas. Por último, será analisada a intersecção das duas geopolíticas com um breve olhar para o caso da UE.

REVISÃO DE LITERATURA

Por volta de 2020 a literatura sobre a transição energética produzida por académicos ou especialistas na área ultrapassava já as duas centenas de publicações⁷. Uma boa

panorâmica é-nos dada por Mathieu Blondeel et al. em «The geopolitics of energy system transformation: a review»⁸. Claro que num tema tão abrangente e complexo como este se encontram múltiplas e diferentes perspectivas. A título exemplificativo, podem-se aqui referir alguns casos relevantes. Hafner e Tagliapietra, assim como outros autores, focam a geopolítica da transição energética global e a geopolítica das energias renováveis⁹. Noutra linha de pensamento, aborda-se a forma como a transição energética irá transformar a geopolítica e as suas consequências sobre o mapa da energia¹⁰. Outros ainda, na linha de Sanderson, incidem sobre a competição em curso para um novo modelo energético apontando, também, potenciais vencedores e vencidos em termos geopolíticos e um futuro perturbado por lógicas conflituais¹¹. Há ainda os que tratam o impacto que a transição energética poderá ter no poder e influência dos países tradicionalmente produtores de combustíveis fósseis¹². Outros autores evidenciam a necessidade crescente de uso de minerais, em particular os chamados minerais críticos¹³. Sobre caso da UE destacam-se os trabalhos de Álvaro Hernández e Mark Leonard¹⁴. No presente artigo foram destacados dois aspectos presentes na literatura. O primeiro aspecto está relacionado com a perspectiva da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA, na sigla em inglês) sobre a dimensão geopolítica da transição energética. É a organização internacional de referência nesta área, pelo que os seus relatórios e estudos são peças importantes a ter em conta. O segundo aspecto aborda a dimensão temporal da transição energética. Se esta será uma transição (muito) longa, ou se será feita num período (relativamente) mais curto é algo que divide a literatura¹⁵. Quanto ao primeiro aspecto, a já referida IRENA publicou recentemente um estudo dedicado à geopolítica da transformação energética. Nele os seus autores destacam as consequências geopolíticas das energias renováveis, comparativamente com os combustíveis fósseis, quer porque tendem a reduzir «os actuais pontos de asfixia energética» quer porque «a maioria das energias renováveis assume a forma de fluxos e não de reservas»¹⁶. Relativamente à mudança de poder que se perspectiva, os autores do estudo consideram que os Estados Unidos estão «próximos da auto-suficiência energética, em grande parte devido à revolução do shale oil» e a China «ganhará com a transformação energética em termos de segurança energética»¹⁷. Relativamente aos casos da UE e do Japão, é notado que «são grandes economias que dependem muito das importações de combustíveis fósseis. Têm também posições fortes em matéria de energias renováveis»¹⁸. Já em relação à Índia observam que está «entre as economias de crescimento mais rápido do mundo nos últimos anos, tirando milhões de pessoas da pobreza» e próxima de «ultrapassar a China como o maior mercado mundial de crescimento energético até ao final da década de 2020»¹⁹, tendo estabelecido, para si própria, metas ambiciosas em termos de aumento das energias renováveis. O estudo destaca ainda «os esforços concertados da China para investigar, desenvolver e investir em energias renováveis e transportes limpos», o que trará vantagens competitivas para o país e, com isso, o papel que a China poderá adquirir no novo modelo energético²⁰.

Em relação ao segundo aspecto – a dimensão temporal da transição energética –, vale a pena recordar que Sovacool notou que o registo histórico sugere que as transições de energia anteriores ocorreram todas durante um longo período. O autor refere que

«nos Estados Unidos, o petróleo bruto levou meio século desde as suas fases exploratórias na década de 1860 a capturar 10% do mercado nacional na década de 1910, depois mais 30 anos para atingir 25%. O gás natural demorou 70 anos a passar de 1% para 20% nos Estados Unidos. O carvão precisou de 103 anos para representar apenas 5% do total da energia consumida nos Estados Unidos e mais 26 anos para atingir 25%. A electricidade produzida com energia nuclear levou 38 anos para atingir uma quota de 20% nos Estados Unidos, o que ocorreu em 1995»²¹.

Por outras palavras, o que as transições energéticas do passado evidenciaram é que, em média, foram necessários entre cinquenta e setenta anos para que um novo recurso energético atingisse um elevado grau de grande penetração. Os motivos dessa longa transição estão ligados à dimensão do investimento financeiro, às infra-estruturas que têm de ser criadas, à inovação tecnológica e às necessidades de regulação. Tudo isto faz com que sejam necessárias muitas décadas para que uma nova fonte de energia tenha grande impacto²².

Todavia, apesar desse registo histórico e dos argumentos anteriormente explicitados, é também contestado que o processo actual de transição energética será (muito) longo. A contra-argumentação de quem defende esta tese é de que há «alguns dados empíricos sugerindo que, sob certas condições, estas podem ocorrer com bastante rapidez»²³. Assim, há três tipos de argumentos: i) assistimos, anteriormente, a transições relativamente rápidas em termos de dispositivos de utilização final de energia (por exemplo, veículos a etanol no Brasil ou ar-condicionado nos Estados Unidos); ii) existem vários casos de transições rápidas à escala nacional no fornecimento de energia (por exemplo, para o petróleo e electricidade no Kuwait, para o gás natural nos Países Baixos e para electricidade com origem na energia nuclear em França); iii) os impulsionadores das transições futuras podem diferir substancialmente dos impulsionadores das transições energéticas anteriores – existindo também aprendizagem com os casos anteriores –, o que poderá permitir transições futuras mais rápidas²⁴. Sovacool acrescenta ainda que a qualificação de uma transição energética como rápida ou lenta depende também da forma como esta é definida e medida, por exemplo, o que é uma transição «significativa» ou quem estamos a considerar: o mundo, um país específico, ou os países desenvolvidos?²⁵ Voltemos ainda ao trabalho de Mathieu Blondeel et al., quando os autores referem que «o cenário geopolítico actual reflecte a continuação de muitas das tensões familiares associadas aos combustíveis fósseis»²⁶. Assim, a geopolítica intervirá para «garantir que a procura restante de combustíveis fósseis não seja simplesmente alocada aos produtores de menor custo»²⁷. Acrescentam ainda «que um sistema energético de baixo car-

bono baseado em energias renováveis e na electrificação não estará livre das tensões geopolíticas associadas aos combustíveis fósseis»²⁸. Em síntese, a ideia que fica é a da continuidade de tensões geoeconómicas e geopolíticas quer durante a transição energética, quer quando o novo modelo de energias renováveis estiver estabelecido.

A LONGA CONTINUIDADE DA GEOPOLÍTICA DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Apesar dos seus inquestionáveis sucessos ao longo de várias décadas, em 2020 o cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁹ parecia estar num irreversível declínio. Em finais da segunda década do século XXI os Estados Unidos voltavam a ter a maior produção mundial – algo que não acontecia desde os anos 1970 – devido às descobertas de novas reservas, ao petróleo de xisto (*shale oil*) e ao uso da fracturação hidráulica (*fracking*). Este surpreendente regresso dos Estados Unidos ao topo da produção mundial alterou substancialmente o mapa e os mercados da energia³⁰. Piorando a situação para a OPEP, e numa ironia da natureza, um vírus até então desconhecido provocou uma pandemia que semiparisou a actividade económica global. Em consequência, em Março-Abril de 2020 aconteceu o que parecia ser o crepúsculo da organização, com uma extraordinária quebra do preço do barril para valores próximos dos 20 dólares. No meio dessa quebra devido à drástica redução da procura, a Arábia Saudita e a Rússia – que integra o acordo OPEP+³¹ com outros importantes produtores exteriores ao cartel³² – envolveram-se numa guerra de preços o que acentuou, ainda mais, a sua descida³³.

Todavia, a história do poder da OPEP e da velha geopolítica dos combustíveis fósseis também não acabou com o Acordo de Paris, nem com o European Green Deal³⁴ e posterior plano REPowerEU³⁵, nem com o Inflation Reduction Act dos Estados Unidos³⁶. É verdade que são planos de médio e longo prazo e que levam múltiplos anos a executar, mas a questão crítica não é essa. A questão mais crítica é que uma transição harmoniosa depende, também, de factores que sobretudo a UE não controla. Os primeiros sinais de que a OPEP continuaria a ter um substancial poder económico e geopolítico durante a transição energética ocorreram no ano de 2021, antes da invasão da Ucrânia pela Rússia em inícios de 2022, com o agravar substancial dos preços nos mercados internacionais. Nessa altura, ocorreu, gradualmente, uma grande subida dos preços do petróleo e seus derivados nos mercados mundiais – e de outras fontes de energia fóssil, como o gás natural. Tudo indica que terá apanhado de surpresa muitos dos mais empenhados numa rápida transição energética, desde logo os decisores políticos europeus. Contrariou a ideia difundida pelo optimismo que impregna usualmente o discurso oficial da UE, de que uma transição energética desta envergadura pode ser feita de forma (relativamente) rápida, sem suportar elevados custos económicos e também sem sobresaltos geopolíticos. Para isso seria necessária uma atitude cooperativa global que ajudaria a manter preços de energia baixos e sem problemas de abastecimento. Só que não tem acontecido assim.

Vale a pena olhar para as perspectivas de evolução das energias fósseis que se encontram no *World Oil Outlook 2045* da OPEP. A visão prospectiva aí projectada é muito diferente

VALE A PENA OLHAR PARA AS PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DAS ENERGIAS FÓSSEIS QUE SE ENCONTRAM NO *WORLD OIL OUTLOOK 2045* DA OPEP. A VISÃO PROSPECTIVA AÍ PROJECTADA É MUITO DIFERENTE DA USUAL NO OCIDENTE E EM PARTICULAR NA UE.

da usual no Ocidente e em particular na UE. À primeira vista, dir-se-ia tratar-se mais de um catálogo de desejos de produtores e exportadores de petróleo do que de uma elaboração consistente e realista de cenários. Nesse estudo pode ler-se que «em 2020, o petróleo foi responsável por 30% das necessidades globais de energia. Junta-

mente com a recuperação da procura de petróleo pós-pandémica, a participação do petróleo deve aumentar gradualmente para um nível de mais de 31% até 2025»³⁷.

Todavia, a visão da OPEP é corroborada por Daniel Yergin, um influente executivo norte-americano ligado ao sector da energia e vice-presidente da S&P Global. Segundo este executivo, durante as próximas décadas, «o abastecimento energético do mundo virá de um sistema misto, de rivalidade e competição entre as escolhas energéticas. Neste sistema, o petróleo manterá uma posição preeminente como mercadoria global»³⁸. Como resultado, o petróleo, juntamente com «o gás natural, que agora é também uma commodity global», continuará a desempenhar «um papel importante na economia mundial»³⁹. Essa perspectiva converge com a visão de Bordoff e O'Sullivan que sustentam que os fornecedores tradicionais de combustíveis fósseis vão beneficiar da volatilidade dos preços, pois, se se verificar que «o fornecimento de petróleo diminui mais rapidamente do que a diminuição da procura», o resultado será uma «escassez periódica e, portanto, preços de petróleo mais altos e mais voláteis»⁴⁰. Tende também a aumentar o poder, pelo menos nos anos imediatos, dos produtores de petróleo no Médio Oriente que extraem o mesmo a baixo custo e estão menos dependentes das instituições financeiras ocidentais, que se afastaram desses investimentos.

Os cenários traçados pela OPEP, por Daniel Yergin e por Bordoff e O'Sullivan merecem por isso ser considerados. Importa notar que a OPEP antecipa que a deslocação do centro da economia mundial para a Ásia-Pacífico – onde está a grande maioria da população e o crescimento – compensará, durante mais de duas décadas e meia, a sua perda de mercado no mundo desenvolvido tradicional, ou seja, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Antecipa, também, que o desinvestimento e retirada da produção dos países ocidentais dos combustíveis fósseis reforçará a sua quota mundial e o seu poder. Os recentes investimentos da Arábia Saudita e da sua petrolífera estatal, a Saudi Aramco, também apontam nesse sentido⁴¹. É um cenário com plausibilidade também por razões ligadas à complexidade e às dificuldades de gestão do período de transição num mundo extraordinariamente heterogéneo, onde a tendência será as economias ocidentais perderem gradualmente influência e poder, em termos relativos. Evidencia, ainda, uma potencial vulnerabilidade, em termos de segurança energética, das áreas

do mundo mais dependentes da importação de combustíveis fósseis durante a transição energética – é esse o caso da UE. Por sua vez, vista a questão na perspectiva dos grandes produtores de combustíveis fósseis, é uma oportunidade para usar estratégias de maximização de ganhos. Provavelmente isso poderá ser feito ainda durante bastantes anos, quer reduzindo artificialmente a oferta, quer manipulando os mercados, quer tirando proveito dos conflitos geopolíticos que se cruzem com abastecimento energético. Em 2022, o uso deliberado da Rússia da arma energética contra o Ocidente e a manifesta falta de vontade política da Arábia Saudita de aumentar a sua produção, para reduzir os elevados preços, não deixam dúvidas quanto a isso.

A ILUSÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS SEM GEOPOLÍTICA

Como foi evidenciado pela revisão de literatura, têm sido apontadas várias formas de interligação entre a nova economia das energias renováveis e a geopolítica. Em síntese, podem ser identificadas as seguintes áreas de risco geopolítico: i) a da concentração em certos países – acentuada pela eventual escassez – de minerais críticos e terras raras, incluindo a possibilidade de surgir uma nova «maldição dos recursos»; ii) a do uso das redes eléctricas como arma geopolítica numa espécie de sucedâneo do uso da energia fóssil (petróleo e/ou gás natural); iii) os possíveis ataques cibernéticos (ou ciberataques) às redes eléctricas e/ou de comunicações numa economia baseada em energias renováveis, mas cada vez também mais digital e dependente dessas redes. Para efeitos desta análise, as duas últimas áreas vão ser abordadas em conjunto. Naturalmente que existe também aqui um conjunto muito variado de perspectivas. Encontramos também aqui aqueles que antecipam um novo mundo de energias renováveis e limpas, largamente cooperativo e à margem de tensões geopolíticas significativas, pelo que se propuseram «desmistificar quatro mitos emergentes»⁴². Todavia, sem prejuízo de algumas críticas pertinentes efectuadas por esse investigador do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais (por exemplo, sobre o uso fluído e pouco rigoroso dos conceitos de metais críticos e terras raras e de uma extrapolação linear dos problemas geopolíticos do passado), há factos sólidos e tendências que apontam para que a dimensão geopolítica vai continuar a marcar a nova economia das energias renováveis. Como veremos melhor em seguida, a questão em aberto é saber qual será a sua exacta dimensão, impacto e contornos.

A GEOPOLÍTICA DOS MINERAIS CRÍTICOS

Antes de abordarmos este ponto importa esclarecer que usamos o conceito de minerais críticos tal como é definido pelo Instituto Americano de Geociências – e que se articula com a utilização efectuada pela AIE –, ou seja, «os minerais críticos são recursos minerais essenciais para a economia e cujo fornecimento pode ser perturbado»⁴³. Assim, o carácter crítico de um mineral «varia com o tempo à medida que o fornecimento e as necessidades da sociedade mudam»⁴⁴. Actualmente, muitos minerais críticos são metais

que «são centrais para os sectores de alta tecnologia. Incluem os elementos de terras raras e outros metais tais como lítio, índio, telúrio, gálio, e elementos do grupo da platina»⁴⁵. Quanto à AIE, produziu um estudo detalhado sobre o papel dos minerais críticos na transição para energias renováveis⁴⁶. Nesse estudo foi notado que «um sistema energético alimentado por tecnologias que fornecem energia limpa difere profundamente de um sistema alimentado pelo recurso aos tradicionais hidrocarbonetos». Sobre os novos recursos necessários foi realçado o seguinte:

«Os minerais são um caso em questão. Um carro eléctrico típico requer seis vezes mais componentes minerais do que um carro convencional e uma central eólica terrestre requer nove vezes mais recursos minerais do que uma central a gás com a mesma capacidade. Desde 2010, a quantidade média de minerais necessários para uma nova unidade de capacidade de produção de energia aumentou em 50% à medida que as energias renováveis aumentam a sua quota no total das adições de capacidade. A transição para a energia limpa significa uma mudança de um sistema de combustível intensivo para um sistema de material intensivo»⁴⁷.

Os tipos de recursos minerais utilizados variam de acordo com a tecnologia. O lítio, o cobalto e o níquel desempenham um papel central em dar às baterias maior desempenho, maior longevidade e maior densidade energética. Os elementos de terras raras são utilizados para fazer ímanes potentes que são vitais para as turbinas eólicas e os veículos eléctricos. As redes eléctricas necessitam de uma enorme quantidade de cobre e alumínio. Os electrolisadores de hidrogénio e as células de combustível requerem metais de níquel ou de platina, dependendo do tipo de tecnologia. O cobre é um elemento essencial para quase todas as tecnologias relacionadas com a electricidade. Estas características de um sistema de energia limpa implicam um aumento significativo na procura de minerais à medida que mais baterias, painéis solares, turbinas eólicas e redes são implantados. Significa também que o sector energético vai emergir como uma força motriz importante no crescimento da procura de muitos minerais, destacando as ligações de reforço entre os minerais e as tecnologias de energia limpa⁴⁸.

Em relação à questão dos minerais, Morgan Bazilian notou que os desafios técnicos ligados à crescente necessidade de minerais e metais para a transição energética começaram agora a emergir lentamente. O mesmo acontecia, observava o mesmo autor, com as suas ramificações geopolíticas: «enquanto a direcção da viagem na transição energética se começa a tornar clara, o seu ritmo e contornos permanecem esquivos»⁴⁹. O assunto foi também abordado pela AIE, quer na perspectiva dos desafios técnicos e empresariais à extracção dos minerais, quer na perspectiva das políticas públicas, quer ainda na sua vertente geopolítica. Note-se que uma preocupação com os metais críticos e os elementos de terras raras, incluindo a sua dimensão geopolítica, foi também identificada na revisão de literatura efectuada. Uma ideia que ressaltou daí foi, precisamente,

a de que a mudança de modelo energético, só por si, não levará a uma nova era de segurança energética sem riscos geopolíticos. O que é mais expectável é ocorrer uma transformação dos riscos geopolíticos ligados ao abastecimento de energia, que não serão os mesmos a que estávamos habituados quando a transição estiver completa. Mas isso não significa a ausência dos mesmos.

Como notou também a AIE, para além dos benefícios ambientais da adopção de energias limpas e renováveis estão também a emergir – e com crescente nitidez –, delicadas questões «sobre a segurança e a resiliência das cadeias de fornecimento de energia» renovável, para as quais os decisores políticos deverão ter uma resposta. Múltiplas facetas têm, assim, de ser consideradas, desde logo porque as «cadeias de abastecimento de tecnologias de energia limpa podem ser ainda mais complexas» (e mais opacas) do que as tradicionais do petróleo e do gás natural, por exemplo⁵⁰. Todavia, a questão mais sensível do ponto de vista geopolítico nem é essa, mas o facto de as cadeias de abastecimento de muitas das tecnologias usadas – e das matérias-primas necessárias no novo modelo energético – estarem «geograficamente mais concentradas do que a do petróleo ou do gás natural»⁵¹. A exemplificar o problema temos o caso do lítio, do cobalto e dos elementos de terras raras. Relativamente a estes recursos minerais, os três principais produtores «controlam bem mais de três quartos da produção global»⁵². No caso das operações de processamento e de refinação, o grau de concentração

«é ainda mais elevado [...]. A China ganhou uma forte presença em todo o mundo. A quota de refinação da China é de cerca de 35% para o níquel (o número torna-se mais elevado quando se inclui o envolvimento de empresas chinesas nas operações indonésias), 50-70% para o lítio e o cobalto, e até 90% para o processamento de elementos de terras raras que converte a produção extraída em óxidos, metais e ímanes»⁵³.

Claro que há também nesta transformação potenciais efeitos benéficos sobre a segurança energética a ter em conta na análise, os quais já foram também identificados durante a revisão de literatura. Estes são expectáveis sobretudo quando a transição estiver largamente efectuada. Isso deverá ocorrer sobretudo com as áreas do mundo que são mais dependentes do fornecimento exterior de combustíveis fósseis, como é a UE, mas que dispõem de meios financeiros e recursos tecnológicos elevados. Uma faceta importante dessa transformação está ligada ao facto, já anteriormente referido, de os minerais necessários para uma economia assente em energias renováveis poderem ser reciclados. Ao contrário dos combustíveis fósseis que são de utilização única, os minerais são materiais permanentes e podem ser reutilizados e reciclados. Isto, claro, se existirem infra-estruturas e tecnologias adequadas. Importante aqui é também o European Raw Materials Act proposto pela Comissão Europeia. Para além de conter uma lista de matérias-primas críticas,

o acto legislativo inclui também uma lista de «matérias-primas estratégicas, que são cruciais para as tecnologias e importantes para as ambições ecológicas e digitais da Europa» e para as quais «há riscos de aprovisionamento no futuro», estabelecendo diversas metas (indicativas) para o conjunto europeu: i) pelo menos 10% do consumo anual para a extracção; ii) pelo menos 40% do consumo anual para o tratamento; iii) menos 15% do consumo anual para a reciclagem; iv) um máximo de 65% do consumo anual oriundo de um único país terceiro por cada matéria-prima estratégica em qualquer fase relevante do tratamento. Naturalmente que vamos precisar de alguns anos para perceber o impacto deste tipo de medidas na segurança energética da UE⁵⁴.

A GEOPOLÍTICA DAS REDES ELÉCTRICAS E A VULNERABILIDADE AOS CIBERATAQUES

O Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança (Stiftung Wissenschaft und Politik – SWP) efectuou um abrangente estudo sobre a geopolítica da electricidade, incidindo especialmente sobre as relações entre redes, espaço e poder (geo)político. Nesse texto, os autores começaram por chamar a atenção para a relevância geopolítica da electricidade, a qual «tem sido tradicionalmente subestimada»⁵⁵. Todavia com a transformação do modelo energético de combustíveis fósseis para energias renováveis, «as redes eléctricas estão a ganhar importância e ímpeto»⁵⁶. A China, em particular, está a impulsionar a interconectividade eléctrica global com a sua Belt and Road Initiative. Por todas estas razões, «o impacto da interconexão eléctrica nas relações internacionais e na geopolítica merece um maior escrutínio»⁵⁷. O mesmo estudo acrescenta que

«a interacção de três factores – a rede eléctrica, o espaço e o poder geopolítico – merece uma análise minuciosa. As redes de infra-estruturas criam esferas de influência tecnológicas e tecno-económicas. Uma vez que os espaços de electricidade vão além das fronteiras estatais e atravessam diferentes jurisdições, permitem uma difusão do poder geopolítico. A vulnerabilidade dos Estados à projecção de força e influência externa também depende da robustez e resistência das redes eléctricas»⁵⁸.

Nas suas recomendações para os decisores políticos da UE (e da Alemanha em particular) é dito que é necessário adoptar «uma política externa robusta para a electricidade» e que a «importância da interconectividade eléctrica vai para além da necessidade puramente técnico-física». Por outras palavras, a interconectividade emerge das redes eléctricas como «uma área chave da concorrência geopolítica e geoeconómica», no qual a UE deverá procurar ter um papel crescentemente importante, pois trata-se de uma questão que é simultaneamente de soberania e de resiliência⁵⁹.


Numa outra e também recente publicação, agora do Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais, foram igualmente abordadas, ainda que de forma sintética, as implica-

ções da mudança para energias renováveis, em termos de poder geopolítico. Aí apontam-se sobretudo as novas vulnerabilidades – e as novas armas geopolíticas – que tenderão a emergir da transformação energética em curso. É antecipado que «os cortes de electricidade podem tornar-se um novo instrumento de política externa» e os ciberataques passarem a ser uma crescente «ameaça às infra-estruturas energéticas críticas em todo o mundo»⁶⁰. No mesmo texto, os investigadores do Instituto Dinamarquês sublinham que, à medida que «os serviços públicos em todo o mundo se voltam para fontes de energia renovável», o que acarreta um crescente uso de tecnologias digitais e da internet, a sabotagem cibernética, ainda que em pequena escala, «é susceptível de se tornar uma das principais características da geopolítica energética». Isso tenderá a ocorrer porque a própria evolução tecnológica, combinada com o aumento da dependência das redes eléctricas, tende a criar novas vulnerabilidades, bem como a aumentar as formas de efectuar ciberataques às redes.

Numa linha analítica similar, Jaffe abordou a crescente dependência que se tenderá a criar, um pouco por todo o mundo, face às redes eléctricas⁶¹. Lembrou, também, que há cerca de meio século foram os países da OPEP os primeiros a usar «uma arma energética sob a forma de um embargo petrolífero, causando escassez nos Estados Unidos e noutras partes do mundo»⁶², o que afectou a política e a economia global durante muito tempo. Em síntese, tudo indica que um dos efeitos da transição energética será aumentar o grau de exposição ao risco geopolítico das redes eléctricas, incluindo a crescentes ataques cibernéticos.

REFLEXÕES FINAIS: O PROBLEMA DA INTERSECÇÃO DE DUAS GEOPOLÍTICAS

A transição energética de combustíveis fósseis para energias sustentáveis será transformadora da geopolítica da energia, mas, tudo indica nesta altura, não irá fazer desaparecer a dimensão geopolítica do abastecimento energético e da segurança energética. Apesar da premente necessidade de reduzir as emissões de CO₂ – e do progresso técnico-económico nas tecnologias de energia renovável – há, provavelmente, ainda um longo caminho a percorrer até ao fim dos combustíveis fósseis. A transição é extraordinariamente complexa envolvendo transformações que requerem mudanças muito substanciais na economia e na sociedade. Assim, pelos dados disponíveis, não se antecipa que a velha geopolítica dos combustíveis fósseis vá perder rapidamente importância embora isso dependa, também, das áreas do mundo que consideramos em concreto. Ao nível global, o que parece mais provável verificar-se nos próximos tempos é uma contínua e crescente procura de petróleo e outros combustíveis fósseis em economias como a China, a Índia e outras, o que deslocará o consumo sobretudo para a Ásia – mas é aí também que estará, cada vez mais, o centro económico do mundo. Em síntese, a investigação exploratória subjacente a este artigo permite concluir, ainda que de forma provisória, que a intersecção de duas geopolíticas, provavelmente durante longos anos, vai dificultar significativamente a transição energética (embora possa ser

também um estímulo para a sua aceleração). O problema mais crítico para gerir durante a transição energética em curso – especialmente para áreas dependentes de combustíveis fósseis como a UE – é o de uma complexa intersecção entre a nova geopolítica das energias renováveis e a velha geopolítica do petróleo e do gás natural e do que poderá ser um crónico desfasamento entre a oferta e a procura nos mercados da energia até estar efectuada. Assim, à vista está um turbulento período, onde, seja qual for a sua duração, a geopolítica vai continuar a mostrar que não pode ser ignorada no abastecimento e na segurança energéticas. 

Data de receção: 13 de abril de 2023 | Data de aprovação: 8 de novembro de 2023

José Pedro Teixeira Fernandes Investigador do IPRI-NOVA e professor-coordenador do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (Porto). Investigador associado do Instituto da Defesa Nacional. Doutorado em Ciência Política

e Relações Internacionais pela Universidade do Minho.

> ISCET, Rua de Cedofeita, 285, 4050-180 Porto, Portugal | jfernandes@iscet.pt

NOTAS

¹ O autor usa a ortografia do antigo acordo ortográfico. O texto corresponde, no essencial, à comunicação apresentada, a 30 de Março de 2023, ao XI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), que decorreu na Universidade da Beira Interior (UBI), na Covilhã.

² O Acordo de Paris, que contém um compromisso global em matéria climática, entrou em vigor a 4 de Novembro de 2016, quando 55 dos Estados-Partes o ratificaram, sendo estes responsáveis por 55% ou mais das emissões globais de gases com efeito de estufa. Ver UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE – «Paris Agreement – Status of Ratification». Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-paris-agreement/status-of-ratification>. O seu objectivo principal foi limitar o aumento da temperatura média mundial abaixo dos 2 °C em relação aos níveis pré-industriais, procurando fixar esse limite em 1,5 °C.

³ GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey – *Geopolitics, Geography and Strategy*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

⁴ SMIL, Vaclav – *Energy Transitions: Global and National Perspectives*. 2.ª edição. Westport: Praeger, 2016.

⁵ IEA – «Energy security». IEA – International Energy Agency, 2019. Disponível em: <https://www.iea.org/areas-of-work/ensuring-energy-security>. Salvo indicação

em contrário, todas as citações são traduções livres do autor.

⁶ *Ibidem*.

⁷ VAKULCHUK, Roman; OVERLAND, Indra; SCHOLTEN, Daniel – «Renewable energy and geopolitics: a review». In *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. Vol. 122, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364032119307555>.

⁸ BLONDEEL, Mathieu, et al. – «The geopolitics of energy system transformation: a review». In *Geography Compass*. Vol. 15, N.º 7, 2021.

⁹ HAFNER, Manfred; TAGLIAPIETRA, Simone, eds. – *The Geopolitics of the Global Energy Transition*. Cham: Springer Open, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-39066-2#toc>. Ver ainda, entre outros, SCHOLTEN, Daniel; BOSMAN, Rick – «The geopolitics of renewables: exploring the political implications of renewable energy systems». In *Technological Forecasting and Social Change*. Vol. 103, 2016, pp. 273-283.

¹⁰ BORDOFF, Jason; O'SULLIVAN, Meghan L. – «Green upheaval: the new geopolitics of energy». In *Foreign Affairs*. Vol. 101, 2022, p. 68. Ver também GOLDTHAU, Andreas; SITTER, Nick – «Soft power with a hard edge: EU policy tools and energy

security». In *Review of International Political Economy*. Vol. 22, N.º 5, 2015, pp. 941-965; YERGIN, Daniel – *The New Map: Energy, Climate, and the Clash of Nations*. Londres: Penguin, 2020.

¹¹ SANDERSON, Henry – *Volt Rush: The Winners and Losers in the Race to Go Green*. Londres: Oneworld Publications, 2022. Ver também VAKULCHUK, Roman; OVERLAND, Indra; SCHOLTEN, Daniel – «Renewable energy and geopolitics: a review», e YERGIN, Daniel – *The New Map...*

¹² SALIMI, Mohsen; AMIDPOUR, Majid – «The impact of energy transition on the geopolitical importance of oil-exporting countries». In *World*. Vol. 3, N.º 3, 2022, pp. 607-618.

¹³ BAZILIAN, Morgan D. – «The mineral foundation of the energy transition». In *The Extractive Industries and Society*. Vol. 5, N.º 1, 2018, pp. 93-97. Ver também GIELEN, Dolf – «Critical materials for the energy transition». Technical Paper 5/2021, IRENA. Novembro de 2021. Disponível em: <https://www.irena.org/Technical-Papers/Critical-Materials-For-The-Energy-Transition>.

¹⁴ HERNÁNDEZ, Álvaro Rangel – «Geopolitics of the energy transition: energy security, new dependencies, and critical raw materials: old wine in new bottles for the EU?». In *Bruges Political Research*

- Papers*. N.º 87, 2022. Disponível em: <https://www.coleurope.eu/sites/default/files/research-paper/wp87%20Rangel.pdf>. Ver também LEONARD, Mark, et al. – «The geopolitics of the European Green Deal». Policy Contribution. N.º 04/21. Bruegel. Fevereiro de 2021. Consultado em: 10 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bruegel.org/wp-content/uploads/2021/02/PC-04-GrenDeal-2021-1.pdf>.
- 15** SOVACCOOL, Benjamin K. – «How long will it take? Conceptualizing the temporal dynamics of energy transitions». In *Energy Research & Social Science*. Vol. 13, 2016, pp. 202-215. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629615300827>.
- 16** IRENA – *A New World: The Geopolitics of the Energy Transformation*. 2019, p. 23.
- 17** *Ibidem*.
- 18** *Ibidem*.
- 19** *Ibidem*.
- 20** *Ibidem*.
- 21** SOVACCOOL, Benjamin K. – «How long will it take?...».
- 22** SMIL, Vaclav — *Prime Movers of Globalization: The History and Impact of Diesel Engines and Gas Turbines*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- 23** SOVACCOOL, Benjamin K. – «How long will it take?...».
- 24** *Ibidem*.
- 25** *Ibidem*.
- 26** BLONDEEL, Mathieu et al. – «The geopolitics of energy system transformation: a review».
- 27** *Ibidem*.
- 28** *Ibidem*.
- 29** A OPEP foi fundada em 1960 pela Arábia Saudita, pelo Iraque, pelo Kuwait, pelo Irão e pela Venezuela.
- 30** AGUILERA, Roberto F.; RADETZKI, Marian – «The shale revolution: global gas and oil markets under transformation». In *Mineral Economics*. Vol. 26, N.º 3, 2014, pp. 75-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13563-013-0042-4>; YERGIN, Daniel – *The New Map...*
- 31** A OPEP+ é uma abrangente aliança desta organização com Estados não-membros da OPEP. O seu objectivo é prolongar, o mais possível, o domínio energético sobre os mercados tradicionais dos países desenvolvidos e alargá-lo aos mercados com maior crescimento de procura energética, sobretudo na Ásia.
- 32** OPEC – «The declaration of cooperation of OPEC and non-OPEC oil-producing countries reaches five years». Press release. 2021. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/press_room/6748.htm.
- 33** MA, Richie Ruchuan; XIONG, Tao; BAO, Yukun – «The Russia-Saudi Arabia oil price war during the COVID-19 pandemic». In *Energy Economics*. Vol. 102, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140988321003984>.
- 34** EUROPEAN COMMISSION – «The European Green Deal sets out how to make Europe the first climate-neutral continent by 2050, boosting the economy, improving people's health and quality of life, caring for nature, and leaving no one behind». Press release. 11 de Dezembro de 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_19_6691.
- 35** EUROPEAN COMMISSION – «REPowerEU Plan – Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions». COM(2022) 230 final. Bruxelas: 18 de Maio de 2022. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2022%3A230%3AFIN&qid=1653033742483>.
- 36** INFLATION REDUCTION ACT Guidebook. US Government. The White House. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/cleanenergy/inflation-reduction-act-guidebook/>.
- 37** OPEC – *World Oil Outlook 2045*. Viena: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2020. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_WOO2020.pdf.
- 38** YERGIN, Daniel – *The New Map...*, pp. 384-385.
- 39** *Ibidem*.
- 40** BORDOFF, Jason; O'SULLIVAN, Meghan L. – «Green upheaval...», pp. 4-5.
- 41** WILSON, Tom – «Saudi Aramco bets on being the last oil major standing». In *Financial Times*. 13 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/513b770b-836b-472b-a058-3e4a95437c69>.
- 42** OVERLAND, Indra – «The geopolitics of renewable energy: debunking four emerging myths». In *Energy Research & Social Science*. Vol. 49, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629618308636>.
- 43** AGI – *Critical Mineral Basics*. The American Geosciences Institute. 2023. Disponível em: <https://www.american-geosciences.org/critical-issues/critical-mineral-basics>.
- 44** *Ibidem*.
- 45** *Ibidem*.
- 46** IEA – *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*. IEA – International Energy Agency. 2022. Consultado em: 25 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdc/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf>.
- 47** *Ibidem*.
- 48** *Ibidem*.
- 49** BAZILIAN, Morgan D. – «The mineral foundation of the energy transition», p. 93.
- 50** IEA – *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*.
- 51** *Ibidem*.
- 52** *Ibidem*.
- 53** *Ibidem*.
- 54** EUROPEAN COMMISSION – «Critical raw materials: ensuring secure and sustainable supply chains for EU's green and digital future». 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_1661.
- 55** WESTPHAL, Kirsten; PASTUKHOVA, Maria; PEPE, Jacopo Maria – «Geopolitics of electricity: grids, space and (political) power». SWP Research Paper 2022/RP 06. Stiftung Wissenschaft und Politik. 15 de Março de 2022. DOI: 10.18449/2022RP06.
- 56** *Ibidem*.
- 57** WESTPHAL, Kirsten; PASTUKHOVA, Maria; PEPE, Jacopo Maria – «Geopolitics of electricity...».
- 58** *Ibidem*.
- 59** *Ibidem*.
- 60** BERLING, Trine Villumsen; SCHOUTEN, Peer; SURWILLO, Izabela – *Renewable Energy Will Lead to Major Shifts in Geopolitical Power*. Danish Institute for International Studies. 2021. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/renewable-energy-will-lead-to-major-shifts-in-geopolitical-power>.
- 61** JAFFE, Amy Myers – «Denial of electricity service could become next geopolitical weapon». In *Wall Street Journal*. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/denial-of-electricity-service-could-become-next-geopolitical-weapon-11621357611>. Ver também JAFFE, Amy Myers – *Energy's Digital Future: Harnessing Innovation for American Resilience and National Security*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2021.
- 62** JAFFE, Amy Myers – «Denial of electricity service could become next geopolitical weapon».

BIBLIOGRAFIA

- AGI – *Critical Mineral Basics*. The American Geosciences Institute. 2023. Disponível em: <https://www.americangeosciences.org/critical-issues/critical-mineral-basics>.
- AGUILERA, Roberto F.; RADEZKI, Marian – «The shale revolution: global gas and oil markets under transformation». In *Mineral Economics*. Vol. 26, N.º 3, 2014, pp. 75-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13563-013-0042-4>.
- BAZILIAN, Morgan D. – «The mineral foundation of the energy transition». In *The Extractive Industries and Society*. Vol. 5, N.º 1, 2018, pp. 93-97.
- BERLING, Trine Villumsen; SCHOUTEN, Peer; SURWILLO, Izabela – *Renewable Energy Will Lead to Major Shifts in Geopolitical Power*. Danish Institute for International Studies. 2021. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/renewable-energy-will-lead-to-major-shifts-in-geopolitical-power>.
- BLONDEEL, Mathieu; BRADSHAW, Michael J.; BRIDGE, Gavin; KUZEMKO, Caroline – «The geopolitics of energy system transformation: a review». In *Geography Compass*. Vol. 15, N.º 7, 2021.
- BORDOFF, Jason; O’SULLIVAN, Meghan L. – «Green upheaval: the new geopolitics of energy». In *Foreign Affairs*. Vol. 101, 2022.
- EUROPEAN COMMISSION – «The European Green Deal sets out how to make Europe the first climate-neutral continent by 2050, boosting the economy, improving people’s health and quality of life, caring for nature, and leaving no one behind». Press release. 11 de Dezembro de 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_19_6691.
- EUROPEAN COMMISSION – «REPowerEU Plan – Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions». COM(2022) 230 final. Bruxelas: 18 de Maio de 2022. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2022%3A230%3AFIN&qid=1653033742483>.
- EUROPEAN COMMISSION – «Critical raw materials: ensuring secure and sustainable supply chains for EU’s green and digital future». 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_1661.
- GIELEN, Dolf – «Critical materials for the energy transition». Technical Paper 5/2021. IRENA. Novembro de 2021. Disponível em: <https://www.irena.org/Technical-Papers/Critical-Materials-For-The-Energy-Transition>.
- GOLDTHAU, Andreas; SITTER, Nick – «Soft power with a hard edge: EU policy tools and energy security». In *Review of International Political Economy*. Vol. 22, N.º 5, 2015, pp. 941-965.
- GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey – *Geopolitics, Geography and Strategy*. Nova lorque: Routledge, 2014.
- GRUBLER, Arnulf; WILSON, Charlie; NEMET, Gregory – «Apples, oranges, and consistent comparisons of the temporal dynamics of energy transitions». In *Energy Research & Social Science*. Vol. 22, 2016, pp. 18-25. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629616301980>.
- HAFNER, Manfred; TAGLIAPIETRA, Simone, eds. – *The Geopolitics of the Global Energy Transition*. Cham: Springer Open, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-39066-2#toc>.
- HERNÁNDEZ, Álvaro Rangel – «Geopolitics of the energy transition: energy security, new dependencies, and critical raw materials: old wine in new bottles for the EU?». In *Bruges Political Research Papers*. N.º 87, 2022. Disponível em: <https://www.coleurope.eu/sites/default/files/research-paper/wp87%20Rangel.pdf>.
- IEA – «Energy security». IEA – International Energy Agency. 2019. Disponível em: <https://www.iea.org/areas-of-work/ensuring-energy-security>.
- IEA – *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*. IEA – International Energy Agency. 2022. Consultado em: 25 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdd/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf>.
- INFLATION REDUCTION ACT Guidebook. US Government, The White House. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/cleanenergy/inflation-reduction-act-guidebook/>.
- IRENA – *A New World: The Geopolitics of the Energy Transformation*. 2019.
- JAFFE, Amy Myers – «Denial of electricity service could become next geopolitical weapon». In *Wall Street Journal*. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/denial-of-electricity-service-could-become-next-geopolitical-weapon-11621357611>.
- JAFFE, Amy Myers – *Energy’s Digital Future: Harnessing Innovation for American Resilience and National Security*. Nova lorque: Columbia University Press, 2021.
- LEONARD, Mark; SHAPIRO, Jeremy; PISANI-FERRY, Jean; TAGLIAPIETRA, Simone; WOLFF, Guntram B. – «The geopolitics of the European Green Deal». Policy Contribution. N.º 04/21. Bruegel. Fevereiro de 2021. Consultado em: 10 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bruegel.org/wp-content/uploads/2021/02/PC-04-GreenDeal-2021-1.pdf>.
- MA, Richie Ruchuan; XIONG, Tao; BAO, Yukun – «The Russia-Saudi Arabia oil price war during the COVID-19 pandemic». In *Energy Economics*. Vol. 102, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140988321003984>.
- OPEC – *World Oil Outlook 2024*. Viena: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2020. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_WOOD2020.pdf.
- OPEC – «The declaration of cooperation of OPEC and non-OPEC oil-producing countries reaches five years». Press release. 2021. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/press-room/6748.htm.
- OVERLAND, Indra – «The geopolitics of renewable energy: debunking four emerging myths». In *Energy Research & Social Science*. Vol. 49, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629618038636>.
- SALIMI, Mohsen; AMIDPOUR, Majid – «The impact of energy transition on the geopolitical importance of oil-exporting countries». In *World*. Vol. 3, N.º 3, 2022, pp. 607-618.
- SANDERSON, Henry – *Volt Rush: The Winners and Losers in the Race to Go Green*. Londres: Oneworld Publications, 2022.
- SCHOLTEN, Daniel; BOSMAN, Rick – «The geopolitics of renewables: exploring the political implications of renewable energy systems». In *Technological Forecasting and Social Change*. Vol. 103, 2016, pp. 273-283.
- SMIL, Vaclav – *Prime Movers of Globalization: The History and Impact of Diesel Engines and Gas Turbines*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- SMIL, Vaclav – *Energy Transitions: Global and National Perspectives*. 2.ª edição. Westport: Praeger, 2016.
- SOVACCOOL, Benjamin K. – «How long will it take? Conceptualizing the temporal dynamics of energy transitions». In *Energy Research & Social Science*. Vol. 13, 2016, pp. 202-215. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629615300827>.
- UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE – «Paris Agreement – Status of Ratification». Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-paris-agreement/status-of-ratification>.
- VAKULCHUK, Roman; OVERLAND, Indra; SCHOLTEN, Daniel – «Renewable energy and geopolitics: a review». In *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. Vol. 122, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364032119307555>.
- WESTPHAL, Kirsten; PASTUKHOVA, Maria;

PEPE, Jacopo Maria – «Geopolitics of electricity: grids, space and (political) power». SWP Research Paper 2022/RP 06. Stiftung Wissenschaft und Politik. 15 de Março de 2022. DOI: 10.18449/2022RP06.

WILSON, Tom – «Saudi Aramco bets on being the last oil major standing». In *Financial Times*. 13 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/513b770b-836b-472b-a058-3e4a95437c69>.

YERGIN, Daniel – *The New Map: Energy, Climate, and the Clash of Nations*. Londres: Penguin, 2020.

■ ■
RECENSÕES



OS TRABALHOS DE KISSINGER

Carlos Gaspar

Henry Kissinger descobriu tarde a sua vocação para a política internacional. Filho de refugiados judeus que fugiram da Alemanha nazi para os Estados Unidos, começou por estudar direito, no City College de Nova Iorque, e engenharia, no Lafayette College, antes de entrar em Harvard, como veterano da Segunda Guerra Mundial, em 1947.

Com 24 anos, Kissinger não tinha nenhuma formação nas humanidades e o seu tutor, William Yandell Elliott, mandou-o ler os clássicos da filosofia política, que colecionou na tese de mestrado, *The Meaning of History*. Na versão original, o ensaio de Kissinger tinha mais de 300 páginas não só sobre Spengler, Toynbee e Kant, mas também sobre Hegel e Schweitzer, e ainda Collingwood, Dante, Darwin, Descartes, Dostoievski, Goethe, Hobbes, Holmes, Homero, Hume, Locke, Platão, Sartre, Espinosa, Tolstoi, Vico, Virgílio e Whitehead, sem contar com os autores remetidos para o anexo sobre a lógica do significado.

Por essa altura, Kissinger já sabia que queria estudar política internacional. Escolheu o Congresso de Viena e o Concerto da Europa como tema da tese de doutoramento para ler tudo sobre a história internacional e para se educar a si próprio. A sua análise da reconstrução europeia no fim das Guerras da Revolução e do Império é uma teoria das relações internacionais e vai ser o pri-

HENRY KISSINGER

(1923–2023)

Leadership. Six Studies in World Strategy, 2022.

World Order. Reflections on the Character of Nations and the Course of History, 2014.

On China, 2011.

Crisis. The Anatomy of Two Major Foreign Policy Crises, 2003.

Ending the Vietnam War, 2003.

Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century, 2001.

Years of Renewal, 1999.

Diplomacy, 1994.

Years of Upheaval, 1982.

White House Years, 1979.

American Foreign Policy: Three Essays, 1969.

The Troubled Partnership. A Re-Appraisal of the Atlantic Alliance, 1965.

The Necessity for Choice. Prospects of American Foreign Policy, 1961.

A World Restored. Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace 1812–1822, 1957.

Nuclear Weapons and Foreign Policy, 1957.

meio dos 15 livros que publicou, ao longo de sessenta e cinco anos, como acadêmico, como diplomata e como intelectual.

O ACADÊMICO

No fim dos seus estudos, Kissinger fica em Harvard como professor de Ciência Política e é responsável pelo Seminário Internacional, que funda em 1952, até partir para a Casa Branca como conselheiro nacional de Segurança do Presidente Richard Nixon, em 1969. Nesse intervalo, publica *A World Restored* – a sua tese doutoral; *Nuclear Weapons and Foreign Policy* – um dos primeiros estudos sobre a estratégia nuclear; *The Necessity for Choice* – um livro sobre a política externa norte-americana; *The Troubled Partnership* – um ensaio sobre os problemas da aliança transatlântica; e *American Foreign Policy* – um conjunto de artigos que preparam o exercício das suas futuras responsabilidades políticas.

O título original da sua tese – *Peace, Legitimacy, and Equilibrium: A Study of the State-manship of Metternich and Castlereagh* – resume o programa de investigação de *A World Restored*, que é uma referência clássica da Escola Realista das Relações Internacionais¹. Para Kissinger, os perigos da guerra e da revolução, inerentes na natureza do sistema de Estados, tornam prioritária a procura da ordem internacional, cuja estabilidade depende do reconhecimento da sua legitimidade, que define como «o acordo internacional sobre os arranjos práticos, os fins e os métodos permissíveis da política externa»². A ordem internacional é legítima não por ser justa, mas por ser reconhecida como tal pelo

conjunto das potências. Nessas condições, a guerra pode ser substituída pela diplomacia – «a arte de relacionar os Estados uns com os outros pelo acordo mais do que pelo exercício da força, pela representação de um campo de ação que reconcilia as aspirações particulares com um consenso geral»³.

A ordem tem precedência sobre a paz:

«Quando a paz – a ausência de guerra – é o principal objetivo de uma potência, o sistema internacional fica à mercê do membro da comunidade internacional com menos escrúpulos; quando a ordem internacional reconhece que os seus princípios não podem ser comprometidos, nem sequer para manter a paz, a estabilidade assente num equilíbrio das forças é concebível»⁴.

O equilíbrio é a condição geral de estabilidade, assente numa balança do poder cujo funcionamento é assegurado pelo método das alianças.

A criação da ordem internacional e a garantia do equilíbrio geral são obra dos estadistas: «As escolas do determinismo social reduziram o estadista a uma alavanca na máquina chamada “história”»⁵, mas Kissinger quer reabilitar a posição dos dirigentes políticos que têm a intuição do sentido da história e que «moldam a realidade de acordo com os seus fins»: Metternich, Castlereagh, os «estadistas do equilíbrio», e Bismarck, o dirigente carismático que consegue unificar a Alemanha sem perturbar a balança europeia, são os seus heróis⁶.

A reconstrução da ordem internacional é necessária para pôr fim a um período revo-

lucionário. Na definição de Kissinger, uma potência revolucionária não é uma mera potência revisionista: «A característica distintiva da potência revolucionária não é sentir-se ameaçada, é que nada a pode fazer sentir-se segura. Só a segurança absoluta – a neutralização do opositor – é uma garantia suficiente»⁷. Essa condição extrema define o período das Guerras Napoleónicas, que é um precedente da Guerra Fria, em que os Estados Unidos têm de fazer face a duas potências revolucionárias – a União Soviética e a República Popular da China. Nesse sentido, estudar o Concerto Europeu é o primeiro passo para enunciar uma estratégia norte-americana que possa transformar a Guerra Fria e criar uma ordem internacional legítima e estável.

O primeiro livro de Kissinger é não só o melhor, o mais original e o menos vendido dos seus livros, como inclui os temas centrais que os seus trabalhos posteriores vão desenvolver. O segundo, publicado no mesmo ano, é o relatório independente de Kissinger sobre os debates do Grupo de Estudos sobre as Armas Nucleares do Council on Foreign Relations, que reúne em Nova Iorque os principais especialistas civis e militares da estratégia nuclear, cuja revisão é urgente depois da União Soviética ter posto fim ao monopólio nuclear dos Estados Unidos.

Desde logo, *Nuclear Weapons and Foreign Policy* é o primeiro livro que explica concretamente as consequências de uma guerra nuclear, com a destruição maciça das cidades e milhões de baixas nos Estados Unidos e na União Soviética. Por outro lado, o estudo consolida a doutrina norte-americana da

dissuasão estratégica nuclear: «O resultado de uma guerra nuclear é que ambos os contendores só a podem perder»⁸. Por último, Kissinger toma partido ao lado dos que defendem a possibilidade de uma guerra nuclear limitada: na sua fórmula, a dissuasão nuclear é análoga à Linha Maginot e é necessário poder contar com armas nucleares táticas para criar alternativas que evitem a escolha impossível entre o suicídio de uma guerra nuclear total e a paralisia perante a expansão do bloco soviético⁹.

Em 1960, Kissinger entra na política, como conselheiro de Nelson Rockefeller, seu amigo e candidato à nomeação presidencial do Partido Republicano, que perde para Nixon. No ano seguinte, publica *The Necessity for Choice*, o primeiro dos seus três livros sobre a política externa dos Estados Unidos, que convergem num esforço inglório para transcender as teses dominantes sobre o excecionalismo norte-americano. Kissinger, que é próximo de McGeorge Bundy, o principal conselheiro do Presidente John Kennedy, concentra-se nas questões cruciais da agenda da nova Administração democrata – a dissuasão nuclear, a guerra limitada e o controlo dos armamentos; as relações entre os Estados Unidos, a República Federal da Alemanha e os aliados europeus; e a competição com as potências comunistas sobre o alinhamento dos novos Estados independentes nas periferias. O livro inclui ainda uma crítica sobre os malefícios da burocracia para a política externa – a «estagnação administrativa» – e uma reflexão sobre a influência dos intelectuais na decisão política¹⁰.

Kissinger torna-se um «professor conselheiro» escutado na Casa Branca e um inter-

locutor de boa parte dos intelectuais e dos dirigentes europeus na República Federal da Alemanha, em França ou na Grã-Bretanha. Todos os anos, no fim do último semestre em Harvard, atravessa o Atlântico para ser recebido, por vezes ao mais alto nível, em Bona, em Paris, em Londres e em Bruxelas. Em *The Troubled Partnership*, que reúne três conferências no Council on Foreign Relations, Kissinger resume o essencial das suas posições sobre a crise transatlântica aberta pelas divergências do general de Gaulle. Em 1965, contra a posição dominante na Administração norte-americana, Kissinger justifica as posições gaullistas, tanto mais porque a sua principal preocupação são as tendências nacionalistas e neutralistas alemãs, que se vão revelar, quatro anos depois, com a *Ostpolitik* de Willy Brandt e Egon Bahr¹¹.

Kissinger considera que o sucesso da ressurgência da Europa – o principal objetivo da estratégia norte-americana no pós-Guerra – torna obrigatória uma nova política dos Estados Unidos na NATO em relação aos aliados europeus. Desde logo, é preciso antecipar o futuro da Alemanha e garantir que a Aliança Atlântica tem capacidade para definir o quadro em que se possa realizar a reunificação alemã¹². Por outro lado, critica a Força Multilateral (MLF) como uma forma tosca de legitimar a hegemonia nuclear dos Estados Unidos na NATO e sublinha que Washington não pode aceitar a Grã-Bretanha como uma potência nuclear e depois condenar o programa nuclear da França; a potência dominante na aliança ocidental não pode escolher entre Bona, Paris e Londres: historicamente, a estabilidade europeia

reclama a convergência entre a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha. Por último, é preciso transformar a aliança militar numa aliança política – transformar a NATO numa «Comunidade Atlântica»¹³, não com a formação dos Estados Unidos da Europa, como quer Jean Monnet, mas como um diretório entre as principais potências, como quer de Gaulle – naturalmente, acrescentando a República Federal da Alemanha e, eventualmente, a Itália, à proposta original do general¹⁴.

O DIPLOMATA

Em 1969, Kissinger volta a apoiar Rockefeller nas primárias republicanas e reúne três ensaios num segundo livro sobre a política externa norte-americana, desta vez publicado antes da eleição presidencial dominada pela Guerra do Vietname¹⁵.

Os seus temas são, no essencial, os mesmos: os estadistas não podem ser reféns da burocracia; as armas nucleares exigem a limitação absoluta dos conflitos; a NATO está em crise por causa do declínio da preeminência das superpotências e da emergência da multipolaridade política; e, sobretudo, é indispensável transcender o excecionalismo americano:

«O entusiasmo, a crença no progresso e a convicção invencível de que os remédios americanos funcionam em toda a parte têm de dar lugar à compreensão das tendências históricas, um ordenamento das nossas preferências e uma compreensão da diferença que as nossas preferências podem realmente fazer»¹⁶.

Com efeito, as consequências da Guerra do Vietname, que divide a comunidade política norte-americana, antecipam o declínio dos Estados Unidos e reclamam uma nova estratégia de retraimento, marcada por uma crescente relutância sobre a intervenção em conflitos externos e pela devolução de responsabilidades aos aliados: «Os agrupamentos regionais apoiados pelos Estados Unidos têm de assumir a responsabilidade principal pelas suas áreas, enquanto os Estados Unidos se concentram no quadro geral do ordenamento mais do que na gestão das questões regionais»¹⁷.

Logo a seguir à eleição, o Presidente Nixon convida Kissinger para ser o seu conselheiro de Segurança Nacional: é a primeira vez que um cidadão que não nasceu norte-americano vai ocupar uma posição da mais alta responsabilidade na diplomacia dos Estados Unidos, ainda mais num momento decisivo de revisão da estratégia internacional. Nixon está determinado a retirar os Estados Unidos do pântano vietnamita e, para tal, precisa da União Soviética e da China. Kissinger tem a fórmula diplomática necessária, que inseriu num discurso de Rockefeller – os Estados Unidos devem criar um «triângulo subtil com a China comunista e a União Soviética» para «melhorar as nossas relações com os dois e pôr à prova a vontade de paz de ambos»¹⁸; e conhece o método para fazer funcionar a dupla *détente* com as duas potências comunistas rivais, na esteira da estratégia diplomática de Bismarck que procurava fazer com que a Prússia estivesse sempre «mais próxima dos contendedores do que estes um do outro»¹⁹.

Embora Kissinger não tivesse nenhuma experiência relevante como diplomata, o novo conselheiro de Segurança Nacional vai ser o responsável tanto pelas conversações secretas entre Washington e Pequim sobre a normalização das relações diplomáticas bilaterais, como pelas negociações paralelas entre Washington e Moscovo sobre os primeiros acordos de limitação das armas estratégicas nucleares. Esse processo extraordinário culmina em 1972, quando o primeiro Presidente dos Estados Unidos a visitar a China – Nixon vai a Pequim para se encontrar com o Presidente Mao Tsé-Tung em fevereiro – está três meses depois em Moscovo para se reunir com o Presidente Leonid Brezhnev e assinar os acordos SALT I.

O sucesso da estratégia de *détente* norte-americana, que torna possíveis os acordos de Paris e a saída dos Estados Unidos da Guerra do Vietname, estão descritos no primeiro livro das memórias diplomáticas de Kissinger, publicado em 1979, três anos depois do fim do seu segundo mandato como secretário de Estado de Nixon e do Presidente Gerald Ford.

Como era previsível, Kissinger não quis deixar por mãos alheias o registo histórico dos seus mandatos sucessivos como conselheiro de Segurança Nacional e como secretário de Estado dos dois presidentes republicanos que serviu entre 1969 e 1977. Os três livros de memórias são incontornáveis não só pela qualidade da escrita, pelo rigor da análise e pela densidade da exposição de todos os episódios relevantes dos oito anos de Kissinger no poder, mas também pela sua extensão – três livros, 93 capítulos, 3955 páginas.

O primeiro volume – *White House Years*, dedicado a Rockefeller²⁰ – trata do primeiro mandato do Presidente Nixon e do seu conselheiro de Segurança Nacional, juntos em 28 das 40 fotografias escolhidas por Kissinger: as conversações com a China e com a União Soviética e as negociações com os dirigentes do Vietname dominam o livro. O segundo volume – *Years of Upheaval*, dedicado à sua Mulher²¹ – trata do período entre a reeleição de Nixon em 1972 e a sua demissão em 1974 – o Watergate ocupa três dos 25 capítulos do livro. Em 1973, Kissinger é nomeado secretário de Estado, funções que acumula com as de conselheiro de Segurança Nacional –, outro facto inédito na história da diplomacia norte-americana. A China, a União Soviética, a Europa Ocidental – Kissinger decide que 1973 é o Ano da Europa, com resultados desastrosos – e o Chile são etapas importantes num livro dominado pela Guerra do Yom Kippur, em que as qualidades do novo secretário de Estado são decisivamente postas à prova numa negociação que reinventa os equilíbrios do Médio Oriente. O terceiro volume – *Years of Renewal*, dedicado a sua Mãe²² – trata do mandato presidencial de Gerald Ford, que substituiu Nixon entre 1974 e 1976 e mantém o seu secretário de Estado. Kissinger é reconhecido como o estadista indispensável da Administração republicana e o último volume das suas memórias tem um número importante de capítulos sobre a política americana. De resto, trata de todas as dimensões da política externa dos Estados Unidos, incluindo, pela primeira vez, África, cuja

saliência resulta da intervenção soviética e cubana na descolonização de Angola, na sequência da Revolução portuguesa. A prestação de contas vai exigir mais dois livros – uma monografia sobre a retirada norte-americana da Guerra do Vietname e uma revisão da Guerra do Yom Kippur e dos últimos dias da Guerra do Vietname, depois da divulgação das transcrições de conversas telefónicas de Kissinger no exercício das suas funções oficiais²³.

O INTELLECTUAL

Kissinger demorou vinte anos a completar as suas memórias diplomáticas, mas depois da saída do primeiro volume recomeçou a publicar outros livros – uma seleção de discursos, em 1981, e uma nova recolha de intervenções e ensaios, quatro anos depois²⁴. Em 1994 publicou o primeiro dos cinco livros que vão marcar o seu percurso intelectual nos últimos trinta anos, durante os quais o Presidente da Kissinger Associates, Inc., a mais conhecida empresa mundial de consultoria política, se desdobrou como conselheiro de todos os príncipes, incluindo todos os presidentes dos Estados Unidos e todos os secretários-gerais do Partido Comunista da China, e como um *sage* cuja palavra podia contar nas crises internacionais.

Diplomacy é uma extensa análise sobre a estratégia das grandes potências desde os tratados da Vestefália até ao pós-Guerra Fria, que remete para um projeto inacabado e retoma a problemática da sua tese doutoral. Com efeito, *A World Restored* devia ter sido o primeiro de três livros sobre a história internacional desde o

Congresso de Viena até à tragédia da Grande Guerra de 1914-1918 e, em 1957, Kissinger escreveu partes dos dois volumes inacabados da trilogia, que se referem, respetivamente, aos períodos antes e depois da demissão de Bismarck²⁵.

Kissinger assume o seu novo personagem:

«Os intelectuais analisam as operações dos sistemas internacionais, os estadistas têm de os construir; o analista pode escolher que problema estudar, os problemas impõem-se ao estadista; o analista pode gastar o tempo necessário para chegar a uma conclusão clara, a pressão do tempo é o maior desafio do estadista; o analista não corre riscos e pode escrever outro tratado se as suas conclusões estiverem erradas, o estadista tem de adivinhar à primeira e os seus erros são irrecuperáveis; o analista está na posse de todos os factos e é julgado pelo seu poder intelectual, o estadista só tem as suas avaliações que não podem ser provadas quando as está a fazer e é julgado pela história pela forma como geriu as mudanças inevitáveis e como preservou a paz»²⁶.

Na primeira parte do livro, Kissinger analisa a ascensão sucessiva da França de Richelieu, da Inglaterra de Pitt, da Áustria de Metternich e da Alemanha desde Bismarck até Hitler. Na segunda parte, concentra-se na Guerra Fria e na ordem resultante da ascensão dos Estados Unidos desde Theodore Roosevelt a Franklin Roosevelt. Na parte final, interpreta a transição pós-bipolar que culmina com o fim da Guerra Fria. Para

Kissinger, só existiram duas ordens internacionais estáveis – o Concerto Europeu, no século XIX, e a ordem criada pelos Estados Unidos no sistema bipolar do pós-Guerra, que garante a sua vitória na Guerra Fria.

O pós-Guerra Fria é um novo sistema internacional em que regressa a ordem do equilíbrio, com seis grandes potências – os Estados Unidos, a Europa, o Japão, a China, a Rússia e talvez a Índia –, a maior parte das quais não têm experiência da diplomacia num sistema de Estados multipolar. Os Estados Unidos não podem nem isolar-se, nem dominar o novo sistema: o seu declínio económico e militar é inevitável, tal como a emergência de um novo equilíbrio que, pela primeira vez, é realmente global, e cuja ordem, pela primeira vez, tem de ser construída por estadistas que representam culturas muito diferentes²⁷.

A ordem internacional é o problema teórico central de Kissinger, antes e depois de ter tido a possibilidade de reconstruir a balança entre as potências na Guerra Fria; a política externa dos Estados Unidos é o seu tema eletivo nos momentos cruciais de viragem da política internacional. Em 2001, terminada a publicação das suas memórias, o antigo secretário de Estado publica o terceiro e último livro sobre a estratégia norte-americana, a seguir à eleição presidencial de George W. Bush e antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001²⁸.

Na viragem do milénio, os Estados Unidos têm uma posição de poder sem rival e sem precedente histórico. Para Kissinger, é uma oportunidade extraordinária para os Estados Unidos reconfigurarem a ordem

internacional num mundo em transição, dominado pela crise sistémica da ordem vestefaliana: o princípio da não-intervenção foi substituído pela intervenção universal humanitária; os Estados nacionais estão a ser reconstruídos a partir de duas tendências contraditórias: a sua decomposição em componentes étnicas e a sua dissolução em agrupamentos regionais; e a globalização económica, que não é um substituto da ordem mundial, é acompanhada por uma dinâmica de fragmentação regional²⁹.

Porém, os Estados Unidos não estão preparados para transformar a vitória na Guerra Fria numa nova ordem: «No apogeu do seu poder, perante as mais profundas mudanças que o mundo já conheceu, os Estados Unidos não conseguiram desenvolver conceitos relevantes para as realidades emergentes»³⁰. A mudança mais forte é a divisão regional, que pode criar múltiplos sistemas internacionais na América, na Europa, no hemisfério ocidental, na Ásia do Norte, na Ásia do Sudeste, no Médio Oriente e em África.

A comunidade transatlântica está dominada por tendências centrífugas: «Na Guerra Fria, a integração era um método para reforçar a parceria atlântica; hoje é um modo de criar um contrapeso aos Estados Unidos»³¹. Para inverter a tendência, a principal potência ocidental deve reconhecer que «a capacidade militar da Europa é um paralelo lógico à emergência da Europa como uma entidade política» para redefinir as relações entre a NATO e a União Europeia: «A UE deve afirmar a sua determinação em salvaguardar a sua integridade territorial. A NATO deve afirmar que a integridade territorial da UE é um interesse vital da

NATO»³². A Ásia, que reproduz o padrão da rivalidade estratégica da Europa do século XIX, está dominada pela ascensão da China: «Os Estados Unidos devem facilitar e não obstruir a participação da China numa ordem internacional estável», mas se estiverem confrontados com uma ameaça de hegemonia na Ásia «devem resistir como fizeram com a ameaça do Japão na Segunda Guerra Mundial e da União Soviética durante a Guerra Fria»³³.

A fúria democrática desencadeada pelo «11 de Setembro» e as ilusões sobre a possibilidade de reconstruir o sistema internacional aceleram o declínio da ordem americana do pós-Guerra Fria. Kissinger também tem as suas ilusões, como fica patente dez anos depois no seu livro sobre a China, que é, ao mesmo tempo, o testemunho insubstituível de um responsável político que tem uma intervenção importante nas relações entre as duas principais potências internacionais durante mais de quatro décadas e a expressão de uma visão irrealista sobre a emergência de uma comunidade do Pacífico, assente na convergência sino-americana, que deve substituir a comunidade transatlântica como a chave da ordem internacional no novo século³⁴.

Em 2014, Kissinger regressa ao problema da ordem mundial no contexto em que se confrontam uma variedade de concepções civilizacionais do conceito de ordem na construção da primeira ordem global³⁵. O princípio hierárquico universal que sustenta a ordem imperial chinesa é incompatível com a visão da república norte-americana que quer impor a paz pela difusão dos princípios democráticos. Para Kissinger, os princípios vestefalianos da

independência nacional, da soberania dos Estados e da não-interferência são «os únicos fundamentos geralmente reconhecidos do que existe como uma ordem mundial»³⁶. Existe o risco de uma divisão do sistema internacional em espaços regionais e esferas de influência que podem adotar modelos distintos de ordenamento e pôr em causa a unidade da ordem mundial. Essa tendência pode ser limitada se for possível impedir a rutura entre Washington e Pequim:

«Os Estados Unidos e a China são ambos pilares indispensáveis da ordem mundial. A China não tem precedente para o papel que querem que desempenhe como um grande Estado entre outros. Os Estados Unidos também não têm a experiência de interagir com um país comparável pelo seu tamanho, a sua projeção e o seu desempenho económico, mas que abraçou um modelo diferente de ordem interna»³⁷.

A alternativa a uma fórmula que combine a balança do poder e a parceria diplomática é repetir o precedente de 1914, em que a desconfiança crescente precipitou numa guerra geral que nenhuma das potências queria travar.

No seu centenário, Kissinger nomeia os seis estadistas seus contemporâneos cujas estratégias considera exemplares e faz os seus retratos num último livro – *Leadership*³⁸. O chanceler Konrad Adenauer, o Presidente Charles de Gaulle, o Presidente Richard Nixon, o Raís Anwar al-Sadat, o primeiro-ministro Lee Kuan-Yew e a primeira-ministra Margaret Thatcher são, como Kissinger, os herdeiros da segunda Guerra dos Trinta Anos que moldaram a política internacional na segunda metade do século XX. Kissinger não faz qualquer hierarquia entre os seis, que entram em cena por idades; o retrato mais interessante é o de Nixon, com quem Kissinger fez a *détente* triangular, o mais íntimo é o de Sadat, com quem Kissinger construiu a paz possível no Médio Oriente; o mais admirativo é o de de Gaulle, o único dos seis com quem o retratista nunca teve uma relação pessoal ou direta.

Kissinger tem um lugar próprio entre os homens de Estado do século XX e fez antecipadamente o seu retrato: «O estadista é como um dos heróis num drama clássico que teve uma visão do futuro, mas não a pode transmitir directamente aos seus concidadãos e que não pode validar a sua “verdade”»³⁹. **RI**

Carlos Gaspar Investigador e membro da Direção do IPRI-NOVA. Professor catedrático convidado de Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa. Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Assessor do Conselho de Administração

da Fundação Oriente. Doutorado em Relações Internacionais pela NOVA FCSH.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º Dt.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | c.gaspar@ipri.pt

- 1 Em 1954, Kissinger defende a sua tese que, com 559 folhas, é a mais extensa jamais apresentada em Harvard. O texto vai ser reduzido a 354 páginas para ser publicado três anos depois em Boston pela Houghton, Mifflin Company, com o título *A World Restored. Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace 1812-1822*.
- 2 KISSINGER, Henry – *A World Restored. Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace 1812-1822*. Boston: Houghton, Mifflin Company, 1957, p. 1. Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres do autor.
- 3 *Ibidem*, p. 326
- 4 *Ibidem*, p. 1.
- 5 *Ibidem*, p. 324.
- 6 *Ibidem*, pp. 317, 330. Ver também KISSINGER, Henry – «The white revolutionary. A reflection on Bismarck». In *Daedalus*. Vol. 97, N.º 3, 1968, pp. 888-924.
- 7 KISSINGER, Henry – *A World Restored...*, p. 2.
- 8 KISSINGER, Henry – *Nuclear Weapons and Foreign Policy*. Nova Iorque: Harper & Bros, 1957.
- 9 *Ibidem*, pp. 126-143. Sobre a evolução da sua posição acerca da guerra nuclear limitada, ver também KISSINGER, Henry – «Limited war: conventional or nuclear? A reappraisal». In *Daedalus*. Vol. 89, N.º 4, 1960, pp. 800-817.
- 10 KISSINGER, Henry – *The Necessity for Choice. Prospects of American Foreign Policy*. Nova Iorque: Harper, 1961.
- 11 KISSINGER, Henry – *The Troubled Partnership. A Re-Appraisal of the Atlantic Alliance*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1965. Egon Bahr é um dos interlocutores de Kissinger, a quem apresenta a nova *Ostpolitik* em 1965. FERGUSON, Niall – *Kissinger 1923-1968: The Idealist*. Nova Iorque: Penguin Books, 2015, pp. 708-717.
- 12 KISSINGER, Henry – *The Troubled Partnership...*. Ver também KISSINGER, Henry – «Strains in the Alliance». In *Foreign Affairs*. Vol. 41, N.º 1, 1963; KISSINGER, Henry – «The price of German unity». In *The Reporter*. Vol. 32, 22 de abril de 1965.
- 13 Em 1961, Kissinger defende uma «North Atlantic Community», mesmo antes de Kennedy apresentar os seus projetos sobre a «Atlantic Partnership». KISSINGER, Henry – *The Necessity for Choice...*, pp. 165-168.
- 14 É, como refere Kissinger, uma proposta original de Dean Acheson e Anthony Eden. Em 1975, para articular as posições aliadas perante a revolução portuguesa, Kissinger vai passar a reunir regularmente os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, da Alemanha, da Grã-Bretanha e da França o QUAD ocidental. GOMES, Bernardino; SA, Tiago Moreira de – *Carlucci vs. Kissinger. The US and the Portuguese Revolution*. Lexington: Lexington Books, 2011.
- 15 KISSINGER, Henry – *American Foreign Policy: Three Essays*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1969. Os três ensaios são escritos, respetivamente, em 1966, «Domestic structure and foreign policy», em 1968, «Central issues of American foreign policy», e, em 1969, «The Vietnam negotiations».
- 16 *Ibidem*, p. 97.
- 17 *Ibidem*.
- 18 «REMARKS BY GOVERNOR Nelson A. Rockefeller» no World Affairs Council of Philadelphia, 1 de maio de 1968, *apud*, FERGUSON, Niall – *Kissinger 1923-1968...*, p. 818; ISAACSON, Walter – *Kissinger. A Biography*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2005. GASPAR, Carlos – «Kissinger e a China». In *Diário de Notícias*. 1 de dezembro de 2023.
- 19 KISSINGER, Henry – «The white revolutionary...», pp. 912-913.
- 20 KISSINGER, Henry – *White House Years*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1979.
- 21 KISSINGER, Henry – *Years of Upheaval*. Nova Iorque: Michael Joseph, 1982.
- 22 KISSINGER, Henry – *Years of Renewal*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1999.
- 23 KISSINGER, Henry – *Ending the Vietnam War*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2003; KISSINGER, Henry – *Crisis. The Anatomy of Two Major Foreign Policy Crises*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2003. Ver também KISSINGER, Henry – «Telephone conversation transcripts [Telcons]». In *Washington: National Archives and Record Administration*. Maio de 2004.
- 24 KISSINGER, Henry – *For the Record. Selected Speeches 1977-1980*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1981; KISSINGER, Henry – *Observations. Selected Speeches and Essays 1982-1984*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1985.
- 25 KISSINGER, Henry – *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994. Niall Ferguson cita passagens importantes desses manuscritos de Kissinger. FERGUSON, Niall – *Kissinger 1923-1968...*, pp. 695-702.
- 26 *Ibidem*, pp. 27-28.
- 27 *Ibidem*, pp. 23-27.
- 28 KISSINGER, Henry – *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2001. O livro tem uma 2.ª edição publicada depois dos atentados com um curto «Afterword» (KISSINGER, Henry – *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2002).
- 29 *Ibidem*, pp. 21-31.
- 30 *Ibidem*.
- 31 *Ibidem*, pp. 55, 63.
- 32 *Ibidem*.
- 33 *Ibidem*, pp. 136-137.
- 34 KISSINGER, Henry – *On China*. Nova Iorque: Penguin Press, 2011, pp. 527-530. A visão otimista sobre as virtudes da convergência sino-americana é partilhada, entre outros, por Zbigniew Brzezinski, que sucedeu a Kissinger como conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Jimmy Carter. BRZEZINSKI, Zbigniew – «The Group of Two that could change the world». In *Financial Times*. 13 de janeiro de 2009.
- 35 KISSINGER, Henry – *World Order. Reflections on the Character of Nations and the Course of History*. Nova Iorque: Allen Lane, 2014, p. 2.
- 36 *Ibidem*, p. 6
- 37 *Ibidem*, p. 236.
- 38 KISSINGER, Henry – *Leadership. Six Studies in World Strategy*. Nova Iorque: Allen Lane, 2022. Em 2021, Henry Kissinger, Eric Schmidt e Daniel Huttenlocher publicaram um livro conjunto sobre a Inteligência Artificial e, em 2022, foi publicada e distribuída pelo Henry A. Kissinger Center for Global Affairs da School of Advanced International Studies da Universidade Johns Hopkins a 1.ª edição da sua tese de mestrado, com uma nova introdução do autor. KISSINGER, Henry; SCHMIDT, Eric; HUTTENLOCHER, Daniel – *The Age of I.A. and Our Human Future*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 2021; KISSINGER, Henry – *The Meaning of History. Reflections on Spengler, Toynbee, and Kant*. Estocolmo: Bokförlaget Stolpe, 2022.
- 39 KISSINGER, Henry – *A World Restored...*, p. 329.

BIBLIOGRAFIA

- BRZEZINSKI, Zbigniew – «The Group of Two that could change the world». In *Financial Times*. 13 de janeiro de 2009.
- FERGUSON, Niall – *Kissinger 1923-1968: The Idealist*. Nova Iorque: Penguin Books, 2015.
- GASPAR, Carlos – «Kissinger e a China». In *Diário de Notícias*. 1 de dezembro de 2023.
- GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de – *Carlucci vs. Kissinger. The US and the Portuguese Revolution*. Lexington: Lexington Books, 2011.
- ISAACSON, Walter – *Kissinger. A Biography*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2005.
- KISSINGER, Henry – *A World Restored. Metternich, Castlereagh, and the Problems of Peace 1812-1822*. Boston: Houghton, Mifflin Company, 1957.
- KISSINGER, Henry – *Nuclear Weapons and Foreign Policy*. Nova Iorque: Harper & Bros, 1957.
- KISSINGER, Henry – «Limited war: conventional or nuclear? A reappraisal». In *Daedalus*. Vol. 89, N.º 4, 1960, pp. 800-817.
- KISSINGER, Henry – *The Necessity for Choice. Prospects of American Foreign Policy*. Nova Iorque: Harper, 1961.
- KISSINGER, Henry – «Strains in the Alliance». In *Foreign Affairs*. Vol. 41, N.º 1, 1963.
- KISSINGER, Henry – «The price of German unity». In *The Reporter*. Vol. 32, 22 de abril de 1965.
- KISSINGER, Henry – *The Troubled Partnership. A Re-Appraisal of the Atlantic Alliance*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1965.
- KISSINGER, Henry – «The white revolutionary. A reflection on Bismarck». In *Daedalus*. Vol. 97, N.º 3, 1968, pp. 888-924.
- KISSINGER, Henry – *American Foreign Policy: Three Essays*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1969.
- KISSINGER, Henry – *White House Years*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1979.
- KISSINGER, Henry – *For the Record. Selected Speeches 1977-1980*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1981.
- KISSINGER, Henry – *Years of Upheaval*. Nova Iorque: Michael Joseph, 1982.
- KISSINGER, Henry – *Observations. Selected Speeches and Essays 1982-1984*. Nova Iorque: Little, Brown & Company, 1985.
- KISSINGER, Henry – *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.
- KISSINGER, Henry – *Years of Renewal*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1999.
- KISSINGER, Henry – *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2001.
- KISSINGER, Henry – *Crisis. The Anatomy of Two Major Foreign Policy Crises*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2003.
- KISSINGER, Henry – *Ending the Vietnam War*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2003.
- KISSINGER, Henry – «Telephone conversation transcripts (Telcons)». In *Washington: National Archives and Record Administration*. Maio de 2004.
- KISSINGER, Henry – *On China*. Nova Iorque: Penguin Press, 2011.

A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HUMANA NA (ZONA CINZENTA DA) ESTABILIZAÇÃO

Ana Carina S. Franco

A obra de Gilder consiste numa revisão literária extensa sobre a evolução e as problemáticas inerentes às operações de paz contemporâneas levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta obra traz elementos de clareza ao debate num momento em que se assiste ainda a um impasse ou ao início de um processo de transição do paradigma de paz liberal¹. Tal foi acompanhado de um regresso ao conceito de estabilização, o qual pressupõe a ausência de uma solução política para o conflito, nomeadamente em cenários de conflito intra-Estado.

Gilder estabelece uma ligação relevante entre os conceitos de estabilização e de segurança humana. Depois de elaborar sobre a evolução histórica das missões de paz da ONU e sobre o enquadramento conceptual (parte I), a parte II é dedicada a três estudos de caso, nomeadamente as missões de operação de paz da ONU no Mali, na República Centro-Africana e no Sudão do Sul. Por fim, problematiza os mandatos atuais de operações ditas de estabilização², incluindo a sua crescente militarização.

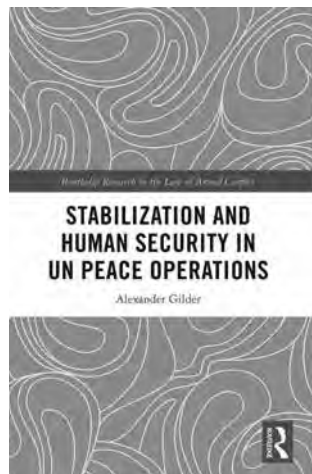
Na verdade, o regresso ao conceito de estabilização surgiu como alternativa pragmática ao paradigma de paz liberal largamente

baseado na construção do Estado que dominou a década de 2000³. Já o conceito de segurança humana reflete uma mudança de paradigma, do confronto armado para o direito, num contexto internacional em que as leis se aplicam mais ao indivíduo do que ao Estado⁴. Neste contexto, apesar do contraste entre ambas as abordagens, Gilder entende que as missões de estabilização da ONU têm o potencial de aspirar à segurança humana, uma vez que podem reforçar normas e direito existentes.

ALEXANDER GILDER

Stabilization and Human Security in UN Peace Operations

Londres, Routledge, 2022,
210 páginas
<https://doi.org/10.4324/9781003131199>



ESTABILIZAÇÃO NO QUADRO DAS OPERAÇÕES DE PAZ CONTEMPORÂNEAS DA ONU

Em 1992, o relatório «Uma Agenda para a Paz», da autoria do secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, apresentou os instrumentos para a promoção da paz, da prevenção e da resolução de conflitos, entre os quais as operações de pacificação (*peacemaking*) e de manutenção da paz (*peacekeeping*). Todavia, a modalidade de manutenção da paz continuou ausente da Carta da ONU. Refletindo a Reforma Brahimi (2000), a Doutrina Capstone da ONU (2008) reforçou a não linearidade entre diferentes tipos de operações de paz, ou seja, dos instrumentos enunciados em 1992, e procurou salvaguardar os princípios de imparcialidade, de consentimento e de uso limitado da força.

«Estabilização» surge inicialmente, no final da década de 1990, como um conceito político, carecendo, até hoje, de uma definição no quadro da ONU⁵. O Conselho de Segurança autoriza missões de manutenção da paz no quadro da resolução pacífica de disputas (capítulo VI) e da imposição da paz (capítulo VII). Estabilização integra a modalidade mais larga de gestão de crise da ONU, não correspondendo a nenhum destes capítulos⁶. Gilder reconhece a implicação da robustez dos mandatos das missões de estabilização, colocando-as entre a manutenção e a imposição da paz.

Entre as tentativas de definição, «estabilização» é tida como um processo em que atores militares apoiam uma liderança civil, por exemplo, no âmbito de operações de apoio à paz e de contrainsurgência⁷. Na literatura académica, o conceito corresponde, por

vezes, ao desenvolvido pelo Governo britânico⁸, estando na base da pesquisa de alguns autores⁹. Estes entendem «estabilização» como uma medida provisória com vista ao estabelecimento de um enquadramento e de um acordo políticos para um Estado estável, fundamentais para a realização de processos de paz, mas não necessariamente um estado final concreto¹⁰. Gilder reconhece precisamente a complexidade inerente a este tipo de intervenção, uma vez que torna a ONU numa das partes do conflito ao apoiar o governo do país recipiente.

PROTEÇÃO DE CIVIS E SEGURANÇA HUMANA

A segurança humana conheceu uma institucionalização crescente a partir do estabelecimento da Comissão para a Segurança Humana da ONU em 2003, e culminou na resolução do Conselho de Segurança em 2012¹¹. O autor entende que o Conselho está numa posição única para mobilizar essa nova abordagem, embora reconheça que esta é primeiramente da responsabilidade dos Estados.

Gilder defende que os efeitos das operações de estabilização podem ser vistos na perspetiva da segurança humana, nomeadamente nas suas componentes civil e de desenvolvimento, priorizando os indivíduos e as comunidades. Esta abordagem vai de encontro ao questionamento do paradigma de paz liberal durante as duas últimas décadas, nomeadamente através da formulação de novos conceitos e práticas – por exemplo, o conceito de «paz positiva» associando paz e desenvolvimento¹².

O autor procurou identificar o potencial de integração da segurança humana nas

operações de paz da ONU. Enuncia três princípios fundamentais da segurança humana (núcleo vital, reconhecimento da vulnerabilidade, proteção e empoderamento), analisando-os seguidamente no âmbito dos três estudos de caso. Trata-se de uma abordagem marcadamente normativa, confundindo-se correntemente com direitos humanos¹³, e sujeita à interpretação do direito internacional. O núcleo vital implica a identificação pelos próprios indivíduos das suas necessidades de segurança, através de uma abordagem base-topo. Assim, o conceito de segurança é analisado num sentido mais lato, presumindo, ainda, uma abordagem holística no quadro das diferentes intervenções.

As missões integradas ou multidimensionais¹⁴ – denominadas «de terceira geração» – tendem a incluir a proteção de civis e a construção da paz, da assistência humanitária ou da capacitação de atores estatais. Implicam uma estreita colaboração e coordenação com outros departamentos da ONU (entre os quais, os de desenvolvimento e assuntos políticos). O conceito de segurança humana, tal como desenvolvido por Gilder, tem, assim, uma base relevante para a sua operacionalização.

As missões da ONU no Mali e na República Centro-Africana centraram-se na restauração da autoridade do Estado. Todavia, o autor explica como a robustez do mandato da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali¹⁵ tinha uma natureza preventiva e dissuasora no quadro da proteção de civis prevista no seu mandato. Junta-se, ainda, a vezes que alertaram para o risco inerente à colaboração, direta ou indiretamente,

com operações de contraterrorismo¹⁶. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana¹⁷ destacou-se por investir no (re)estabelecimento do Estado de direito, o qual consistiria no segundo passo do processo de estabilização. A seleção da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul¹⁸ como estudo de caso é justificada pela ênfase dada à proteção de civis e pelo seu carácter fortemente militarizado. Conclui, porém, que, na prática, mostrou menos robustez que as outras duas missões – estas apresentando uma abordagem mais holística – e que se afastou de uma natureza que se queria mais de prevenção do que de resposta com vista à proteção de civis.

Finalmente, Gilder explica como a intervenção da ONU favoreceu a aplicação do princípio da proteção de civis. Apresenta, ainda, recomendações com vista a uma maior integração da segurança humana na totalidade dos seus princípios. Todavia, a contestada aplicação do conceito de estabilização, numa fase em que o projeto de paz liberal requer uma transformação, implica um risco adicional às recomendações que faz para a operacionalização da segurança humana no quadro onusiano.

Em suma, o volume oferece uma introdução completa sobre a complexidade inerente às operações de paz contemporâneas, incluindo uma explanação da sua evolução, sobretudo desde a década de 1990. Traz, ainda, um contributo importante para o debate sobre a operacionalização de um conceito complexo – segurança humana – nas intervenções da ONU, visando um objetivo raramente circunscrito – a estabilização. **RI**

NOTAS

1 Ver, por exemplo, MOE, Louise Wiuff; STEPPUTAT, Finn – «Introduction: peacebuilding in an era of pragmatism». In *International Affairs*. Vol. 94, N.º 2, 2018, pp. 293-299; CHANDLER, David – *Peacebuilding. The Twenty Years' Crisis, 1997-2017*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

2 A primeira missão da ONU incluindo «estabilização» na sua designação data de 2014 no Haiti. As restantes foram estabelecidas em África: Mali, República Democrática do Congo e República Centro-Africana.

3 ANDERSEN, Louise Riis – «The HIPPO in the room: the pragmatic push-back from the UN peace bureaucracy against the militarization of UN peacekeeping». In *International Affairs*. Vol. 94, N.º 2, 2018, pp. 343-361.

4 KALDOR, Mary – *Routledge Handbook of Human Security*. Londres: Routledge, 2014, pp. 65-75.

5 O High-Level Independent Panel on Peace Operations (HIPPO) confirmou a ausência e a necessidade dessa definição. Cf. UNITED NATIONS / GENERAL ASSEMBLY / SECURITY COUNCIL – «Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations on Uniting Our Strengths for Peace: Politics, Partnership and People». 2015. Consultado em: 1 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2015_446.pdf.

6 Tomando o exemplo da missão no Mali, John Karlsrud faz alusão a modalidade alternativa que denomina de «capítulo VII e meio». Ver KARLSRUD, John – «From liberal peacebuilding to stabilization and counterterrorism». In *International Peacekeeping*. Vol. 26, N.º 1, 2019, pp. 1-21.

7 CURRAN, David; HOLTOM, Paul – «Resonating, rejecting, reinterpreting: mapping the stabilization discourse in the United Nations Security Council, 2000-14». In *Stability: International Journal of Security & Development*. Vol. 4, N.º 1: 50, 2015, pp. 1-18; MAC GINTY, Roger – «Against stabilization». In *Stability: International Journal of Security & Development*. Vol. 1, N.º 1, 2012, pp. 20-30.

8 Como mencionado pelo autor, o ativismo dos membros do Conselho de Segurança – nomeadamente Reino Unido, Estados Unidos da América e França – implicados em cenários de conflito mais complexos envolvendo contrainsurgência (por exemplo, Afeganistão e Iraque) influenciou resoluções do Conselho.

9 Por exemplo: AOI, Chiyuki; DE CONING, Cedric; KARLSRUD, John – «Introduction. Addressing the gap between concepts, doctrine, and practice in UN peacekeeping operations». In *UN Peacekeeping in a New Era*. Londres: Routledge, 2017, pp. 1-30; FRANCO, Ana Carina – «External interventions in Mali and its borderlands – a case for stabilization». In *Janus.net, e-journal of international relations*. 2021. Consultado em: 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://observare.autonoma.pt/janus-net/en/janusnet/external-interventions-in-mali-and-its-borderlands-a-case-for-stabilisation>.

10 AOI, Chiyuki; DE CONING, Cedric; KARLSRUD, John – «Introduction...».

11 O conceito de segurança humana ficou conhecido pela expressão «liberdade do medo e liberdade de querer». A primeira componente é restrita, referindo-se, sobretudo, a segurança pessoal e física; a segunda, expansiva, incluindo necessidades básicas e essenciais (ver, por exemplo, HANLON, Robert J.; CHRISTIE, Kenneth – *Freedom from Fear, Freedom from Want:*

An Introduction to Human Security. University of Toronto Press, 2016).

12 O conceito foi enunciado em 2005 pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, no relatório intitulado «In larger freedom: towards development, security and human rights for all» [cf. UNITED NATIONS / SECRETARY-GENERAL – «In larger freedom: towards development, security and human rights for all». 2005. Consultado em: 1 de agosto de 2023. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/543857>].

13 Em linha, por exemplo, com a política de diligência devida em matéria de direitos humanos da ONU [em inglês, «Human Rights Due-Diligence Policy» – HRDDP].

14 São multidimensionais as missões de manutenção de paz da ONU que integram, pelo menos, as seguintes divisões: civil, militar, polícia, direitos humanos, eleições. Cf. HOWARD, Lise M. – *Power in Peacekeeping*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.

15 Em francês, «Mission multidimensionnelle intégrée des Nations unies pour la stabilisation au Mali» [MINUSMA].

16 BOUTELLIS, Arthur – *MINUSMA's 2021 Mandate Renewal in Uncertain Times*. 2021. Consultado em: 1 de agosto de 2023. Disponível em: <https://effectivepeaceops.net/wp-content/uploads/2021/05/EPON-MINUSMA-II-Report.pdf>; CHARBONNEAU, Bruno – «Intervention as counter-insurgency politics». In *Conflict, Security & Development*. Vol. 19, N.º 3, 2019, pp. 309-314.

17 Em francês, «Mission multidimensionnelle intégrée des Nations unies pour la stabilisation en Centrafrique» [MINUSCA].

18 Em inglês, «United Nations Mission in South Sudan» [UNMISS].

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, Louise Riis – «The HIPPO in the room: the pragmatic push-back from the UN peace bureaucracy against the militarization of UN peacekeeping». In *International Affairs*. Vol. 94, N.º 2, 2018, pp. 343-361. DOI: 10.1093/ia/iix239.
- AOI, Chiyuki; DE CONING, Cedric; KARLSRUD, John – «Introduction. Addressing the gap between concepts, doctrine, and practice in UN peacekeeping operations». In *UN Peacekeeping in a New Era*. Londres: Routledge, 2017, pp. 1-30. DOI: 10.4324/9781315396941.
- BOUTELLIS, Arthur – *MINUSMA's 2021 Mandate Renewal in Uncertain Times*. 2021. Consultado em: 1 de agosto de 2023. Disponível em: <https://effectivepeaceops.net/wp-content/uploads/2021/05/EPON-MINUSMA-II-Report.pdf>.
- CHANDLER, David – *Peacebuilding. The Twenty Years' Crisis, 1997-2017*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. DOI: 10.1007/978-3-319-50322-6.
- CHARBONNEAU, Bruno – «Intervention as counter-insurgency politics». In *Conflict, Security & Development*. Vol. 19, N.º 3, 2019, pp. 309-314. DOI: 10.1080/14678802.2019.1608017.
- CURRAN, David; HOLTOM, Paul – «Resonating, rejecting, reinterpreting: mapping the stabilization discourse in the United Nations Security Council, 2000-14». In *Stability: International Journal of Security & Development*. Vol. 4, N.º 1: 50, 2015, pp. 1-18. DOI: 10.5334/sta.gm.
- FRANCO, Ana Carina – «External interventions in Mali and its borderlands – a case for stabilization». In *Janus.net, e-journal of international relations*. 2021. Consultado em: 15 de novembro de 2021. Disponível em: <https://observare.autonoma.pt/janus-net/en/janusnet/external-interventions-in-mali-and-its-borderlands-a-case-for-stabilisation>. DOI: 10.26619/1647-7251.12.2.6.
- HANLON, Robert J.; CHRISTIE, Kenneth – *Freedom from Fear, Freedom from Want: An Introduction to Human Security*. University of Toronto Press, 2016. DOI: 10.3138/9781442609594.
- HOWARD, Lise M. – *Power in Peacekeeping*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.
- KALDOR, Mary – *Routledge Handbook of Human Security*. Londres: Routledge, 2014, pp. 65-75.
- KARLSRUD, John – «From liberal peacebuilding to stabilization and counterterrorism». In *International Peacekeeping*. Vol. 26, N.º 1, 2019, pp. 1-21. DOI: 10.1080/13533312.2018.1502040.
- MAC GINTY, Roger – «Against stabilization». In *Stability: International Journal of Security & Development*. Vol. 1, N.º 1, 2012, pp. 20-30. DOI: 10.5334/sta.ab.
- MOE, Louise Wiuff; STEPPUTAT, Finn – «Introduction: peacebuilding in an era of pragmatism». In *International Affairs*. Vol. 94, N.º 2, 2018, pp. 293-299. DOI: 10.1093/ia/iyy035.
- UNITED NATIONS / GENERAL ASSEMBLY / SECURITY COUNCIL – «Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations on Uniting Our Strengths for Peace: Politics, Partnership and People». 2015. Consultado em: 1 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2015_446.pdf.
- UNITED NATIONS / SECRETARY-GENERAL – «In larger freedom: towards development, security and human rights for all». 2005. Consultado em: 1 de agosto de 2023. Disponível em: <https://digitalibrary.un.org/record/543857>.

O PRELADO D. PAULO JOSÉ TAVARES E A «GRANDE REVOLUÇÃO CULTURAL PROLETÁRIA» DE MACAU

Moisés Silva Fernandes

O lançamento da obra *D. Paulo José Tavares: O Bispo-Diplomata* teve lugar em janeiro de 2023, em Rabo de Peixe, terra natal de D. Paulo José Tavares, na ilha de São Miguel (Açores), por ocasião da comemoração do centésimo terceiro aniversário de nascimento.

Esta monografia constitui uma autêntica biografia de Paulo José Tavares, desde a sua infância até à idade adulta, repleta de fotografias e de testemunhos de familiares e amigos. É recordado ser ele o mais velho de oito filhos, considerado desde cedo «muito bom aluno» (p. 17), sendo o padre Guilherme Américo quem, nas palavras da irmã, «sugeriu a minha mãe que colocasse o Paulo no seminário da ilha Terceira» (*Ibidem*). Todavia,

o Paulo era um «camponês» e o seu «pai queria o Paulo para o ajudar no trabalho da agricultura» (*Ibidem*). Entretanto, um padre açoriano, que estava nos Estados Unidos da América, acabou por subsidiar os estudos de Paulo José Tavares no Seminário de Angra (*Ibidem*), que frequentou entre setembro de 1931 e junho de 1941.

A hierarquia da Igreja local, nomeadamente, o bispo de Angra, D. Guilherme da Cunha, percebeu a sua capacidade intelectual e enviou-o para Roma, para estudar Direito Canónico na Pontifícia Universi-

dade Gregoriana. Aqui fez a licenciatura e, posteriormente, o doutoramento, que terminou em 1945. Em Roma, notabilizaram-se as suas capacidades de diplomata e é encaminhado para a Pontifícia Academia Eclesiástica, que forma os sacerdotes destinados ao serviço diplomático da Santa Sé nas diversas nunciaturas apostólicas (embaixadas) ou na Secretaria de Estado. Em 1947, Paulo José Tavares entra na Secretaria de Estado da Santa Sé, onde permanece até 1961.

ANTÓNIO

PEDRO COSTA

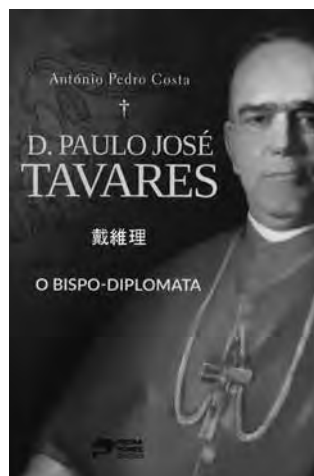
D. Paulo

José Tavares

戴維理

O Bispo-Diplomata

Ponta Delgada,
Pedra Pomes Edições,
2023, 222 páginas



Em agosto de 1959, o Papa João XXIII pede «a ajuda do tradutor português da Secretaria de Estado, Mons. Paulo José Tavares» (pp. 57 e 58), acerca da terceira parte do segredo de Fátima, decidindo não o publicar. A partir deste encontro, o Papa vai tê-lo perto de si para qualquer necessidade no âmbito da Igreja colonial portuguesa. E essa oportunidade surge aquando da eleição do bispo de Macau, pois o anterior bispo de Macau, D. Policarpo da Costa Vaz, é transferido para a Diocese da Guarda, em julho de 1960. O nome do conselheiro da Nunciatura Apostólica, monsenhor Paulo José Tavares, começa a ser considerado pelo Estado da Santa Sé como uma valia, pela sua proximidade. Primeiramente, é funcionário da Secretaria de Estado da Santa Sé, chegando ao cargo de conselheiro da Nunciatura Apostólica. Posteriormente, orientará as instruções específicas para que na Diocese de Macau sejam preteridos os padres ultraconservadores portugueses, e favorecidos os padres chineses autóctones e os outros padres ocidentais. Ações estas, conformes com a nova narrativa e prática do Vaticano, que considerava o Estado «colonial» português uma representação do passado, bloqueadora das relações que a Santa Sé pretendia estabelecer com os padres chineses, em Macau.

Após a nomeação pelo Papa João XXIII no dia 24 de agosto de 1961, foi consagrado pelo secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Amleto Giovanni Cicognani, pelo arcebispo Angelo Dell'Acqua, o substituto da Secretaria de Estado, e pelo bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio, a 21 de setembro de 1961, com 41 anos de idade.

Antes de partir para Portugal, o Papa, em audiência, recorda-lhe as orientações exclusivas da Santa Sé para a Diocese de Macau. Partiu para Lisboa e, depois, para a ilha de São Miguel, onde se despediu da família, seguindo para Macau.

Chega a Macau a 27 de dezembro de 1961, trazendo o seu irmão, padre Dr. Manuel Alfredo Tavares, um excelente especialista em latim, e seu secretário particular. Nos primeiros anos recorreu aos vigários-gerais e aos governadores do Bispado sendo, neste caso, todos padres portugueses.

Entretanto, começou por eliminar as congruas e as diferenças nos salários entre os padres portugueses e os chineses, uma luta com mais de quatro séculos, e logo depois a dizer as missas em português, cantonense e inglês, sob a orientação do Concílio do Vaticano II (1962-1965).

Em 1966, início da «Grande Revolução Cultural Proletária» na China continental, D. Paulo José Tavares nomeou o padre chinês de Macau, António André Ngan Im-ieoc (严俨若, Yan Yanruo), primeiro vigário-geral e depois governador do Bispado, sendo a primeira vez que tal acontecia em quatro séculos de Igreja Católica em Macau. Isto levou os ultraconservadores padres portugueses a denunciarem o caso à Nunciatura Apostólica em Portugal e à Secretaria de Estado da Santa Sé, sem qualquer efeito. Durante o último semestre do ano de 1967, o prelado de Macau foi acusado pela elite chinesa de Macau de estar ao serviço da China continental, e pela frágil administração portuguesa de ter posições diametralmente opostas aos maoístas. D. Paulo José Tavares não concordou com as exigências da Associação

Geral de Estudantes Chineses de Macau (AGECM), um grupúsculo maoísta, e publicou no bissemanário *O Clarim*, órgão da Diocese de Macau, e na revista quinzenal *Religião e Pátria*, o artigo «Esclarecimento sobre o Colégio de São José, em Macau», o que motivou a suspensão temporária de ambas as publicações, pelo governador de Macau, o brigadeiro Nobre de Carvalho. A sua saúde começou a declinar em junho de 1969, facto noticiado pelo *O Clarim*. Após várias passagens pelos hospitais de Macau, de Hong Kong, de Roma, de Ponta Delgada, e até mesmo dos Estados Unidos e do Canadá, veio a falecer no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa, no dia 12 de junho de 1973. Foi sepultado no dia 15 de junho, no cemitério de Rabo de Peixe, numa cerimónia presidida pelo bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho. Existem três razões cruciais que justificam a importância das nomeações de Paulo José Tavares. Primeira: durante os catorze anos que passou na Secretaria de Estado da Santa Sé, foi subindo de adido até conselheiro da Nunciatura Apostólica, o que mostra como cada dicastério da Igreja tem de defender os seus membros quando assumem lugares-chave como bispos, arcebispos ou cardeais. Segunda: tanto o

Papa João XXIII como o Papa Paulo VI deram, mais de uma vez, instruções específicas à Diocese de Macau para mudar as diretivas, caso contrário seria integrada na Diocese de Hong Kong. Terceira: quando o prelado D. Paulo José Tavares, conhecedor do desfecho da sua doença, indicou uma terna (três nomes possíveis para seu sucessor), esta era idêntica à do encarregado de Negócios da Nunciatura Apostólica da Santa Sé em Taipé, na Formosa/Taiwan, Francesco Colasuonno (高樂天, Gao Letian), e incluía em primeiro lugar dois padres chineses e um terceiro, português, o padre Arquimínio Rodrigues da Costa. Por ação da imprensa comunista de Macau, que rejeitava duramente um prelado chinês, e pela concordância da precária administração portuguesa de Macau, o padre Arquimínio Rodrigues da Costa foi o novo bispo de Macau, mesmo em oposição à Santa Sé.

Esta obra ajuda a estabelecer, pelos testemunhos recolhidos e pela documentação exposta, o percurso de vida deste homem essencial para o estudo da presença da Igreja Católica em Macau, como uma das instituições relevantes, durante este período. **RJ**

Moisés Silva Fernandes Investigador no Instituto Confúcio e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

> Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal | moises.fernandes@letras.ulisboa.pt



DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA

A *Relações Internacionais* é a revista do Instituto Português de Relações Internacionais, publicada desde Março de 2004. É uma publicação académica trimestral, de reflexão e debate sobre questões internacionais. Tem como objetivos abordar as grandes questões da atualidade internacional numa perspetiva pluralista e multidisciplinar e fomentar o debate teórico na área das Relações Internacionais. As áreas primordiais de publicação são a política internacional, a história, a estratégia, a segurança e defesa, a política comparada, a economia e o direito internacional.

1. Normas de publicação

Os artigos submetidos à R:I devem ser originais e não deverão ser submetidos a outras publicações, sendo avaliados de acordo com o sistema de *peer review*. Os textos podem ser submetidos em português, inglês, francês e espanhol, sendo a língua de publicação da revista o português. Os autores conferem à R:I o exclusivo dos direitos de publicação sob qualquer forma. Os artigos não são remunerados.

Os artigos não devem exceder as seis mil palavras, incluindo notas de rodapé. O artigo deve incluir uma bibliografia, um resumo e quatro palavras-chave (em português e inglês). As resenhas devem ter cerca de 1500 palavras e conter os dados de identificação completos da publicação, bem como deve ser enviada a capa do livro. Deverão ter um título original e ser intercaladas com, pelo menos, dois subtítulos.

As provas tipográficas dos artigos aprovados para publicação serão, quando solicitadas, enviadas aos autores para revisão.

A Bibliografia deve conter exclusivamente as referências bibliográficas mencionadas ao longo do texto e seguir a norma 405 do IPQ. Ao longo do artigo, as referências bibliográficas devem aparecer em nota de rodapé:

- a) Citação de livro: APELIDO, Nome dos autor(es) – *Título do livro*. Edição. Local de Publicação: Editor, Ano.
- b) Citação de capítulo de livro: APELIDO, Nome dos autor(es) – «Título da contribuição/capítulo». In *Título do livro*. Local de Publicação: Editor, Ano. Páginas.
- c) Citação de artigo de revista: APELIDO, Nome dos autor(es) – «Título do artigo». In *Título da revista*. Local de Publicação. V., N.º, Ano, Páginas.
- d) Citação de recursos na web: APELIDO, Nome dos autor(es) – *Título do documento*. Consultado em: data de consulta]. Disponível em: endereço na Internet.

Os artigos devem ser enviados por e-mail, em formato Word, para o endereço: revistapri@fcs.unl.pt

2. Declaração de Ética e Más Práticas de Publicação

Com vista a garantir a honestidade e integridade académica a R:I assume o compromisso de assegurar as boas práticas éticas e deontológicas na avaliação e publicação dos artigos propostos. Todas as partes envolvidas, autores, editores e avaliadores, deverão contribuir para que os padrões de comportamento ético sejam assegurados, tal como definido pelas orientações do *Committee on Publication Ethics (COPE)*. Assim cada uma das partes deve comprometer-se com o seguinte:

Editores:

- São responsáveis pelos conteúdos publicados na revista;
- Esforçar-se por conhecer os interesses dos leitores e dos autores, assim como por melhorar constantemente a revista;
- Fazer uma avaliação das propostas com base exclusivamente no mérito académico;
- Não devem usar informação não publicada para a investigação própria sem o consentimento expresso do autor;
- Assegurar a existência de um processo de arbitragem científica justo, imparcial e em tempo útil, bem como a transparência nos processos de edição e publicação dos manuscritos;
- Garantir a confidencialidade dos manuscritos;
- Contribuir para a integridade do arquivo da R:I.

Autores:

- Os artigos devem apresentar uma discussão objetiva da importância da investigação com suficiente detalhe e referências que permitam a replicação do modelo utilizado;
- Garantir que o seu trabalho é original, e se o trabalho de outros autores estiver a ser usado, tal deve ser explicitamente referido;
- Qualquer forma de plágio constitui um comportamento não ético e é inaceitável, da mesma forma que submeter o mesmo manuscrito a mais do que uma revista;
- Em caso de trabalhos de coautoria, deve ser garantido o consenso na aprovação da versão final do manuscrito para avaliação ou publicação;
- As resenhas devem também ser objetivas, abrangentes e conter estados da arte precisos.

Avaliadores:

- Garantir a confidencialidade durante o processo de arbitragem;
- Manifestar a existência de conflito de interesses;
- Não utilizar para benefício próprio as ideias obtidas através do processo de arbitragem;
- A recomendação de aceitar ou rejeitar um manuscrito deve ser baseada na sua importância, originalidade e clareza, assim como na validade do estudo e no seu enquadramento no escopo da revista;
- A avaliação deve ser objetiva e as recomendações devem ser suportadas em argumentos sólidos para que os autores possam melhorar o texto; devem ser recomendadas publicações relevantes quando estas não são citadas;
- Quando o manuscrito não se enquadra na sua área de investigação ou quando sabe que não consegue cumprir o prazo, deve informar os editores;
- Respeitar os prazos estabelecidos.



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade NOVA de Lisboa (IPRI-NOVA) é um instituto de investigação científica fundado pela Universidade Nova de Lisboa, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e a Fundação Oriente, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e em parceria com a Universidade de Georgetown e o Instituto Universitário Europeu de Florença.

As Relações Internacionais são a disciplina autónoma mais moderna das ciências sociais, contando já com um corpo teórico e uma produção científica consideráveis, e uma inscrição institucional bem definida na Universidade. Em Portugal, o seu desenvolvimento concentrou-se, essencialmente, na dimensão pedagógica, sem uma afirmação correspondente no domínio da investigação científica, apesar do número crescente de investigadores portugueses com formação teórica em Relações Internacionais, os quais, em geral, completaram os seus estudos no estrangeiro. Por outro lado, não cessa de crescer a importância das questões internacionais, quer para a formulação de políticas públicas, quer para o debate político e a opinião pública. Neste sentido, parecem não só criadas as condições, como justificadas as razões para a fundação de uma instituição universitária de investigação científica em Relações Internacionais.

O IPRI-NOVA tem como primeiro objetivo a investigação científica no campo das Relações Internacionais, num quadro interdisciplinar; como segundo objetivo, criar uma escola portuguesa de investigadores em Relações Internacionais, pautada por critérios de excelência e integrada nas redes científicas internacionais, em particular europeias e norte-americanas; como terceiro objetivo, desenvolver não só investigação teórica, mas também investigação aplicada capaz de responder às necessidades da comunidade e do mercado determinadas pela internacionalização da sociedade portuguesa.

A revista *Relações Internacionais* é a publicação trimestral do IPRI-NOVA, que se constitui como uma revista académica de reflexão e debate sobre as relações internacionais, numa linha pluralista e de abertura a todos os campos científicos e a todas as escolas de Relações Internacionais.

